

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

RAISSA CAMPOS MARCONDES

**UMA HOLANDA ENTRE COLINAS:
A TRAJETÓRIA DO JARDIM DONA ROSA NO ALTO DE SANTANA**

**GUARULHOS
2016**

RAISSA CAMPOS MARCONDES

**UMA HOLANDA ENTRE COLINAS:
A TRAJETÓRIA DO JARDIM DONA ROSA NO ALTO DE SANTANA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Universidade Federal de São Paulo como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel e Licenciatura em História
Orientação: Professor Dr. Fernando Atique

**GUARULHOS
2016**

MARCONDES, Raissa Campos.

Uma Holanda entre colinas: a trajetória do Jardim Dona Rosa no Alto de Santana /Raissa Campos Marcondes. Guarulhos, 2016.

109 f.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharel e Licenciatura em História) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016.

Orientação: Professor Dr. Fernando Atique.

1. Urbanização. 2. História de São Paulo 3. História da Habitação 4. Jardim Dona Rosa. 4. Alto de Santana.

RAISSA CAMPOS MARCONDES

**UMA HOLANDA ENTRE COLINAS:
A TRAJETÓRIA DO JARDIM DONA ROSA NO ALTO DE SANTANA**

Trabalho de conclusão de curso como requisito
parcial para obtenção do título de Bacharel e
Licenciatura em História
Universidade Federal de São Paulo
Área de concentração: História de São Paulo

Aprovação: ____/____/_____

Prof. Dr. Fernando Atique
Universidade Federal de São Paulo

Prof. Dr. Janes Jorge
Universidade Federal de São Paulo

Profª. Dra. Edilene Teresinha Toledo
Universidade Federal de São Paulo

Ao meu amigo Victor Nogueira, morador do
Alto de Santana, que deixou saudades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais Linda e Rubens e às minhas irmãs Ranni e Rebecca, que por toda vida me apoiaram em minhas escolhas e me acompanharam nesta longa jornada da graduação. Agradeço pela paciência, pela força, pelos conselhos, pela companhia e ajuda para realização de trabalhos – principalmente meu pai, enfim, por serem minha base e por acreditarem em meu sonho.

À Gustavo Zeni, que desde o início me acompanhou, apoiou e ajudou quando por diversas vezes pensei em desistir, minha eterna gratidão ao seu amor e companheirismo.

Ao professor e orientador Fernando Atique, agradeço por acreditar em meu trabalho, pelo apoio e dedicação, conselhos e conversas, não tenho palavras para dizer o quanto foi importante para a realização desta monografia e para minha formação acadêmica e pessoal.

À Rafaela Avelar e Thamirys Gênova, que de colegas de cursinhos e de vestibulares tornaram-se amigas desde o primeiro dia de aula, e que em meio a todos os momentos felizes e complicados que a UNIFESP nos proporcionou, sempre ficamos juntas. Quantas foram as situações embaraçosas em que estivemos, as brigas, as madrugadas sem dormir escrevendo trabalhos, as conversas sempre produtivas, os gostos nerds, os momentos mais difíceis de nossas vidas, tudo, sempre compartilhado. Agradeço pelo apoio e amizade que levarei por toda a vida.

Aos amigos que o Patrimônio e a História da cidade me deram: Diógenes Souza, companheiro de cafés e de cervejas, amigo que me mostrou o que é o amor à cidade e que sempre me apoiou e me acompanhou pelas andanças nela em busca dos indícios do Jardim Dona Rosa e de tantos outros lugares. Michele Dias e Vanessa Lima, amigas da graduação e da vida, obrigada pelas conversas, pelo apoio e pelo incentivo em estudar a História de São Paulo. Aos integrantes do grupo Cidade, Arquitetura e Preservação em Perspectiva Histórica (CAPPH), Lucas Florêncio, Clara Carvalho, Carlos Moura, Renata Geraissati, Hennan Gessi, Gustavo Ferreira, Luís Fernando, Philippe Artur, Giorgia Burattini, Rafael Conti, Jaíne Diniz, Paola Pascoal e Osvaldo Meca, que de encontros para discussões de pesquisa, tornaram-se queridos amigos.

Aos amigos da graduação Carla Baute, pelos conselhos, amizade e muitos risos que tanto me fizeram bem em meio ao difícil último semestre. Ao querido André Santoro, o Ed, pelas longas conversas, conselhos, desabafos e apoio de sempre. À querida Bruna Prudêncio, Brigida Prado, Ney, Amanda Brito, Thiale Garcia, Mikael Azevedo, Flavia Scandar, Lidia Ananda, Ana Helena, Jonathan Portela, Carlos Veloso, Gabriel Perez, Juliana Marques, Giovanna Nardini,

Bruno Marques, Lucas Alves, Juliana Carvalho, Michele Rocha e Olivia Yumi, pela ajuda pelos caminhos que juntos trilhamos.

À todos os professores do Departamento de História pela contribuição em minha formação acadêmica nesses cinco anos, meu respeito e admiração. Agradeço especialmente ao professor Janes Jorge pelo apoio e auxílio durante os anos de graduação e neste último ano de pesquisa de Iniciação Científica, aos professores Luis Ferla, Edilene Toledo e Antônio Simplicio pelas aulas inspiradoras e à professora Ana Nemi por ter me dado oportunidade em fazer parte de dois trabalhos importantes para minha carreira durante três anos de graduação.

Agradeço aos funcionários que trabalharam nas instituições pesquisadas, em especial Cícero Silva Porto e à equipe do Arquivo Municipal de Processos pelo atendimento e auxílio durante os dias de pesquisa. À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por acreditar neste trabalho, aos moradores do Jardim Dona Rosa e às amigas e advogadas Gabriela Furlanetto e Aline de Godoi Martins, agradeço pela paciência em me ajudarem durante as leituras de documentos.

Ao Sr. Darcy Chaves da Silveira, engenheiro que participou da construção da vila, meu agradecimento especial pela disponibilidade e receptividade durante a conversa sobre minhas inquietações em relação ao Jardim Dona Rosa.

Agradeço, enfim, a todos os familiares, amigos e pessoas que de forma direta ou indireta me acompanharam neste processo de formação.

RESUMO

Esta pesquisa investigou as motivações do setor privado para a construção do Jardim Dona Rosa no Alto de Santana na década de 1950, um dos períodos de maior incentivo à ocupação de bairros afastados da região central da cidade, entre eles o bairro de Santana. Por meio de fontes textuais, iconográficas e orais, analisamos a trajetória de Dirk Berkhout e Selma de Vita, imigrantes holandeses e proprietários da vila, suas relações sociais e intervenções na cidade de São Paulo, bem como aspectos do processo de formação espacial e social do bairro em questão para pensarmos a inserção da edificação neste espaço. Por meio da pesquisa sobre a construção da vila intentou-se contribuir para os estudos sobre o processo de formação do bairro de Santana e para os estudos sobre as vilas da cidade de São Paulo.

Palavras-chave: História de São Paulo; História da Habitação; Imigração holandesa; Jardim Dona Rosa; Alto de Santana.

ABSTRACT

This research investigated the motivations of the private sector for the construction of Jardim Dona Rosa at Alto de Santana in the 1950s, one of the periods of greatest incentive to the occupation of distant neighborhoods of the central city, including the Santana district. Through textual, iconographic and oral sources, analyze the path of Dirk Berkhout and Selma Vita, Dutch immigrants and village owners, their social relationships and interventions in the city of São Paulo, as well as aspects of the spatial and social formation process neighborhood in question to think the inclusion of the building in this space. Through this research on the construction of the village, we intended to contribute to the studies on the process of formation of the Santana neighborhood and studies on the villages of São Paulo.

Keywords: History of São Paulo; History of Habitation; Dutch Immigration; Jardim Dona Rosa; Alto de Santana.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1. A CIDADE E O IMIGRANTE: OS BERKHOUT E OS INVESTIMENTOS URBANOS EM SÃO PAULO	17
1.1 A cidade em formação: São Paulo, negócios e imigrantes	17
1.2 Imigração holandesa: entre o campo e a cidade	19
1.3 Entre Holanda e Brasil: origens do casal Berkhout	21
1.4 A inserção do casal na cidade de São Paulo: relações de sociabilidade e negócios	24
1.5 As moradas e o mercado rentista: outras formas de investir	30
CAPÍTULO 2. SANTANA E SUAS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	35
2.1 A formação do bairro de Santana: aspectos gerais	36
2.2 O Alto de Santana por meio dos anúncios de jornais: apontamentos sobre sua formação espacial e social	39
CAPÍTULO 3. A CONSTRUÇÃO RENTÁVEL: O JARDIM DONA ROSA	49
3.1 Do bangalô à Vila: os investimentos do casal Berkhout no Alto de Santana	49
3.2 As vilas na cidade de São Paulo	51
3.3 Notas sobre as “vilas” em São Paulo	52
3.4 Do projeto à edificação: as relações holandesas na construção da vila	56
3.5 Construção e organização espacial da vila	58
3.6 O Jardim Dona Rosa: construção para renda em meio à crise do mercado de locação	73
3.7 Os moradores	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
ANEXO A	89
ANEXO B	93
ANEXO C	98
ANEXO D	100
ANEXO E	101
ANEXO F	108
ANEXO G	111

INTRODUÇÃO

Entre o final do século XIX e meados do início do século XX, a questão da habitação foi amplamente debatida por diversos grupos, cada qual levantando diferentes argumentos para solucionar os diversos problemas ocasionados pela crise da moradia do trabalhador. Com o advento do capitalismo industrial, expansão dos trabalhos urbanos ligados ao complexo cafeeiro e a cidade de São Paulo recebendo constantes fluxos imigratórios e migratórios, as aglomerações de trabalhadores em cortiços e em diversas outras habitações precárias colocava em risco a saúde pública,¹ revelando, à iniciativa privada, que investir em construção e aluguel de habitações para os setores populares poderia vir a ser também um negócio lucrativo dentre os que ela já praticava.

Entretanto, durante a segunda metade do século XIX, os estudos científicos sobre as teorias de contágio microbiana refletiram diretamente na decisão de o Estado intervir nas habitações consideradas insalubres, especificamente nas habitadas por trabalhadores pobres, sendo, estas, alvo de intervenção do poder público, orientados pelos “delegados sanitários”² a executarem ações para tentar controlar o problema. Para Nabil Bonduki,

A (ir)racionalidade da produção capitalista de edifícios, o loteamento indiscriminado e a precariedade dos serviços de água e esgoto, a cargo de empresas privadas, entre outros, passaram a constituir séria ameaça à saúde pública. Por isso, o controle estatal da produção do espaço urbano não só foi aceito como também reivindicado, ainda que predominassem as concepções liberais.³

Se, por um lado, a intervenção sanitarista auxiliava no combate a epidemias ocasionadas pela aglomeração de indivíduos em espaços fechados, por outro, ela passou a limitar a livre construção pelo setor privado devido às normas legislativas que se tornaram mais rígidas. É neste momento que a repressão higienista se apresentou como política. Ações de intervenção na moradia do trabalhador ocorreram de diversas formas, desde a invasão às casas para desinfecção-las, até demolições das moradas que não se enquadravam nas normas de salubridade.

¹ BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

² *Ibidem*, p. 25.

³ *Ibidem*, p. 27.

Desponta, então, a seguinte questão: como demolir habitações e limitar as construções frente ao problema de escassez destas? Some-se a isto, ao baixo nível econômico do trabalhador, que praticamente impossibilitado de acessar o mercado de habitações correria o risco de ficar desabrigado.

Neste contexto e com as políticas de incentivo, a produção de moradias para os trabalhadores pela iniciativa privada tornou-se um investimento lucrativo.⁴ O mercado imobiliário era explorado principalmente por industriais, profissionais liberais, empreendedores, pequenos comerciantes, estando, dentre eles, muitos imigrantes. Neste momento passa a ser estimulada a construção de moradias de aluguel e de vilas operárias.⁵ Fora as tipologias de vilas, durante a Primeira República, os diversos tipos de cortiço e casas geminadas continuaram a serem construídos para assalariados de baixa e média renda, trabalhadores ou não de indústrias.

Para Ricardo Trevisan, até meados de 1930 as vilas rentistas e de empresas enquadram-se em uma “primeira fase” de produção de habitações em vilas, sendo seguida por uma “segunda fase” quando a produção de vilas volta-se, em sua maioria, para indivíduos de setores médios da sociedade⁶. Pelo baixo preço de terrenos em áreas mais afastadas do centro da cidade, há incentivo à ocupação destes locais, tornando-se lucrativo para o setor privado a construção destas vilas. Enquanto isso, a nova conjuntura do Governo Vargas, que se legitimava como

⁴ Não podemos olvidar que o mercado formal e informal de construção de habitação caminharam juntos, entretanto, o foco deste trabalho direciona-se ao mercado formal de construção.

⁵ As vilas operárias constituíam-se por casas econômicas, higiênicas e nas mesmas propriedades das indústrias empregadoras. Estas vilas eram, em geral, construídas pelos próprios empresários proprietários de fábricas e indústrias e que concedia aos seus empregados habitação e equipamentos coletivos, como igrejas, escola, clube, cinema, armazém de abastecimento, para o enraizamento dos moradores no local, com valor de aluguel acessível aos trabalhadores. In: CORREIA, Telma de Barros. **A Moradia na Paisagem Industrial: a forma de vilas operárias e núcleos fabris**. IN: CORREIA, Telma de Barros (org.) *Forma Urbana e Arquitetura de vilas operárias e núcleos residenciais de Empresas no Brasil*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2011. Pag. 274.

⁶ Durante as leituras realizadas sobre as vilas deste segundo período, nos deparamos com a denominação destas como “vilas de classe média” sem, no entanto, haver explicações sobre as origens da utilização deste termo. A classe média ou os setores médios – como preferimos utilizar, são compostos por grupos muito heterogêneos, como nos mostrou Maria Luiza de Oliveira em **Entre a Casa e o Armazém**, e que por isso, deve-se estudar as especificidades de cada caso. Nesta monografia utilizaremos estas denominações – há anos utilizada pelos pesquisadores da área, para nos referir às vilas com padrão superior às construídas para operários, cujas características serão abordadas no capítulo 3. Por ora, salientamos que por meio deste estudo de caso – o Jardim Dona Rosa, buscamos compreender de forma mais clara o que são estas vilas destinadas aos setores médios da população.

populista, volta o olhar para o problema da habitação social pública,⁷ mas isso não desestimulou o setor privado a investir no mercado de aluguel de habitação popular.

Entretanto, o ano de 1942 foi marcado, dentro das questões sobre o problema da habitação, pela promulgação da Lei do Inquilinato, que congelava os preços dos alugueis de imóveis, agravando ainda mais a crise habitacional e desestimulando o investimento no mercado de locação, sendo, ela, modificada diversas vezes até 1964.⁸ Apesar do desestímulo que, segundo Bonduki, fazia parte de uma política estatal intervencionista para que os investimentos fossem direcionados para o setor industrial, a iniciativa privada não deixou de investir na construção de moradias populares. É este o momento em que a difusão da ideia de casa própria tem maior repercussão, direcionando os investimentos pelo setor privado, segundo Luciana Inoue, principalmente para a venda de loteamentos em regiões periféricas, sobrados, casas térreas, edifícios em condomínio e kitchnettes.⁹

Uma das regiões afastadas da área consolidada como “cidade” que mais atraiu investidores foi a de Santana, que passou por diversas transformações em consequência da ocupação territorial, especialmente após os anos de 1950, configurando-se em um bairro com grande número de edificações comerciais e habitacionais. Neste processo de ocupação, um número significativo de conjuntos habitacionais foi construído, dentre eles, diversas vilas, sendo o Jardim Dona Rosa um representativo deste período de incentivo à ocupação das áreas mais afastadas da região central da cidade de São Paulo.¹⁰

Quem passa pelo bairro de Santana, em meio aos seus prédios comerciais, escolas e residências podem notar que na Rua Marechal Hermes da Fonseca um conjunto de sobrados construídos com tijolos aparentes e arquitetura em estilo pretensamente holandês se sobressai dos demais que os cercam. O Jardim Dona Rosa, popularmente conhecida como Vila

⁷ Os principais órgãos federais que atuaram na questão da habitação social no Brasil foram os Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs e a Fundação da Casa Popular.

⁸ Em 1921 fora promulgado o decreto 4403 que já defendia os interesses dos inquilinos, mas com poucas consequências, não alterando o mercado de alugueis. Entretanto, a lei do Inquilinato de 1942 e os demais decretos posteriores a ela foram as que mais impactaram o mercado imobiliário e a vida dos inquilinos. In: BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

⁹ INOUE, Luciana Massami. *A iniciativa privada e o mercado formal de habitação para o trabalhador na cidade de São Paulo, 1942-1964*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010. P. 1.

¹⁰ GONÇALVES, André Vinícius Martinez. *Manifestações e contradições da metrópole de São Paulo no antigo bairro de Santana - A paisagem, o valor da terra, a intervenção urbana e o fenômeno da deteriorização urbana*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da FFLCH-USP. São Paulo, 2006.

Holandesa, foi construída entre 1952 e 1954 e foi encomendada pelos imigrantes holandeses, Dirk Berkhout e por sua esposa Selma De Vita Berkhout,¹¹ residentes na cidade de São Paulo, provavelmente entre a década de 1920 e o falecimento destes, em 1966 e 1980, respectivamente.¹²

Dirk Berkhout destacou-se na sociedade paulista como cônsul-geral dos Países Baixos, função exercida entre o final da década de 1920 e início dos anos de 1950. Por esta função, sua ligação com paulistanos e com a comunidade holandesa em São Paulo tornou-se expressiva, fortalecendo relações com seus compatriotas tanto no âmbito social, quanto no de negócios, tornando-se investidor no ramo do comércio e de prestação de serviços.¹³

Além dos investimentos comerciais, como já mencionado, os Berkhout investiram na construção do conjunto de supostas “casas populares”¹⁴ que formam a vila, composta por vinte e dois imóveis, três deles destinados para comércio e os demais para habitação, construídos pela *Construtora Best Ltda*,¹⁵ cuja empresa matriz estava sediada na Holanda¹⁶ e que era administrada por holandeses residentes em São Paulo.

Desde o final do século XIX muitos imigrantes contribuíram para a construção de edifícios na cidade de São Paulo, sendo eles para comércio e habitação, entretanto, pouco se sabe sobre a comunidade holandesa em meio a este processo, em que se destacaram principalmente portugueses, italianos, árabes e libaneses. Em meio à conjuntura política apresentada e os problemas referentes à habitação, a vila apresenta outro grupo que investia no mercado de produção de habitação e levanta questionamentos quanto às motivações para sua construção e quanto à própria formação espacial que o bairro passava a ter a partir dos investimentos privados e públicos.

Desta forma, por meio de fontes escritas, orais e iconográficas, esta pesquisa investigou as motivações do setor privado para a construção do Jardim Dona Rosa no bairro de Santana na

¹¹ Os nomes foram retirados da Certidão do Imóvel n°414 encontrado no 3º Cartório de Registro de Imóveis, registrado em 04 de outubro de 1977.

¹² Informações retiradas do Acervo do Jornal Folha de São Paulo, de 29 de Novembro de 1966 e 28 de Outubro de 1980.

¹³ Informações retiradas da pesquisa realizada no acervo digital dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo.

¹⁴ Referência retirada de um dos projetos da vila que se encontra no Arquivo Geral da Prefeitura de São Paulo. Processo N° 1982 - 0.022.566-5/ N° de capa: 0.072.655/52.

¹⁵ Informação localizada nos projetos da vila. Processo N° 1982 - 0.022.566-5/ N° de capa: 0.072.655/52 e Processo N° 1982 - 0.022.566-6/ N° de capa: 0.072.655/53.

¹⁶ Revista Acrópole, Dec 1957 – Ano 20 – N° 230, pág. 73.

década de 1950, período em que houve maior ocupação de áreas periféricas e pouco povoadas da cidade, entre elas a de Santana. Analisamos a trajetória de Dirk Berkhout e Selma de Vita Berkhout, imigrantes holandeses e proprietários da vila, para pensarmos a inserção destes nos processos de formação da cidade por meio de investimentos privados, especificamente no bairro mencionado, bem como aspectos da formação do bairro de Santana, especificamente da região conhecida popularmente como Alto de Santana, onde foi construída a Vila holandesa.

É crescente o número de historiadores que se dedicam aos estudos sobre a cidade, o urbanismo e a arquitetura. A Nova História, contemplada pela Escola dos Annales¹⁷, possibilitou ampliação de atuação do campo historiográfico, dialogando com outras áreas do conhecimento e diversificando os tipos de fontes documentais para uso dos historiadores. Os debates tangenciam não apenas as questões de valor arquitetônico, dos projetistas ou de mudanças urbanas, mas insere-os em análises que os historicizam, utilizando-se destas diferentes fontes documentais e de memórias de agentes sociais para aprofundar os debates, contribuindo não apenas para a história da arquitetura e do urbanismo, mas também para a história social e urbana. Neste sentido, sob a perspectiva da micro-história, partimos para o estudo do Jardim Dona Rosa, abarcando as histórias de Dirk Berkhout e Selma de Vita, assim como do Alto de Santana, entendendo que as particularidades se relacionam com o contexto total em que elas se inserem.¹⁸

Para realização desta pesquisa, em termos metodológicos, utilizamos diferentes fontes, destacando entre elas as documentações relativas ao processo de construção da vila, localizadas no Arquivo Geral de Processos do Município de São Paulo, composto pelos projetos arquitetônicos, pedidos de alvará e informações diversas sobre os trâmites de construção. O arquivo atualmente está enviando documentos referentes ao período entre 1924 e 1935 para o Arquivo Histórico Municipal e que, por este motivo, não pudemos consultar outros documentos que auxiliassem no entendimento sobre a compra do terreno da vila, que ocorreu neste período.¹⁹

No Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de São Paulo localizamos o inventário e testamento de Dirk Berkhout, fontes importantes para refletirmos sobre a trajetória do casal em São Paulo

¹⁷ BURKE, Peter. **A Escola dos Annales** (1929-1989): A Revolução Francesa da historiografia. 2ª Edição. Editora Unesp. São Paulo, 1990.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ Em anexo encontra-se o Laudo Técnico de vistoria aos documentos do Arquivo Geral, justificando a suspensão do acesso aos documentos do período 1924-1935, entregue pelo Arquivo Histórico Municipal.

e os investimentos privados dos holandeses na cidade, sobretudo o Jardim Dona Rosa. O livro de Maria Luíza de Oliveira, **Entre a Casa e o Armazém**, foi importante para compreendermos as formas de análise do inventário. A autora informa que

Os inventários fornecem dados que dizem respeito à origem social da pessoa (naturalidade, filiação, profissão), à família, (estado civil, número de filhos, brigas pela herança), à inserção da pessoa na cidade (local de moradia, local de investimento, local de trabalho), à organização do capital (formas de investimento, renda total, circulação dos negócios) à vida material (móveis, joias, livros), à “vida imobiliária” (tipo de preço de imóveis), à urbanização (circulação pelos bairros, feição da rua), etc.²⁰

O inventário *post-mortem* de Dirk Berkhout nos apresentou numerosas informações, mas para esta pesquisa limitamos a análise sobre as informações referentes principalmente à origem social, inserção do casal na cidade e investimentos privados.

Destacamos também o uso de jornais e revistas dos acervos do **Jornal Folha de São Paulo** e **O Estado de São Paulo**, assim como outros diversos jornais consultados por meio da **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e Delpher - Boeken Kranten Tijdschriften**²¹ importantes para o levantamento de notícias diversas sobre Dirk Berktout e Selma de Vita, assim como para o levantamento de anúncios imobiliários no Alto de Santana.²² Em relação aos anúncios imobiliários, o livro de Liziane Peres Mangili **Bom Retiro, bairro central de São Paulo**²³, nos auxiliou a pensar as formas de análise e de sistematização de informações presentes nestes anúncios, já que a autora utiliza-se deste mesmo tipo de fonte para analisar as mudanças e permanências de construções no Bom Retiro.

Por meio do banco de dados do site *FamilySearch*²⁴, consultamos as fichas de imigração de Dirk Berkhout e Selma de Vita, assim como de outros indivíduos de suas famílias que

²⁰ OLIVEIRA, Maria Luiza de. **Entre a Casa e o Armazém: Relações sociais e Experiência da Urbanização**, São Paulo, 1850-1900. São Paulo. Alameda. 2005. P. 25.

²¹ Plataforma online em que encontram-se acervos de jornais, revistas e livros produzidos na Holanda, totalizando mais de 100 milhões de páginas. Fonte: www.delpher.nl/

²² No anexo A constam as tabelas com as informações levantadas nos jornais consultados.

²³ MANGILI, Liziane Peres. **Bom Retiro, bairro central de São Paulo: transformações e permanências (1930-1954)**. São Paulo. Alameda, 2011. 228p.

²⁴ *FamilySearch* é uma organização sem fins lucrativos que, por meio de um site, disponibiliza documentos que contém informações referentes a nomes de pessoas de diversas partes do mundo e de diferentes períodos, afim de que as pessoas que o consultam possam conhecer e organizar uma árvore genealógica sobre sua família. Neste site estão disponíveis fichas de imigrantes do Arquivo Público do Estado de São Paulo, entre os anos de 1902 e 1980, produzidas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, consultada para a realização desta monografia. Disponível em: <https://familysearch.org/>

emigraram para o Brasil. As fichas foram importantes para traçarmos os graus de parentescos entre estas pessoas e indicaram outras informações relevantes para esta pesquisa.

A bibliografia básica utilizada para este trabalho monográfico foi diversificada, baseada principalmente em trabalhos acadêmicos relacionados à história da urbanização de São Paulo e às políticas públicas de construções de habitações pelo setor privado e pelo histórico do bairro de Santana. Para isso, foi fundamental o uso do livro **Origens da Habitação Social no Brasil**, de Nabil Bonduki, que analisa as questões relacionadas à produção de habitações pelos setores públicos e privados especialmente em São Paulo, assim como outras questões referentes à habitação popular no Brasil. Também foram abordados trabalhos referentes ao histórico de construção de vilas na cidade e à imigração holandesa em São Paulo para analisar questões que se relacionaram à esta comunidade. Sobre as “vilas de classe média”, foi fundamental a leitura do livro de Solange Aragão, **No interior do quarteirão**²⁵, que analisa a construção de vilas especialmente entre os anos de 1930 e 1990 na cidade de São Paulo.

Outro método importante para a pesquisa foi a utilização de testemunhos orais de pessoas que se relacionaram com a construção da vila. Entrevistamos o Sr. Darcy Chaves Silveira, engenheiro da *Construtora Best LTDA* que participou de uma das fases de construção dos sobrados e conversamos com alguns moradores da vila atualmente. Ressaltamos que este trabalho monográfico tem como base as reflexões feitas durante a pesquisa de iniciação científica fomentada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, intitulada “*Vila Dora Rosa: A inserção holandesa no mercado rentista da cidade de São Paulo*”, entre setembro de 2015 e julho de 2016.

Esta monografia está estruturada em três capítulos, além da introdução e considerações finais. No primeiro capítulo “*A cidade e o imigrante: Os Berkhout e os investimentos urbanos em São Paulo*” procuramos abordar questões referentes à imigração holandesa para o Brasil e em especial para a cidade de São Paulo. Partindo desta explanação, analisamos a trajetória de Selma de Vita e Dirk Berkhout na capital paulista, suas relações de sociabilidade e principais investimentos. No segundo capítulo “*Santana e suas transformações Espaciais na primeira Metade do Século XX*”, abordamos questões principais referentes ao processo de formação do bairro de Santana em perspectiva cronológica, para depois focarmos na análise sobre o Alto de Santana, região do bairro em que a vila foi construída. O terceiro e último capítulo “*A*

²⁵ ARAGÃO, Solange de. *No interior do quarteirão: Um estudo sobre as vilas da cidade de São Paulo*. São Paulo. Annablume, 2010. 128 p.

construção rentável: O Jardim Dona Rosa”, analisamos o processo de construção da vila, assim como questões relacionadas ao período em que ela foi edificada, principalmente no que refere-se ao mercado rentista, assim como análises sobre os moradores. Desta forma, por meio do levantamento documental, bibliográfico e da história oral, pretendemos esclarecer as motivações para a construção do Jardim Dona Rosa pelo setor privado no Alto de Santana.

CAPÍTULO 1

A CIDADE E O IMIGRANTE: OS BERKHOUT E OS INVESTIMENTOS URBANOS EM SÃO PAULO

Como parte importante dos estudos referentes à urbanização, tem-se ampliado o debate no que concerne à participação de imigrantes no processo de ocupação territorial brasileiro e, em especial, sobre o Estado de São Paulo. Destarte, interessa-nos, neste capítulo, apontar alguns indícios sobre a inserção de imigrantes na construção da cidade de São Paulo, partindo, então, para a imigração holandesa no Brasil, especialmente na cidade de São Paulo durante a primeira metade do século XX, inserindo, neste contexto, os atores sociais que investiram, na década de 1950, no imóvel que se estuda nesta monografia.

Por ora, apresentaremos dados e análises referentes à passagem do casal Berkhout pela cidade de São Paulo por meio dos documentos selecionados e que se referem principalmente aos investimentos em comércio, mercado rentista, atuações relevantes na sociedade paulistana e nas comunidades holandesas no Brasil. Valemo-nos dos dados, então, para compreendermos os processos que perpassaram o casal, bem como a construção da Vila holandesa em Santana, possibilitando a ampliação dos estudos sobre imigrantes que contribuíram para a formação da cidade.

1.1 A CIDADE EM FORMAÇÃO: SÃO PAULO, NEGÓCIOS E IMIGRANTES

As cidades brasileiras que, durante os séculos XIX e início do século XX, passavam por processos de expansão e adensamento atraíam diversos indivíduos e grupos sociais de diferentes regiões brasileiras e estrangeiras que encontravam, no meio urbano, formas de viver, fosse como trabalhadores em indústrias, comércios e outros serviços.

Os interesses da elite cafeicultora em promover a imigração, principalmente após a abolição da escravidão no Brasil, foram fundamentais para as transformações que ocorreram nas cidades, pois embora grande número de imigrantes recém-chegados a São Paulo tenham vindo para engrossar o contingente de trabalhadores nas lavouras de café do interior paulista, outros tantos estabeleceram-se na cidade de São Paulo, atraídos, principalmente, pelas diferentes oportunidades de trabalho.

No meio urbano, o processo de fixação destes imigrantes foi permeado por dificuldades, destacando-se os baixos salários, moradias precárias, e problemas com alimentação. Para Odair Paiva, “essas dificuldades e problemas revelam que as transformações operadas no espaço urbano respondiam às necessidades e interesses de outros sujeitos que não apenas os imigrantes [sendo então] a produção de um espaço urbano marcado por conflitos e contradições.”²⁶

Estes conflitos podem ser vistos na própria dinâmica que se estabelecia frente aos processos de ocupação de determinados espaços da cidade. O Código de Posturas de 1886 estabelecia a proibição de construções de cortiços na região central, em resposta ao grande número de trabalhadores pobres – composto majoritariamente por imigrantes – que ocupavam estes espaços, voltando o centro para o estabelecimento de grupos mais abastados, realocando a população mais pobre em áreas mais “periféricas” da cidade, como Bom Retiro, Brás e Mooca, locais em que passaram a abrigar não apenas esta população, mas fábricas e indústrias, determinando funções aos espaços.²⁷

Embora as transformações que ocorriam em São Paulo entre o final do século XIX e início do XX estivessem permeadas por diferentes interesses, para determinados grupos de imigrantes a cidade tornava-se cada vez mais vantajosa para se investir.²⁸ Parte deste contingente conseguiu se estabelecer na cidade por meio de pequenos negócios, ampliando o número de estabelecimentos comerciais na cidade. Outros contribuíram para o desenvolvimento de indústrias, “primeiramente como mão de obra e mercado consumidor”²⁹ e, mais tarde, investindo o lucro oriundo dos pequenos negócios em fábricas e indústrias, diversificando o mercado com novos produtos.

Outra forma de investimento que encontraram diversos imigrantes foi por meio da atuação como construtores e promotores de edifícios para renda, alugados tanto para comércio

²⁶ PAIVA, Odair da Cruz. **Histórias da (I)migração**: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013. PDF (Coleção Ensino & Memória, 2). – p. 72.

²⁷ *Ibidem*,

²⁸ CARVALHO, Clara Cristina V. A. de. **Os setores médios e a urbanização de São Paulo**: Vila Mariana, 1890 a 1914. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo. Tese de Mestrado. Guarulhos. 2015. P. 164.

²⁹ BARDESE, Cristiane Ikedo. **Arquitetura Industrial**: Patrimônio edificado, preservação e requalificação: O caso do Moinho Matarazzo e Tecelagem Mariângela. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Tese de Mestrado. São Paulo, 2011. P 54.

quanto para habitação, contribuindo para a ocupação espacial do território paulista e no processo de urbanização de bairros.³⁰

Entre estes grupos de imigrantes que se estabeleceram em São Paulo interessa-nos, neste trabalho, os de nacionalidade holandesa que, embora em número menos expressivo, também contribuíram para a formação da paisagem urbana da cidade.

1.2 IMIGRAÇÃO HOLANDESA: ENTRE O CAMPO E A CIDADE

Desde o final do século XIX muitos imigrantes contribuíram para a ocupação territorial da cidade de São Paulo, porém, pouco se sabe sobre a comunidade holandesa em meio a este processo, em que se destacaram principalmente portugueses, italianos, sírios e libaneses. Os primeiros registros sobre a presença holandesa no Brasil referem-se ao século XVII, quando as disputas territoriais sobre terras brasileiras abriram espaço para presença de povos europeus, inimigos da Coroa de Castela, e que conseqüentemente influenciaram setores políticos, econômicos e culturais no Nordeste brasileiro. Na arquitetura colonial, nos traçados de ruas, em arquivos históricos, nas artes plásticas, a presença holandesa faz-se presente principalmente no legado cultural de cidades nordestinas como Olinda e Recife.³¹ Devemos, entretanto, ponderar esta passagem de holandeses pelo Brasil, cujas causas da presença distinguem-se totalmente das ocorridas nos séculos seguintes. Neste período de processo de ocupação territorial por colonos portugueses, a presença de estrangeiros era constantemente vigiada e até proibida.³²

O processo de modificação deste quadro iniciou no século XVIII, quando a Coroa portuguesa se deparou com a necessidade de ocupação de terras por indivíduos que não eram nascidos na Colônia, ocasionando políticas de fomento à imigração que atraiu diversos contingentes, principalmente de povos europeus, perpassando o século XIX até o início do

³⁰ CARVALHO, Clara Cristina V. A. de. **Os setores médios e a urbanização de São Paulo**: Vila Mariana, 1890 a 1914. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo. Tese de Mestrado. Guarulhos. 2015. P. 73. Nesta monografia, Esta questão será abordada com maior ênfase no capítulo 3.

³¹ MELLO, Evaldo Cabral de. **O Brasil Holandês**. Companhia das Letras. São Paulo. 2010. 512 pp.

³² PAIVA, Odair da Cruz. **Histórias da (I)migração**: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013. PDF (Coleção Ensino & Memória, 2). – p. 32.

século XX.³³ É neste período que encontramos, novamente, de forma mais expressiva a presença de holandeses no Brasil. Segundo Roberto Edgar Lamb, no continente americano, os Estados Unidos e Canadá foram os países que mais receberam imigrantes holandeses, sendo que para o Brasil as levadas foram menores.³⁴

Embora não tenhamos localizado números específicos sobre o total de imigrantes holandeses que chegaram ao Brasil entre o final do século XIX e início do XX, podemos observar que este grupo foi menos expressivo em quantidade se comparado a outros grupos imigratórios, como portugueses e italianos. Os únicos números localizados referem-se a São Paulo, onde entre 1948 e 1950 estabeleceram-se, em Holambra, cerca de 720 imigrantes.³⁵

Podemos dizer que estes grupos de imigrantes escolhiam o Brasil como nova morada por diversas razões, entre elas, a possibilidade de melhoria de condições de vida por meio de diversos trabalhos, de ocupação de terras e estabelecimento de negócios, fatores importantes na propaganda realizada pelo governo brasileiro e pelo setor privado como forma de atrair europeus, de maneira geral.

Odair da Cruz Paiva salienta que a imigração no período pré-independência objetivava a criação de núcleos coloniais para ocupação de terras e defesa de território, possibilitando desenvolvimento econômico através de investimento de novas culturas agrícolas,³⁶ objetivo que permaneceu na política imigratória brasileira entre o século XIX e o início do século XX. É neste contexto que podemos introduzir os grupos holandeses que formaram e estabeleceram comunidades no país, fundando colônias como Holanda e Holandinha, no Espírito Santo, uma das primeiras criadas ainda no século XIX, e Carambeí, no Paraná, do início do século XX.³⁷

Após a Segunda Guerra Mundial ocorreu uma nova fase na imigração holandesa para o Brasil, atraindo indivíduos que fugiam dos desastres causados pelo conflito. Neste contexto,

³³ *Idem.*

³⁴ CHAVES, Niltonci Batista. (org). Imigrantes: História da imigração holandesa na região dos Campos Gerais 1911-2011. In: LAMB, Roberto Edgar. **Viajar para o novo mundo: Os imigrantes holandeses em Carambeí.** Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2011. Disponível em https://issuu.com/parquehistoricocarambei/docs/falando_de_historia_ii

³⁵ GALLAS, Alfredo Osvaldo Gustavo; GALLAS, Fernanda Disperati. **Holandeses no Brasil: 100 anos de imigração positiva.** São Paulo (SP): A. O. G. Gallas; F. D. Gallas, 2012. P.86.

³⁶ PAIVA, Odair da Cruz. **Histórias da (I)migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI.** São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013. PDF (Coleção Ensino & Memória, 2). – p. 33.

³⁷ CHAVES, Niltonci Batista. (org). Imigrantes: História da imigração holandesa na região dos Campos Gerais 1911-2011. In: LAMB, Roberto Edgar. **Viajar para o novo mundo: Os imigrantes holandeses em Carambeí.** Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2011. Disponível em https://issuu.com/parquehistoricocarambei/docs/falando_de_historia_ii

foram formadas novas colônias, como Castrolanda e Monte Alegre, no Paraná, Holambra I e Campos de Holambra, em São Paulo.³⁸ Caracterizadas pela preservação da cultura holandesa em diferentes esferas das comunidades desde suas formações, estes locais transformaram-se em importantes polos turísticos e agrícolas, destacando-se na produção de laticínios, plantas e flores,³⁹ e criando um imaginário sobre o que seriam os Países Baixos.⁴⁰

Os estudos sobre os grupos holandeses no Brasil focam principalmente nessas pequenas comunidades em que, de fato, encontramos o maior número de imigrantes e nas quais as relações culturais e identitárias tornam-se mais expressivas. Entretanto, pouco sabemos sobre aqueles que, ao contrário de muitos de seus conterrâneos, encontraram nas grandes cidades espaço de viver. No Estado de São Paulo, as colônias de Holambra I e Campos de Holambra destacam-se como locais de maior concentração de holandeses no Estado, mas por meio de pesquisa e leitura de textos pudemos encontrar referências a organizações deste grupo também na capital paulista. É neste grupo que inserimos, a partir de então, o casal Berkhout.

1.3 – ENTRE HOLANDA E BRASIL: ORIGENS CASAL BERKHOUT

Partindo desta breve explanação sobre a imigração holandesa no Brasil, podemos adentrar à análise sobre a atuação dos Berkhout no espaço urbano. A presença do casal holandês no Brasil deixou diversos registros, principalmente em jornais publicados em São Paulo e em alguns no Rio de Janeiro. Embora tenhamos nos deparado com diversas lacunas, principalmente em relação à vida privada do casal, o levantamento das fontes nos possibilitou traçar uma biografia do casal, integrando-a com o contexto em que viviam.

O inventário número 21.504,⁴¹ localizado no Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de São Paulo indica que Dirk Berkhout nasceu em Nieuwer-Amstel, atual Amstelveen, em 06 de janeiro de 1895 e faleceu em São Paulo, em 27 de novembro de 1966. Filho de Klaas Berkhout

³⁸ No Anexo G consta uma tabela com as principais colônias fundadas no Brasil entre os séculos XIX e XX, totalizando 22 localizados nas regiões Sul, Sudeste e Centro –Oeste do Brasil.

³⁹ *Ibidem*, p. 19 e 20.

⁴⁰ FAGERLANDE, Sergio Moraes Rego. **A Construção da imagem em cidades turísticas: tematização e cenarização em colônias estrangeiras no Brasil.** Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2012.

⁴¹ Foro Central Cível – 10ª Var da Família e Sucessões. Processo 0817169-53.1966.8.26.0100. Inventário e Partilha. Inventariado: Dirk Berkhout. Requerente: Selma de Vita Berkhout.

e Maartje Berkhout, imigrou para o Brasil provavelmente na década de 1910, mas não localizamos registros que pudessem confirmar esta hipótese.

Sua atuação como cônsul geral do Reino dos Países Baixos possibilitou que fossem realizados diversos registros de sua relação principalmente com a comunidade holandesa no Brasil e com setores importantes da sociedade paulista. Para além desta referência, suas atividades comerciais e sua inserção no mercado rentista da cidade nos apresentam outros aspectos sobre os meios que encontrou na capital para se estabelecer.

Por outro lado, os registros sobre Selma de Vita Berkhout são mais escassos. Nascida em Amsterdã, no dia 26 de Maio de 1895, era uma das filhas do casal Arnold de Vita e Rosalie Fuldauer, casados desde 1889⁴² e irmã de Marietti de Vita e Emile Arnold de Vita⁴³.



Figura 1- O nascimento de Selma de Vita foi anunciado no Jornal **Algemeen Handelsblad**, na sessão Familieberich (notícias de famílias), em 28 de Maio de 1895: “Próspero nascimento de uma filha saudável. Rosalie De Vita – Fuldauer, amada esposa de Arnold De Vita. Amsterdam, 26 de Maio de 1895.” FONTE: <http://www.delpher.nl/>

Provavelmente, Selma de Vita não chegou sozinha ao Brasil. Sua mãe Rosalie Fuldauer e irmão Emile Arnold também saíram da Holanda, estabelecendo-se em São Paulo até suas mortes, em 1948 e 1965, respectivamente.⁴⁴ O nome de Selma de Vita geralmente aparece em jornais brasileiros ligado ao de seu marido, principalmente nos que se referem a investimentos privados - em que todos os bens estão em nome de ambos, às reuniões de membros dos consulados e festividades da comunidade holandesa. Em ações, como a da Companhia Paulista

⁴² Jornal **Algemeen Handelsblad Datum**. Amsterdam, 12 de Abril de 1889.

⁴³ Informações retiradas do site <http://www.stamboomnederland.nl/etalage/>

⁴⁴ Jornal O Estado de São Paulo. Edição de 25 de Maio de 1948. Página 04 e Edição de 23 de Fevereiro de 1965. Página 28.

de Estradas de Ferro,⁴⁵ também aparece seu nome. Apesar de os registros de imigrante de Selma de Vita informarem que sua ocupação era de “prendas domésticas”, estas informações supracitadas tornam-se relevantes ao ponderarmos que o papel social das mulheres no período, em grande parte, direcionava-as aos afazeres domésticos, e que o número de mulheres na participação de negócios era reduzido.



Figura 2 - Selma de Vita e Dirk Berkhout em 1957. FONTE: **Acervo Jornal Folha da Manhã**, Vida Social e Doméstica. São Paulo, 04 de Agosto de 1957.

É em meio à conjuntura apresentada no tópico anterior de incentivo à imigração e crescimento urbano que Dirk e Selma de Vita Berkhout oficializam a união conjugal perante a sociedade carioca, no dia 07 de Agosto de 1919,⁴⁶ primeira referência sobre a presença do casal no Brasil:

⁴⁵ “Relatório nº102 da Directoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro para Assembléa Geral Ordinária em 19 de Abril de 1951. Número de Ordem 6604 – Nome do Acionista: Selma de Vita Berkhout – Ações que possui: 08.”

⁴⁶ Ainda que não possamos afirmar, o anúncio possibilitou pensarmos que pela divulgação do casamento em um jornal holandês tratava-se de uma família socialmente conhecida em Amsterdã.



Figura 3- Anúncio de casamento no jornal **Algemeen Handelsblad**, editado em Amsterdã. Edição de Quinta-feira, 07 de Agosto de 1919.

Os registros sobre a família Berkhout no Rio de Janeiro são bastante escassos, sendo encontrados apenas os anúncios de noivado e casamento no jornal **Algemeen Handelsblad**,⁴⁷ sem outra referência sobre a passagem do casal pela cidade antes de se mudarem para São Paulo. Como foi mencionada, a trajetória do casal no Brasil apresenta muitas lacunas, não sendo possível saber quais as principais motivações para emigrarem, se vieram juntos ou se conheceram no Brasil, o ano que chegaram e por quanto tempo residiram no Rio de Janeiro.

Ainda que não tenhamos localizado documentos que apresentem o ofício de Dirk Berkhout no período em que chegou ao Brasil e residiu no Rio de Janeiro, os contratos sociais localizados no banco de dados da Junta Comercial do Estado de São Paulo,⁴⁸ já na década de 1920, indicam que o holandês era comerciante e estabelecia relações de negócios com holandeses em diversos locais, função provavelmente já exercida na Holanda, estendida também ao Brasil.

Sem mais referências sobre a passagem do casal pela cidade do Rio de Janeiro, partiremos, então, para a cidade de São Paulo, onde estabeleceram residência, relações de sociabilidade com outros holandeses, comércios e outros ramos de negócios até o falecimento de ambos.

1.4 – A INSERÇÃO DO CASAL NA CIDADE DE SÃO PAULO: RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE E NEGÓCIOS

⁴⁷ Fundado em 1828, o jornal **Algemeen Handelsblad** era publicado em Amsterdã e destinava-se principalmente a comerciantes e banqueiros. Posteriormente, no início do século XX, o jornal torna-se um dos maiores publicados na cidade, com maior número de leitores. O jornal é publicado até 1978, quando junta-se a outro jornal, o *New Rotterdam Courant*, formando o *NRC Handelsblad*. Fonte: <https://www.nrc.nl/>

⁴⁸ Junta Comercial do Estado de São Paulo. Ficha de breve relato digitalizada, número 35204390523 – Empresa Berkhout e Cia Ltda. Disponível em <https://www.jucesponline.sp.gov.br/>

A primeira evidência encontrada acerca da presença de Dirk Berkhout em São Paulo e sobre seu ofício como comerciante está no livro **Holandeses no Brasil - 100 anos de Imigração Positiva**, de Alfredo Gallas, em que o autor aponta a importância de Berkhout na venda de produtos laticínios em São Paulo, oriundos da comunidade holandesa de Carambeí, Paraná, no ano de 1925:

Enquanto a manteiga continuava a ser vendida em Ponta Grossa, agora com a nova marca [Cooperativa Holandesa de Laticínios - Sucessores de De Geus & Cia], por motivos comerciais, o queijo era vendido em São Paulo com a marca "De Geus & Cia.", então já bastante conhecida na praça, onde era distribuído pelo Sr. Berkhout, cônsul honorário da Holanda. Berkhout foi criador, em 1928, da marca "BATAVO", uma homenagem ao povo ancestral da região de origem das famílias De Geus, Los e Verschoor. Entretanto, a marca Batavo somente foi oficialmente registrada em 1941.⁴⁹

Embora a referência a Dirk Berkhout como cônsul honorário da Holanda em meados da década de 1920 seja anacrônica, pois esta função passou a ser exercida a partir de 1933, o trecho supracitado demonstra a influência do comerciante para com a comunidade holandesa no Brasil divulgando e vendendo produtos laticínios na capital paulista produzidos pela colônia batava do Paraná. Não sabemos ao certo se ele já possuía comércio próprio na capital paulista em 1925 ou se atuava como comerciante para outras empresas, mas a aproximação e as formas de estabelecimento de relações com seus conterrâneos indicam um dos caminhos percorridos para investir no comércio na cidade.

Por estas razões, podemos considerar que estas relações de negócios eram formadas principalmente pela facilidade de comunicação entre indivíduos com o mesmo idioma e cultura, e por buscarem objetivos similares, sendo, também, uma forma de segurança e fortalecimento destes grupos de imigrantes já que se encontravam em um local distinto de sua origem e costumes e também que estas redes de sociabilidade constituídas através destas ações atuavam “na construção e no fortalecimento dos laços identitários [da] comunidade.”⁵⁰

De fato, compreender a comunidade holandesa estabelecida na cidade de São Paulo tornou-se um desafio, visto que são escassas a documentação e as referências a este grupo. Como já mencionado, a cidade atraía diversos imigrantes, entre eles os desejosos em constituir

⁴⁹ GALLAS, Alfredo Osvaldo Gustavo; GALLAS, Fernanda Disperati. **Holandeses no Brasil: 100 anos de imigração positiva**. São Paulo (SP): A. O. G. Gallas; F. D. Gallas, 2012. P.51.

⁵⁰ CHAVES, Niltonci Batista. (org). **Imigrantes: História da imigração holandesa na região dos Campos Gerais 1911-2011**. In: LAMB, Roberto Edgar. **Viajar para o novo mundo: Os imigrantes holandeses em Carambeí**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2011. P. 20. Disponível em https://issuu.com/parquehistoricocarambei/docs/falando_de_historia_ii

negócios próprios, sendo apoiados pelas redes de solidariedade compostas por membros de suas terras natais.⁵¹ Estas redes tornaram-se extremamente importantes para a acolhida e auxílio à adaptação de imigrantes recém-chegados, sendo praticadas por diversos grupos de imigrantes de diferentes nacionalidades.

Em entrevista ao jornal **Correio Paulistano**, em 1930, Berkhout nos mostra outra dimensão sobre a comunidade holandesa no Brasil, distinta das colônias já citadas. Trata-se da comunidade residente na capital paulista, o que nos possibilita compreender um pouco os ofícios praticados por indivíduos deste grupo de imigrantes na cidade:

A nossa colônia aqui é muito pequena – disse-nos o Sr. Dirk Berkhout, um dos elementos de mais destaque entre os holandeses de S. Paulo – Entre crianças e adultos a colônia conta pouco mais de cem membros. Quase todos são estabelecidos. Não existe elemento operário. Uns são comerciantes; outros, pequenos industriaes. No Banco Hollandez estão também alguns compatriotas empregados. Mas o seu número é diminuto.⁵²

A referência mencionada por Berkhout sobre estes ofícios nos mostra outra dimensão no que diz respeito à inserção dos imigrantes holandeses que residiam na cidade. Diferentemente de imigrantes de outras nacionalidades que ocupavam as fábricas como operários na cidade de São Paulo, o holandês distingue seus conterrâneos destes grupos, propondo que estes indivíduos pertenciam a setores mais abastados da sociedade ao informar que não há operários entre eles. Além disso, o trecho citado nos apresenta a notoriedade que ele adquiriu perante os membros da sociedade holandesa e paulistana. Esta atuação e influência possivelmente possibilitaram sua indicação ao título de cônsul do Reino dos Países Baixos em São Paulo no ano de 1933.

⁵¹ CARVALHO, Clara Cristina V. A. de. **Os setores médios e a urbanização de São Paulo**: Vila Mariana, 1890 a 1914. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo. Tese de Mestrado. Guarulhos. 2015. P. 72.

⁵² **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal Diário Nacional. São Paulo** – Sábado, 30 de Agosto de 1930. Página 5.

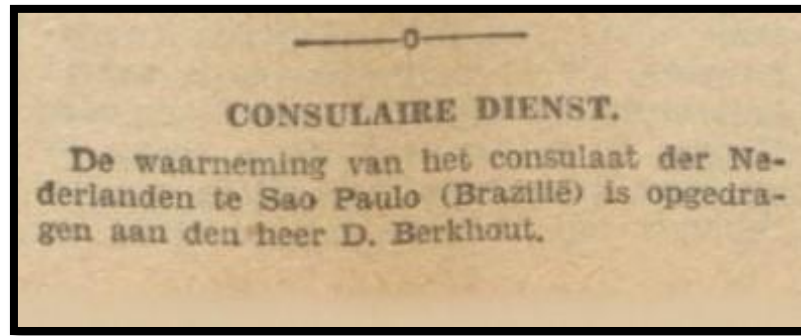


Figura 4 – Consulado dos Países Baixos em São Paulo (Brasil) é dedicado ao senhor D. Berkhout.”

FONTE: Base de dados **Delpher - Boeken Kranten Tijdschriften – Jornal De banier: staatkundig gereformeerd dagblad**, Rotterdam, 17 de Outubro de 1933, página 13.

Sua atuação como membro honorário do consulado na capital paulista mostrou-se bastante intensa entre os anos em que ocupou o cargo.⁵³ Por esta função, sua ligação com paulistanos e com a comunidade holandesa em São Paulo tornou-se expressiva, fortalecendo relações com seus compatriotas tanto no âmbito social quanto no de negócios, impulsionando seus investimentos no ramo do comércio e de prestação de serviços,⁵⁴ principalmente entre holandeses, no Brasil e na Holanda.

Suas relações com a comunidade holandesa na capital paulista se destacam quando se relacionam com a Sociedade Holandesa de São Paulo, fundada em 1927. Os holandeses reuniam-se em diversos locais da cidade, como no Clube Escandinavo e no Clube Suíço, até adquirirem um imóvel para sede da Sociedade, em 1957, na Estrada Velha para Campinas, atual Av. Raimundo Pereira de Magalhães, em Pirituba. Foi fundada, então, a Casa de Nassau, reduto de vivência social destes imigrantes em São Paulo.⁵⁵

⁵³ Dirk Berkhout ocupou o cargo de Consul Geral até 1957, quando Barão Schelto Van Heemstra passou a ocupar o cargo. Informação disponível em: **Jornal Folha da Manhã**, Caderno Vida Social e Doméstica – II, São Paulo, 04 de agosto de 1957.

⁵⁴ Informações retiradas da pesquisa realizada no acervo digital dos jornais **O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo**.

⁵⁵ Atualmente a Casa de Nassau atua como estabelecimento destinado a eventos diversos. Foi informado pelos próprios funcionários que atualmente o local não é mais frequentado por holandeses e que não há documentos que se referem ao período de ocupação da Sociedade Holandesa. Em 2007, o Conpresp autorizou, através da RESOLUÇÃO Nº 16/2007, abertura de processo de tombamento do local, “Considerando a qualidade ambiental e paisagística do conjunto, especialmente dos seus elementos arbóreos, da Sociedade Holandesa de São Paulo Casa de Nassau, também conhecida como “Clube Holandês; no bairro de Pirituba; Considerando o valor histórico e urbanístico desse conjunto, representativo do processo de ocupação decorrente da implantação da linha férrea da São Paulo Railway e da presença expressiva da imigração inglesa e holandesa, fundamentais no desenvolvimento da região de Pirituba; Considerando o valor afetivo e cultural dessa área para a população do bairro.” Até o presente momento não há outras informações referentes ao processo de tombamento. Disponível em

Por meio de testemunhos orais e fontes jornalísticas compreendemos que a Sociedade tinha grande importância para as relações entre holandeses na cidade e mostrou-se como um dos principais meios de organização de festividades, eventos e para estabelecimento de negócios entre imigrantes radicados em São Paulo. As festividades consulares também se mostraram marcantes durante a pesquisa:

**O 50.º aniversário da rainha
Guilhermina da Holanda**
Comemorando a auspiciosa data, a Associação Holandesa de S. Paulo
vae hoje realizar um grande baile

**OS FESTEJOS COMMEMO-
RATIVOS**
Comemorando o 50.º aniversário natalício da rainha Guilhermina, a colônia holandesa, residente nesta capital, vae realizar esta noite, com um dia, pois, de antecedência, um grande baile na séde da Associação Holandesa de S. Paulo, á rua S. Joaquim, 65.
Comparecerão os membros da colônia holandesa e outros convidados.

Figura 5 - Notícia sobre comemoração do aniversário da Rainha da Holanda Guilhermina, comemorado por membros da sociedade holandesa em São Paulo. Além desta, outras notas sobre festejos realizados pela comunidade foram encontrados. FONTE: **Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Jornal Diário Nacional. São Paulo** – Sábado, 30 de Agosto de 1930. Página 5.

As relações de sociabilidade entre membros da colônia⁵⁶ podem ser vistas também por meio da Sociedade Holandesa de Assistência Social, na qual Selma Berkhout atuou como

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/405e9_16_APT_Clube_Holandes.pdf

⁵⁶ Termo utilizado por Dirk Berkhout para referir-se à comunidade holandesa na cidade.

presidente em obras de assistência social, destacando-se os serviços médicos, hospitalares, de assistência à infância⁵⁷ e o auxílio aos imigrantes holandeses recém chegados ao Brasil.

Embora tenhamos localizado poucas informações sobre holandeses em São Paulo, pudemos ter uma breve noção sobre os meios de organização desta comunidade na cidade através das relações de sociabilidade e assistências, principais funções de trabalho e as relações de negócio.

Outra dimensão importante atrelada aos negócios urbanos verifica-se na família Berkhout. Em 1928 é firmado o Contrato Social da empresa *Berkhout e Cia Ltda.*⁵⁸ Tratava-se de uma empresa comercial, com sede na Rua 15 de Novembro e com uma filial no centro do Rio de Janeiro, na Casa Mauá, locais de grande movimentação comercial, e que realizava diferentes tipos de comercialização nas cidades e importação e exportação de produtos diversos, mas com maior ênfase em produtos alimentícios. A empresa atuou por mais de 30 anos, sendo que o último anúncio publicado em jornal ocorreu no ano de 1958, no jornal **O Estado de São Paulo**.

Acreditamos que a associação entre seu cargo consular e a empresa *Berkhout e Cia Ltda.* favoreceu a ascensão social do casal e contribuiu para seu enriquecimento. As relações estabelecidas entre a família e outros holandeses devido ao cargo de cônsul em São Paulo e a comunicação com a Holanda facilitava a divulgação de seu comércio. Embora compreendamos que Dirk Berkhout possuía capital simbólico para se tornar cônsul, não ficou claro durante a pesquisa como este foi adquirido e se esta função era ou não remunerada, o que dificulta sabermos se sua prosperidade financeira deveu-se apenas aos seus investimentos.

Evidencia-se, na empresa *Berkhout e Cia Ltda.*, as relações de mercancia estabelecidas entre Brasil e Holanda reforçadas pelos anúncios em jornais que variam entre o final da década de 1920 até a década de 1950. Como exemplo, a empresa anunciava venda de adubo, gado leiteiro e bebidas destiladas provenientes da Holanda e, em contrapartida, anunciava em jornais brasileiros compra de mel de abelhas, couro, entre outras mercadorias variadas para serem vendidas na Holanda. Em uma ocasião, exportou para Rotterdam mais de meia tonelada de abacaxis, e, para Nova York, mais de uma tonelada de óleo de laranja.⁵⁹

⁵⁷ Jornal Folha de São Paulo. **Folha da Manhã**, Caderno único. 30 de Novembro de 1957. Pág. 11.

⁵⁸ Junta Comercial do Estado de São Paulo. Ficha de breve relato digitalizada, número 35204390523 – Empresa Berkhout e Cia Ltda. Disponível em <https://www.jucesponline.sp.gov.br/>

⁵⁹ Acervo Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. **Jornal Correio Paulistano**, São Paulo, Sexta-feira, 13 de Fevereiro de 1942. Página 11.

Além da empresa supracitada, em 1951, os Berkhout investiram no Laboratório Bercia Ltda., empresa de manipulação de produtos farmacêuticos e, posteriormente, na empresa Química Terapêutica Holando – Brasileira Berkfarma S/A, em 1953.⁶⁰ Os documentos da Junta Comercial do Estado de São Paulo referentes às empresas nos apresentam outros nomes relacionados à diretoria, sócios e investidores. Interessante notar que estas relações de negócios não eram estabelecidas apenas com holandeses moradores da capital, mas também, com brasileiros, alemães, austríacos e suíços residentes em São Paulo.⁶¹ O casal também aparece entre os estrangeiros que implantaram a Pedagogia Waldorf no Brasil e que dispuseram de uma casa onde foi fundada a primeira escola com esta pedagogia em São Paulo, estabelecendo relações com outros estrangeiros de diferentes nacionalidades.⁶²

1.5- AS MORADAS E O MERCADO RENTISTA: OUTRAS FORMAS DE INVESTIR

Para além do comércio, outra forma de investimento realizada pelo casal foi por meio da aquisição de propriedades para diferentes finalidades. O inventário de Dirk Berkhout nos mostra que o casal tinha preferência em aplicar seu capital em compra de imóveis e terrenos, mostrando que estes foram seus principais investimentos. Sendo assim, até 1966, podemos listar os seguintes imóveis em nome do casal:

- O imóvel no qual residiam, na Rua Conselheiro Brotero, nº1221, adquirido em 1942;
- Uma Área de 48.685,50 metros quadrados, no bairro de Rio Grande, em São Bernardo do Campo, adquirido em 1943;
- Parte de um prédio à Rua Albuquerque Lins, 1279, em Santa Cecília, adquirido em 1951;
- Conjunto de casas do Jardim Dona Rosa, na Rua Marechal Hermes da Fonseca, Santana, de 1952;

⁶⁰ **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. 18 de Julho de 1953.

⁶¹ Junta Comercial do Estado de São Paulo. Ficha de breve relato digitalizada, número 35300263570- Empresa Química Terapêutica Holando Brasileira BERKFARMA S.A.. Disponível em <https://www.jucesponline.sp.gov.br/>

⁶² Disponível em: <http://www.idwaldorf.com.br/site/historico/>.

- Parte de um Sítio em Santo Amaro, denominado Sítio Eldorado, adquirido em 1952;
- Um Apartamento localizado na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, no Guarujá, adquirido em 1954;
- - Um imóvel de uma chácara, em Pirituba, adquirido em 1958;
- Um apartamento no Edifício Tupi, na Rua Tupi, bairro de Santa Cecília, adquirido em 1961;
- Um apartamento no Edifício Princesa Imperial, na Rua Piauí, bairro Consolação, adquirido em 1963;

Parte dos imóveis são construções voltadas para uso da Sociedade Antroposófica, fundadores da Associação Pedagógica Rudolf Steiner em São Paulo, como o imóvel à Rua Albuquerque Lins, primeira sede da Escola Waldorf no Brasil, e que posteriormente mudou-se para Rua Job Lane. Ambos imóveis pertenciam ao casal Berkhout e a outros membros desta sociedade, atuando, ainda hoje, no mesmo local.⁶³ Outra informação relevante é o imóvel adquirido no terreno do sítio da Sociedade Holandesa de São Paulo, em Pirituba, mostrando investimentos ligados à comunidade holandesa residente na cidade. Os locais de investimento também mostram-se importantes, uma vez que a maioria destes imóveis e terrenos encontram-se em áreas afastadas do centro da cidade e em outros municípios.

Para além do comércio como negócio, o casal investiu em imóveis para finalidade de locação, inserindo-os, então, no mercado rentista de São Paulo, uma vez que se inscrevia na manutenção de um bem de raiz, com tradição na cidade desde o século XIX.⁶⁴

Como mencionado na introdução desta monografia, a cidade de São Paulo passou por diversas transformações em decorrência do advento do capitalismo industrial e a expansão dos trabalhos urbanos ligados ao complexo cafeeiro, que levaram ao aumento populacional ocasionado pelos constantes fluxos migratórios e imigratórios. Neste contexto, a iniciativa privada passou a investir em construção de imóveis para aluguel, visto que esta prática se mostrou lucrativa, sendo o mercado de construção explorado principalmente por industriais, profissionais liberais e pequenos comerciantes, entre eles, muitos imigrantes.

Este foi o caso do casal Berkhout, que em 1924 adquiriu, em São Paulo, uma propriedade situada à Rua Jureia nº 09, no bairro de Vila Mariana por 35 mil contos de réis. Em

⁶³ Informação disponível em <http://ewrs.com.br/site/historia/>

⁶⁴ OLIVEIRA, Maria Luiza de. **Entre a Casa e o Armazém: Relações sociais e Experiência da Urbanização**, São Paulo, 1850-1900. São Paulo. Alameda. 2005. 416 p.

1927, a Recebedoria de Rendas da Capital divulgou o valor do imposto predial e taxa de esgoto da cidade de São Paulo no jornal **O Correio Paulistano** e discriminou os valores dos impostos e os nomes dos respectivos proprietários e suas propriedades, dentre elas, a pertencente ao casal.

Trata-se de um imóvel cujo valor do imposto predial discriminado é de 120\$000, não havendo valor para taxa de esgoto.⁶⁵ O valor da propriedade adquirida em 1924, e do imposto predial, em 1927, tornam-se notórios em comparação aos demais impostos cobrados dos imóveis da mesma rua, visto que este é o valor mais elevado.⁶⁶

Não sabemos, ao certo, se a família residiu nesta chácara antes de se mudarem para a Rua Homem de Mello, nº 439, no bairro de Perdizes, ou se a casa já era utilizada por inquilinos. Após morarem na Rua Homem de Mello, os membros da família mudaram-se para a Rua Conselheiro Brotero, número 1211, onde residiram até o fim de suas vidas.

É interessante pensar sobre as mudanças de residências ao longo dos anos feitas pelo casal. Segundo Samira Adel Osman, alguns autores consideram que:

à medida que os imigrantes consolidados se elevavam na escalada social pelo sucesso nos negócios, tenderam a deixar a zona primitiva e se mudar para os bairros residenciais melhores e de grande prestígio na sociedade, pressionados pelos anseios familiares de se destacar e ser reconhecidos socialmente, facilitando sua inserção na nova sociedade, da qual principalmente mulheres e filhas desejavam fazer parte. [...] Portanto, a ocupação dos bairros pelos membros da comunidade, em diferentes épocas, pode ser explicada a partir do sucesso econômico obtido por esse grupo ao longo do processo de consolidação na cidade.⁶⁷

A mudança para três endereços diferentes demonstra este anseio de destaque social se analisarmos os locais escolhidos para habitarem. Primeiramente, provavelmente saíram do bairro Vila Mariana que ainda na década de 1920 se constituía como bairro de setores médios, mudando-se para Perdizes e, posteriormente, para a Rua Conselheiro Brotero,⁶⁸ região central da cidade e reduto de setores sociais mais abastados.

⁶⁵ Jornal Correio Paulistano. São Paulo, 08 de março de 1931. Pág. 14.

⁶⁶ Os valores dos impostos nesta rua variaram, entre 1927 e 1928, entre 18\$000 e 120\$000 e demonstram que, provavelmente, tratava-se de uma residência de classe média, já que em comparação ao valor de impostos de outras ruas o valor é ainda maior, chegando a 600\$000 de imposto predial e 480\$000 de taxa de esgoto, como no caso do imóvel pertencente a Anta Braga Netto, localizado na Praça Theodoro de Carvalho, na Vila Mariana.

⁶⁷ OSMAN, Samira Adel. **Mascates árabes em São Paulo: concentração urbana e inserção econômica**. Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade. Revista nº 2: Cidades: Processos Migratórios e Imigratórios. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 2009. Pág. 04.

⁶⁸ Não pudemos obter informações sobre o ano de construção da residência devido à impossibilidade de acesso aos documentos produzidos entre 1924 e 1935 que encontram-se sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Acreditamos que tenha sido construído no início da década de 1930, já que os documentos referentes à construção não foram localizados no Arquivo Geral da Prefeitura.

A mudança do casal para estes diferentes locais significou, por outro lado, a possibilidade de investimento no mercado rentista da cidade por meio do aluguel da chácara da Vila Mariana.

Em 1931 o imóvel foi anunciado no jornal **O Estado de São Paulo** para locação:



Figura 6 - Anúncio de aluguel da casa na Rua Jureia. **Jornal O Estado de São Paulo**. Página de anúncios. pág 14. São Paulo, 08 de março de 1931.

Segundo Clara Carvalho, a partir dos anos 1920 o bairro se consolida como residencial, sendo que as casas anunciadas para aluguel apresentavam características que atraíam as camadas médias, como garagem, jardim, duas salas e quarto para criado.⁶⁹ Trata-se, então, do anúncio de uma chácara voltada para estes setores, primeiramente pelo valor do aluguel de 300\$ e pelas características do anúncio da chácara, “casa de família, 2 salas, 3 quartos, banheiro e cozinha, pintura fina nova, grande garage.”⁷⁰

Ainda no início da década de 1930, outro anúncio mostrou-se importante para esta pesquisa. Trata-se do anúncio de aluguel de um "bangalô mobilado"⁷¹, localizado na Rua

⁶⁹ CARVALHO, Clara Cristina V. A. de. **Os setores médios e a urbanização de São Paulo: Vila Mariana, 1890 a 1914**. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo. Tese de Mestrado. Guarulhos. 2015. Pag. 199.

⁷⁰ *Idem, Ibidem*,

⁷¹ O bangalô foi anunciado em 22/07/1930 e em 29/11/1930, não constando mais neste jornal outros anúncios do imóvel. Então, provavelmente após o anúncio de 29/11 o bangalô foi alugado.

Marechal Hermes da Fonseca, número 66, cujo interessado deveria "Tratar-se com Berkhout, R. 15 de Novembro, 25, 2º, sala 26"⁷², endereço do estabelecimento comercial do holandês:



Figura 7 - Anúncio de aluguel do bangalô em nome de Dirk Berkhout.

FONTE: **Jornal O Estado de São Paulo**. 27 de Junho de 1930. Página 14.

Por meio da documentação localizada no Arquivo Municipal de Processos, o número do imóvel acima mostrado refere-se a uma antiga casa antes localizada no mesmo terreno em que foi construída posteriormente a vila Jardim Dona Rosa. O documento aborda um pedido da viúva Selma De Vita, em 1976, de cópia de segunda via do auto de vistoria e alvará dos prédios da vila e também dos prédios "nº 410, antes 42 e anterior nº 66", referido no anúncio de aluguel, e dos prédios nº 140 e 390 "[...] que existiam até 1954 e foram demolidos."⁷³

É interessante pensar que Dirk Berkhout investiu em dois imóveis cuja localização era afastada do centro da cidade, sendo que a Vila Mariana ainda possuía chácaras, mas já estava consolidado como bairro urbanizado,⁷⁴ e Santana, que no mesmo período passava por diferente processo de urbanização.

Assim, acreditamos ter mostrado neste capítulo como a inserção do casal Berkhout na sociedade paulistana ocorreu, suas relações com a comunidade holandesa e os meios encontrados na cidade para melhorarem suas condições de vida, efetivamente, enriquecendo-

⁷² *Jornal O Estado de São Paulo*. 1930.

⁷³ Processo Nº 1982 - 0.022.565-8/ Nº de capa: 0.074.953/54. Folha nº 38. 1976. Embora o trecho refira-se a mais de uma construção demolida, acreditamos que as demais casas foram construídas após 1930.

⁷⁴ CARVALHO, Clara Cristina V. A. de. **Os setores médios e a urbanização de São Paulo: Vila Mariana, 1890 a 1914**. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo. Tese de Mestrado. Guarulhos. 2015. Pag. 199.

os. Os meios de sociabilidade contribuíram para ascensão do casal em meio aos interesses da comunidade de imigrantes no Brasil, que levou Dirk Berkhout ao cargo de cônsul dos Países Baixos. O comércio e o mercado rentista foram os principais meios de ganho escolhidos pelo casal para prosperarem. Será necessário então analisar o bairro de Santana para tentarmos encontrar respostas sobre as possíveis causas que levaram os Berkhout a adquirirem propriedade no local.

CAPÍTULO 2

SANTANA E SUAS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Localizado às margens do Rio Tietê, Santana, atualmente, é um dos principais distritos da Zona Norte da cidade, caracterizado pelo expressivo número de estabelecimentos comerciais e por núcleos residenciais. Entre seus principais bairros, destacamos os de Santana, Água Fria, Jardim São Paulo, Santa Teresinha e Chora Menino. Entretanto, o processo de formação deste local em relação aos do “centro” da cidade foi lento, ocasionado por diversos fatores que serão apresentados neste capítulo.

Tornou-se importante para nós apresentarmos algumas considerações referentes ao processo de formação do local, com ênfase no bairro de Santana e, principalmente sobre a região conhecida como Alto de Santana, local em que o casal Berkhout possuía um bangalô na década de 1930, e onde, em 1952, construíram o Jardim Dona Rosa. Compreender o processo de mudança pelo qual passou o local poderá nos auxiliar no entendimento acerca das motivações para esta construção no bairro.

Contudo, devemos ressaltar que neste trabalho monográfico interessa-nos apontar aspectos gerais de formação do bairro que se mostraram importantes para compreendermos este espaço. Não é intenção apresentar uma história do bairro de Santana em detalhes, visto que este não é objeto desta pesquisa. O que faremos, contudo, será uma breve cronologia de acontecimentos importantes para que depois possamos apresentar uma área mais específica do bairro, o Alto de Santana.

2.1 – A FORMAÇÃO DO BAIRRO DE SANTANA: ASPECTOS GERAIS

Até o início do século XX a região norte da cidade mantinha características rurais, contrastando com o adensamento urbano da região do Triângulo Histórico e de suas áreas lindeiras, depois, chamadas de “centro”. Langenbuch discorre, em sua tese de doutoramento, que Santana fazia parte do chamado cinturão de chácaras, que desempenhavam funções agrícolas e residenciais, que só começariam a se modificar no início do século XX.

Segundo André Gonçalves, Santana passou por três períodos de ocupação. O primeiro correspondeu ao processo de formação do núcleo de povoamento de Santana, iniciado no século

XVII ao redor da antiga Fazenda Santana – atual sede do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo – CPOR, na Rua Alfredo Pujol, que se estendeu até o início do século XIX. O Segundo período ocorreu entre meados do século XIX e início do XX, com a criação da colônia de povoamento formada por imigrantes, em maioria italianos, que se estabeleciam nas regiões mais próximas à várzea do Rio Tietê e da Rua Alfredo Pujol, diferentemente do que ocorreu a partir da construção da capela Santa Cruz, no alto da colina de Santana, cujo entorno passou a ser ocupado por famílias mais abastadas. Por fim, o terceiro período de ocupação ocorreu com a formação do núcleo central de Santana, desenvolvida ao redor da igreja matriz no início do século XX, quando antigas chácaras foram loteadas e os terrenos vendidos a baixos preços, constituindo o espaço entre imóveis residenciais e posteriormente comerciais, que se desenvolve com maior relevância a partir dos anos 1950.¹

Santana fazia parte de um dos antigos núcleos de povoamento fundados pela Companhia de Jesus durante o período colonial. A Companhia fez, posteriormente, doação de uma porção de terras onde se localizava a Fazenda Santana, aos Jesuítas de Santo André. Após a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, as terras de Santana foram confiscadas pela Coroa, e passaram para os domínios do Governo da Capitania de São Paulo.²

Entre os séculos XVII e XVIII, o núcleo de Santana se caracterizou pela produção alimentícia, mantendo esta função pelas décadas seguintes, quando no século XIX, a população de São Paulo aumentou em decorrência da produção do café e das melhorias nas estruturas de locomoção, com a construção de estradas de ferro, que chegavam às regiões mais afastadas da cidade.

Neste processo de crescimento de São Paulo, teve papel importante a formação de quatro núcleos coloniais que ladeavam a cidade, fundados em 1877: Glória, Santana, São Caetano e São Bernardo. Estes núcleos receberam grande número de imigrantes com objetivo de acentuarem a produção de hortaliças para abastecimento da cidade.³ Para Langenbuch,

De modo geral, a importância dos núcleos coloniais dos arredores paulistanos se define em função do papel que representaram na época em que foram instalados, quando a expansão de São Paulo sobre seus

¹ GONÇALVES, André Vinícius Martinez. **Manifestações e contradições da metrópole de São Paulo no antigo bairro de Santana** - A paisagem, o valor da terra, a intervenção urbana e o fenômeno da deteriorização urbana. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da FFLCH-USP. São Paulo, 2006. P. 53.

² CANAVERDE, Andrea Aparecida. **Do Além-Tietê às novas áreas de centralidade** – estudo da produção de centralidade na zona norte de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007. P. 29.

³ LANGENBUCH, Richard. **A estruturação da Grande São Paulo**. Estudo da Geografia Urbana. Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Campinas. Rio Claro, 1968.

arredores apenas ensaiava seus primeiros passos. Neste particular, os núcleos representaram um papel de relativa importância no sentido de acentuar a organização dos arredores em função da cidade.⁴

Langenbuch aponta, ainda, que outros serviços para o abastecimento urbano eram prestados por Santana pela proximidade com a cidade, como fabrico de carvão e lavagem de roupas, além de terem função de “subúrbio residencial” da cidade.

Foi também neste período, especificamente em 1893, que o Tramway da Cantareira foi criado com a finalidade de transportar materiais para a construção da adutora que levaria água da Serra da Cantareira até a região central da cidade. Com o tempo, sua utilização passou a ser pública, funcionando como transporte coletivo, possibilitando a criação de várias estações. Na região de Santana, podemos destacar as estações Areal, Santana, Santa Teresinha e Quartel, importantes para a ocupação local entre o final do século XIX e início do século XX. Na década de 1920 surgiram as primeiras linhas de ônibus para o bairro e, segundo Andrea Canaverde,

No início do século XX Santana já apresentava algumas qualidades que, mais tarde, a transformaria em subcentro. Por ser um ponto de confluência de diversos meios de transporte, fazendo o elo entre Centro e os bairros periféricos [como Tucuruvi], Santana apresentava alto fluxo de pessoas, atraindo assim, atividades que dependem dessa movimentação, como o comércio e os serviços.⁵

Os meios de acesso à Santana eram escassos e difíceis. Desde o século XVIII a principal ligação entre Santana e o centro fazia-se por meio da Ponte Grande, que unia a Avenida Tiradentes à Rua Voluntários da Pátria. Entretanto, a construção era precária, dificultando o acesso a Santana. Por décadas, as constantes cheias do rio Tietê e consequentes alagamentos das várzeas na região dificultaram a ocupação local, embora não impedisse que determinadas atividades fossem realizadas nestes locais, como passeios e prática de esportes, principalmente na Ponte Grande.⁶ Na década de 1930 foram instaladas fábricas e grupos residenciais próximos das várzeas e a questão do acesso aos bairros do além Tietê começou a mudar, principalmente na década seguinte, com a retificação do Rio Tietê que, segundo o historiador Janes Jorge, tornou-se questão prioritária durante o mandato do prefeito Prestes Maia.⁷ Soma-se a isso o Plano de Avenidas, que reorganizou o sistema viário da cidade, possibilitando a ligação dos

⁴ *Ibidem*, Cap.2. p.E+15.

⁵ CANAVERDE, Andrea Aparecida. **Do Além-Tietê às novas áreas de centralidade** – estudo da produção de centralidade na zona norte de São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007. P.41.

⁶ JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu**: São Paulo, 1890-1940. São Paulo, Alameda 2006. P. 124.

⁷ *Ibidem*, p. 65.

bairros periféricos ao centro por meio de avenidas radiais, expandindo o perímetro urbano e estimulando a ocupação destes bairros. Em meio a este processo de mudanças pela qual passava São Paulo, a Ponte Grande deu lugar à Ponte das Bandeiras, que melhorou o acesso ao bairro e tornou-se a principal via de acesso para a região norte da cidade, valorizando a venda de imóveis e terrenos na região.



Figura 8 – Anúncio de venda de terrenos no bairro Jardim São Paulo. Na imagem, a Ponte das Bandeiras é evidenciada como fator de valorização de terrenos na Zona Norte. A informação de linha de ônibus no local também é evidenciada. Fonte: **Jornal O Estado de São Paulo**. 25/01/1942, Página 09.

A partir então da década de 1940, os terrenos de Santana e de bairros próximos passaram a ter maior visibilidade, atraindo especuladores imobiliários que vendiam terrenos para construção de casas e comércios a preços módicos, atraindo trabalhadores e desenvolvendo de forma mais acelerada a região.

Um dos locais que teve maior valorização neste período foi a região conhecida como Alto de Santana, referência ao local de colinas e outeiros, em função das escarpas da Serra da Cantareira, que compõem o bairro. É neste espaço que se insere a vila holandesa e que por esta razão, daremos atenção especial para seu processo de formação.

2.2 – O ALTO DE SANTANA POR MEIO DOS ANÚNCIOS DE JORNAIS: APONTAMENTOS SOBRE SUA FORMAÇÃO ESPACIAL E SOCIAL

São poucos os estudos detalhados sobre o processo de ocupação do bairro de Santana,

o que nos levou a buscar fontes que pudessem auxiliar no entendimento deste processo, sendo importante para compreendermos a inserção da vila na região, que corresponde ao Alto de Santana. É importante apontar que limitamos os estudos a este local e não ao bairro todo porque compreendemos as complexidades e singularidades que formam este espaço. Estudar o Alto de Santana nos apresentou diferentes questões relacionadas a esta região e a sua formação. No entanto, não é intenção deste trabalho abarcar todas as questões referentes ao processo de ocupação local, visto que demandaria maior tempo de pesquisa e fugiria da proposta inicial, mas por meio das informações levantadas pretendemos abordar questões pertinentes para compreendermos a inserção da vila holandesa neste espaço.

Primeiramente, procuramos compreender o que é o Alto de Santana, seus limites territoriais atuais e fontes que possibilitassem pensar a formação local pelo viés histórico. No processo de busca de informações encontramos algumas referências ao local que tornou impreciso compreender seus limites, já que o Alto de Santana não corresponde a um único bairro, mas faz referência a uma região que engloba diversos bairros, como Santana e Vila Santana. Apesar desta referência, outros bairros, como Santa Terezinha e Chora Menino também são popularmente conhecidos como integrantes da região do Alto de Santana, assim como alguns locais dos bairros Mandaqui e Água Fria. Desta forma, compreender os limites territoriais desta região perpassa as demarcações de bairros, ligando-os aos costumes da população e ao entendimento destes sobre o que se caracteriza como a região.

André Gonçalves aborda, em seu trabalho, que o geógrafo Aziz Ab'Saber⁸ dividiu Santana em duas áreas, a primeira correspondendo à formada por planícies aluviais do Tietê, e, a segunda, pela área das colinas e outeiros, conhecida popularmente como Alto de Santana.⁹

⁸ Aziz Ab'Saber (1929-2012) foi um importante geógrafo brasileiro e um dos primeiros pesquisadores sobre geomorfologia no Brasil. Entre seus principais trabalhos, destaca-se o livro *A geomorfologia do sítio urbano de São Paulo*, publicado em 1957. Fonte: MAURO, Claudio Antonio Di. A atualidade da visão de Ab'Saber. *Soc. & Nat.*, Uberlândia, ano 24 n. 1, 7-20, jan/abr. 2012.

⁹ GONÇALVES, André Vinícius Martinez. **Manifestações e contradições da metrópole de São Paulo no antigo bairro de Santana** - A paisagem, o valor da terra, a intervenção urbana e o fenômeno da deteriorização urbana. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da FFLCH-USP. São Paulo, 2006. P.36.

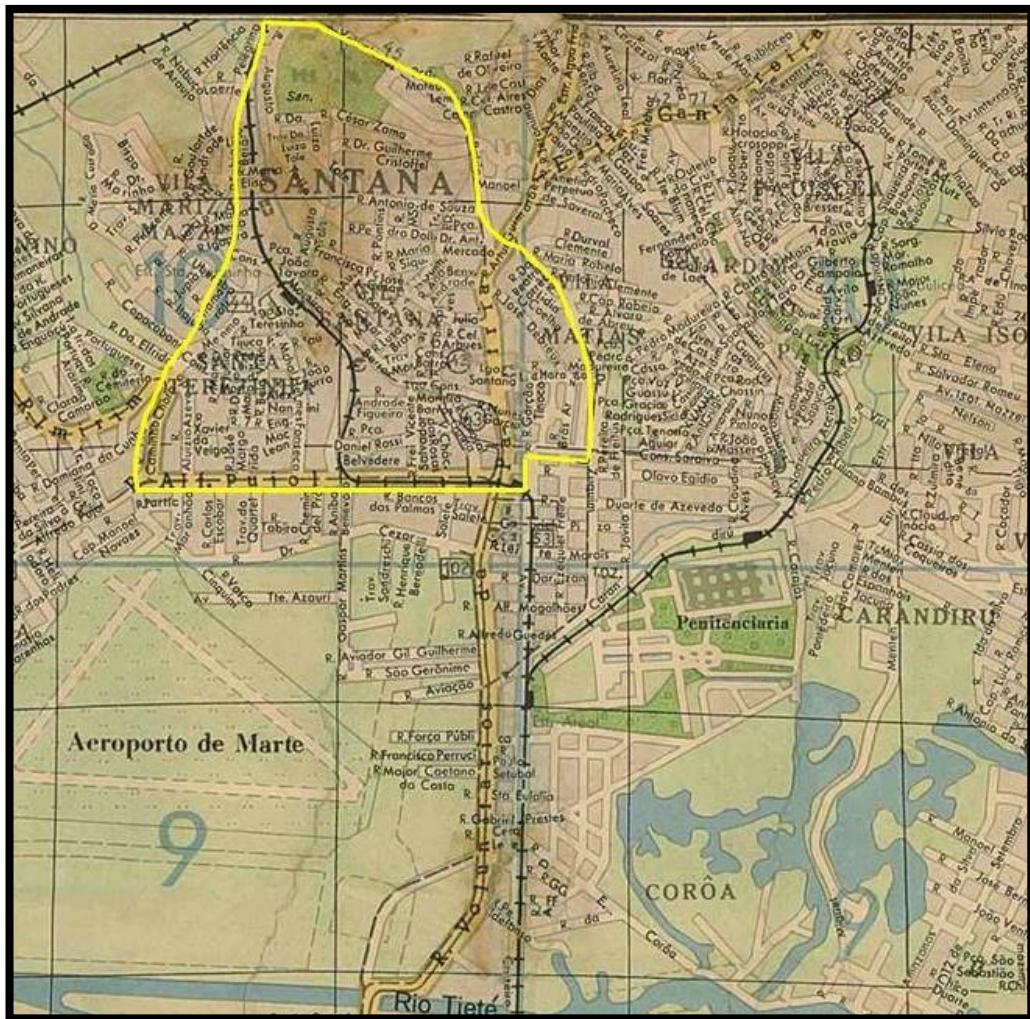


Figura 9- Em amarelo, grifado pela autora, área de colinas e outeiros do Alto de Santana. Abaixo desta área, em direção ao Rio Tietê, Aziz Ab'Saber indica a área de planícies aluviais, popularmente chamada de área de várzeas.

Referências: Mapa retirado do site http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1950.php.

Demarcação: GONÇALVES, André Vinícius Martínez. **Manifestações e contradições da metrópole de São Paulo no antigo bairro de Santana** - A paisagem, o valor da terra, a intervenção urbana e o fenômeno da deteriorização urbana. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da FFLCH-USP. São Paulo, 2006. P. 38.

Esta divisão apresenta características fundamentais quando pensamos o processo histórico de formação do bairro. Como apresentado no tópico anterior, as planícies aluviais dificultaram a ocupação do solo durante muitos anos, pois em épocas de cheias formavam lagos e inundavam as terras das várzeas, questão que, aparentemente, só foi revertida quando foi realizada a retificação do rio Tietê na década de 1940. Por isso, o núcleo de Santana se desenvolveu em áreas pouco mais distantes e próximas às colinas de Santana, como mostra André Gonçalves,

Santana, dentre todas as localidades da Zona Norte, foi a que de modo mais intenso desenvolveu seu núcleo populacional nas colinas. Primeiramente nas baixas colinas onde se situa a Rua Alfredo Pujol, e, posteriormente nas altas colinas, onde se localiza a capela de Santa Cruz, na Rua Voluntários da Pátria.¹⁰

Como apontado no item 2.1, de maneira geral, por causa de suas características rurais, desde o século XVII até finais do século XIX Santana se caracterizava pela produção alimentícia que abastecia o centro da cidade de São Paulo.¹¹ Esta situação começou a mudar com o advento da indústria na cidade e a instalação de algumas fábricas no local no final do século XIX, sendo a população composta por indivíduos que, em sua maioria, era de baixa renda, formada principalmente por agricultores e operários – com número expressivo de imigrantes,¹² que se instalavam nas regiões de baixas colinas e próximas à várzea. De acordo com Maria Torres, apenas em 1886 foi estabelecida a área de Santana - antes pertencente ao distrito de Santa Efigênia, que correspondia a aproximadamente 84 hectares, dividida em 68 lotes.¹³

Ainda que no século XIX a maioria da população fosse composta por agricultores e operários, Santana apresentava também grupos com renda mais elevada, embora sendo uma pequena parcela, composta por empresários e funcionários públicos, que estabeleciam negócios na cidade e residência em Santana ou possuíam casas de veraneio principalmente na região de colinas. Desta forma, “graças às vantagens do clima nas proximidades da serra, com sua mata exuberante [...] Santana deixará de ser bairro agrícola, para ser também residencial e de recreio”¹⁴.

Destarte, podemos observar que Santana, apresentando diferenças na própria formação geográfica – composta desde terrenos alagadiços próximos à várzea do Rio Tietê até colinas, possibilitou que sua ocupação fosse realizada por diferentes grupos sociais. Verifica-se, então, uma espécie de estratificação vertical, literal, já que os áreas mais elevadas, topograficamente,

¹⁰ GONÇALVES, André Vinícius Martinez. **Manifestações e contradições da metrópole de São Paulo no antigo bairro de Santana** - A paisagem, o valor da terra, a intervenção urbana e o fenômeno da deteriorização urbana. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da FFLCH-USP. São Paulo, 2006. P.62.

¹¹ CANAVERDE, Andrea Aparecida. **Do Além-Tietê às novas áreas de centralidade – estudo da produção de centralidade na zona norte de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

¹² JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu**: São Paulo, 1890-1940. São Paulo, Alameda 2006.

¹³ TORRES, Maria Celestina T. M. **História dos bairros de São Paulo: O bairro de Santana**. Prefeitura Municipal. 1970. P. 66.

¹⁴ *Ibidem*,

acabram sendo consideradas mais caras no processo de urbanização.

Na década de 1880 a região de colinas já era conhecida como Alto de Santana, mas esta referência se disseminaria com mais intensidade no século XX, especialmente entre as décadas de 1940 e 1950.¹⁵ Notamos, também, que esta denominação estende-se, por exemplo, ao Mandaqui e Vila Mazzei, locais que atualmente não se ligam ao bairro de Santana, embora estejam próximos, mas que apresentam outeiros e colinas em seu espaço geográfico, sendo possíveis motivos para a utilização desta referência.

Procuramos pensar em alguns elementos desta formação principalmente entre o final do século XIX e início do XX - quando ocorreu maior ocupação local, partindo do estudo sobre a Rua Marechal Hermes da Fonseca – em que a vila está localizada - em diálogo com outras fontes que mostrem o que ocorria em diferentes ruas que compunham o Alto de Santana.

A rua que hoje conhecemos por Marechal Hermes da Fonseca situa-se nesta região de topografia elevada, distinta de outras regiões do bairro localizadas próximas à várzea do Rio Tietê. Por meio de análise da Planta Geral da Capital de São Paulo de 1897, primeiro ano em que o arruamento de Santana aparece nos registros cartográficos - e comparando-a com outros mapas produzidos em períodos posteriores, notamos que a Rua Marechal Hermes da Fonseca corresponde à antiga Rua da Cantareira, como mostram as imagens abaixo:

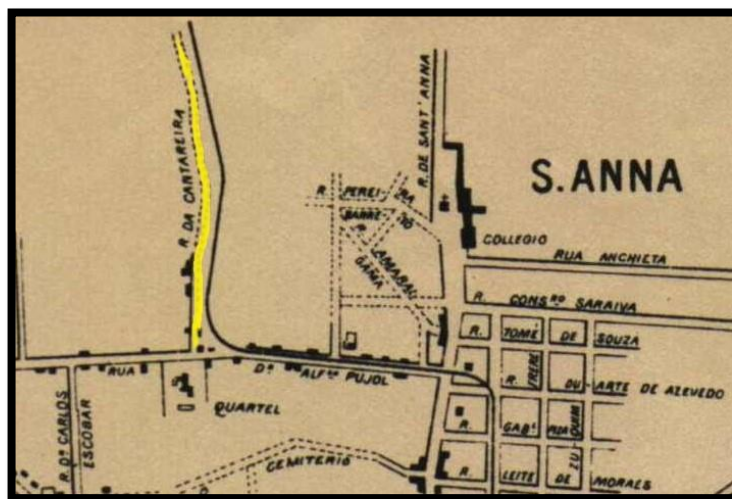


Figura 10 – Recorte da Planta Geral da Cidade de São Paulo, produzida em 1897. O traçado em amarelo refere-se à Rua da Cantareira. Fonte: <http://www.arquiamigos.org.br/info/info20/i-1897.htm>

¹⁵ *Ibidem*,

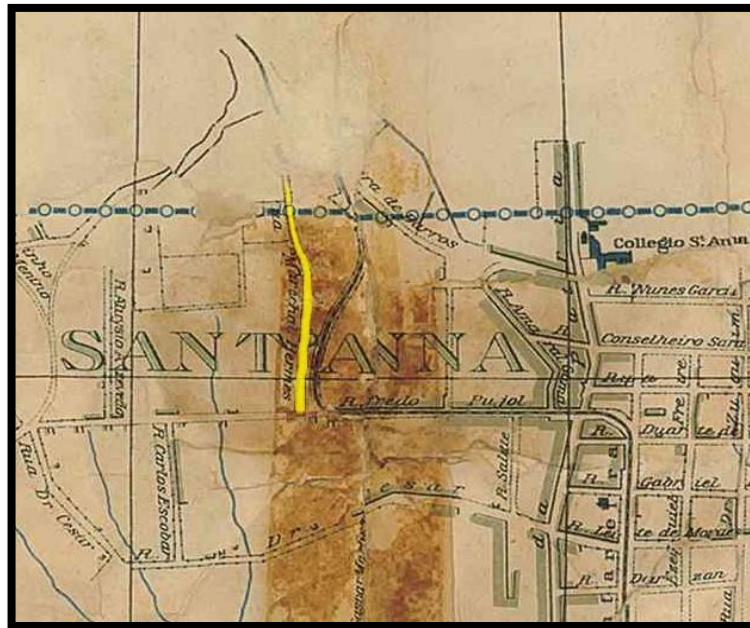


Figura 11 – Recorte da Planta Geral da Cidade de São Paulo, enfatizando o bairro de Santana. O traçado em amarelo refere-se à Rua Marechal Hermes da Fonseca. Comparando-o ao mapa acima, notamos que ela corresponde a antiga Rua da Cantareira. Fonte: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1900.php

No final do século XIX o **Jornal O Estado de São Paulo** publicou em sua sessão de Leilões o anúncio de “uma esplendida chácara sita no saudável e procurado Bairro de Sant’Anna” pela empresa Chaves Leal, atrativa para aqueles que buscavam como morada um local “saudável” afastado do centro da cidade:

Uma esplendida chácara, sita á rua da Cantareira, no bairro de Sant’Anna, medindo 70 metros de frente, por quase 100 de fundos, tendo casa de moradia, telheiros, cocheira e outras bemfeitorias. Tem mais de 400 arvores frutíferas, taes como pés de jaboticabas, ameixas, laranjas, limões, pecegos, maçãs, nozes, mamão, mangas, etc., 70 pés de café, todos com frutos e 350 pés de uvas de varias qualidades. Tem agua canalizada e de fonte, em abundancia. A chácara está a 5 minutos da Estação do chora menino. Optima occasião para quem quizer possuir uma bella chácara, próxima á cidade, servida pela magnifica linha da Cantareira.¹⁶

Devido à sua localização afastada do centro da cidade, com áreas de altitude e bom clima, Santana apresentava características importantes e enfatizadas em discursos higienistas do século XIX, favorecendo o espaço para construção moradias para quem buscasse um local saudável para viver. O anúncio do leilão nos mostra que este discurso em que apresenta o Alto de Santana de maneira favorável para ocupação poderia favorecer a venda destes terrenos

¹⁶ **Jornal O Estado de São Paulo**. Sessão de anúncios de leilões. Edição de 23 de Fevereiro de 1899.

situados em colinas, como ocorria em outros locais da cidade, como na região da Avenida Paulista.¹⁷ Outra característica importante do anúncio é a presença da estação Chora Menino próximo à rua, facilitando o acesso ao local. Aroldo de Azevedo aponta que a presença destas estações contribuiu para a ocupação de terrenos próximos a elas, sendo estas chácaras destinadas à produção de hortaliças ou local de veraneio.¹⁸

Langenbuch enfatiza em seu trabalho que as regiões que compunham o cinturão de chácaras em torno da região central, entre eles Santana, tinha, como principal característica, a produção frutífera. Estes elementos presentes nos anúncios reforçam a ideia apresentada por autores, incluindo Langenbuch, de que provavelmente a presença de grande quantidade de árvores frutíferas e consequente produção, era levada para a cidade e vendida.¹⁹

Apesar desta referência, a pesquisa em anúncios de jornais nos apresentou lacunas em relação à ocupação deste espaço durante as primeiras décadas do século XX. Embora no final do XIX a Rua da Cantareira tenha sido anunciada de maneira a atrair investidores, não localizamos outros anúncios de aluguel ou venda que seguissem esta lógica de espaço saudável durante as duas décadas seguintes. Entretanto, as pesquisas de Maria Torres e Andrea Canaverde mostram que as dificuldades de acesso à região decorrente de barreiras naturais adentravam o século XX, e que continuavam prejudicando a ocupação local.

Em 1908, a Rua da Cantareira passou a ser denominada Rua Marechal Hermes da Fonseca pela Lei n. 1102 de 17 de Julho de 1908,²⁰ e apresentou, na década de 1920, os primeiros sinais de melhoramentos urbanos, com pedidos de proprietários para construção de muros após o decreto da Lei Ordinária 2408/1921, em que foi aprovado o início das obras de alinhamento da rua. Além disso, entre os anos de 1920 e 1924 foram solicitados para a prefeitura

¹⁷ SHIBAKI, Viviane Veiga. **Avenida Paulista: da formação à consolidação de um ícone da metrópole de São Paulo**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Catálogo USP. São Paulo, 2007.

¹⁸ CANAVERDE, Andrea Aparecida. **Do Além-Tietê às novas áreas de centralidade – estudo da produção de centralidade na zona norte de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

¹⁹ LANGENBUCH, Richard. **A estruturação da Grande São Paulo**. Estudo da Geografia Urbana. Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Campinas. Rio Claro, 1968. P. 06. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000429261>

²⁰ Disponível em <https://leismunicipais.com.br/legislacao-municipal/5298/leis-de-sao-paulo>

três pedidos de alvarás para construção de sete casas na mesma rua.²¹ Nos anos de 1930, os jornais mostraram maior número de venda de terrenos na Rua Marechal Hermes da Fonseca e em ruas próximas, o que possibilitou maior ocupação do espaço.

Embora esta região possuísse terrenos com preço mais elevados e voltados aos setores médios e altos, a ocupação do Alto de Santana ocorreu com mais intensidade a partir da década de 1930, ocasionada, principalmente, pelos elementos apresentados no tópico anterior, como melhoramentos de acesso à região por meio da retificação do Tietê, desenvolvimento de transportes e reformas urbanas, como abertura de avenidas e inauguração da Ponte das Bandeiras em 1942, que melhoraram a ligação entre o centro e o bairro, impulsionando a venda de lotes a preços módicos, atraindo investidores.

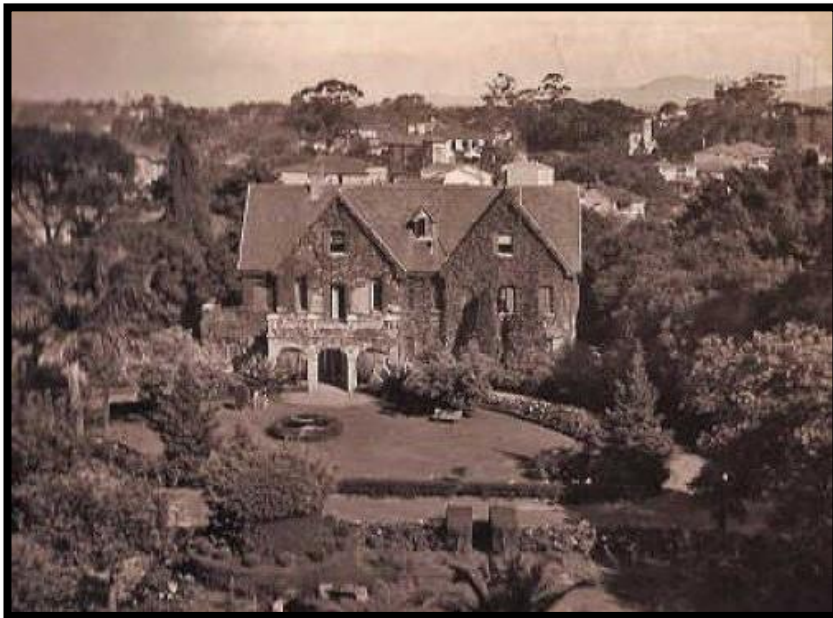


Figura 12 – Sede da Chácara Baruel, construída no final do século XIX e localizada no Alto de Santana entre as ruas Voluntários da Pátria e Conselheiro Moreira de Barros. Fotografia tirada na década de 1940, mostrando as características locais. Destaca-se na imagem o conjunto arbóreo e o número de edificações ao fundo. Fonte: Acervo Pessoal de Maria Isabel Romero. In: <http://vejasp.abril.com.br/materia/santana-bairro-antigo>

Os anúncios de venda e aluguel de imóveis na região se intensificam nos anos de 1940 e 1950 e o discurso referente ao local salubre do final do século XIX mostra-se como uma das características fundamentais para venda de imóveis. Seleccionamos as seguintes notas do jornal

²¹ Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Fundo Obras Particulares. Rua Marechal Hermes da Fonseca. Ano 1922 – Caixa M5. Processo nº61. Ano 1923 – Caixa M3. Processo nº35.900M e Caixa 0P100/M6.

O Estado de São Paulo²² que demonstram elementos que favoreciam a ocupação do local:

15/10/1941 – Página 13 “Aluga-se no Alto de Santana Chacarazinha para família de fino trato”

19/05/1945 – Página 11 “Aluga-se uma casa pitoresca, situada no bairro de melhor clima de S. Paulo, Alto de Santana, com dois andares, 2 magníficas salas de banho, 5 quartos e demais dependências espaçosas; jardim em toda volta da casa, bonde e ônibus a porta, para família de fino tratamento.”

02/10/1946 – Página 08 “Casa Pequeninina – Casal s/ filhos compra ou aluga para passar fim de semana, c/ algum terreno arborizado, água e luz, Local saudável. (Tremembé, Cantareira, Est.Santo Amaro, Alto de Santana, Jabaquara, etc. 4-3338.)”

05/11/1947 – Página 14 “Casa-terrea Santana. Terreno de 10x50, isolada de um lado. Salas de visita e jantar. 2 dormitórios, cozinha com fogão elétrico e banheiro completo. Jardim e quintal, com poço com bomba elétrica e tanque para aves. Rua Alfredo Pujol, com ônibus a porta e todos os melhoramentos.”

31/07/1948 – Página 12 “Quarto – Alto de Santana – Mobiliado, aluga-se em casa de família. Para uma pessoa só. Ônibus 45 quase à porta. Bonde 43 perto.”

31/03/1950 – Página 12 “Residência para fim de Semana – Alto de Santana – Mandaqui. Permuta ótima residência, adequada para fins de semana, com grande área, por outra mais próxima do centro.”

06/11/1951- Página 17 “Aluga-se linda casa, com garagem, terraço, quintal, copa, cozinha, sala de jantar, sala de visitas, em cima: 3 dormitórios e banheiro de luxo, e nos fundos mais 2 quartos grades, tanque e banheiro de empregada. Residência confortável, vistas maravilhosas. Rua asfaltada com ônibus a porta.”

07/12/1951- Página 14 “Casa grande, completamente isolada com grande jardim e quintal. Lugar alto, seco e saudável, própria para pensão ou clínica, tendo no alto 6 cômodos, em baixo mais 6 comodoss, com grande porão e demais dependências.”

Podemos identificar, entre os anúncios, características em comum que nos ajudam a pensar o que favoreceu a ocupação local. Primeiramente, frisamos as referências ao lugar saudável e aos melhoramentos, como ruas asfaltadas e presença de ônibus, elementos apresentados no tópico anterior, e que são reforçados por meio dos anúncios selecionados. A partir disso, as construções de casas “pitorescas”, direcionadas às famílias de “fino trato”,

²² Dois aspectos foram enfatizados durante a pesquisa: Primeiro, a palavra-chave utilizada para busca foi Alto de Santana, restringindo os anúncios de aluguéis a esta região. Não foi intenção traçar um intervalo de tempo entre os anúncios para saber a frequência em que os imóveis eram anunciados, mas ressaltar as características mais importantes evidenciadas neles entre a década de 1940 e início de 1950.

traçam distinção social neste espaço. Os anúncios também reforçam que o local ainda era procurado por indivíduos de outras regiões da cidade para fins recreativos, mostrando que, por décadas, o local conservara aspectos rurais, sendo Santana referenciada como zona suburbana da cidade por diversos autores, como Langenbuch.²³ É importante ressaltar que a região norte da cidade, desde finais do século XIX apresentou “vocação” de espaço de lazer, prática provavelmente iniciada entre Santana e os arredores do Horto Florestal. O Trem da Cantareira mostrou-se fundamental para este processo, pois ligava a região central às áreas rurais do além Tietê. A chegada do trem a Guarulhos, em 1915, reforça este uso do espaço, tornando a região da atual Vila Galvão conhecida também como local de veraneio.²⁴

Estes aspectos, embora presentes nos anos de 1940 e 50, demonstram que a ideia de que o Alto de Santana era local distinto dos demais do bairro permaneceu, embora tenhamos que ter cuidado ao apontar esta questão, pois outros anúncios e notícias demonstram que havia imóveis destinados aos setores sociais mais baixos, mostrando que a formação social local não era homogênea,²⁵ e que os territórios da pobreza estavam surgindo pari passu a esta suposta “glamourização” nas colinas. Entretanto, os anúncios com as características apresentadas acima mostraram-se em maior número. De maneira geral, os anúncios que apontam os locais dos imóveis como pertencentes ao Alto de Santana apresentam elementos que os direcionam para os grupos com poder aquisitivo mais elevado ou, por outro lado, buscam nesta referência valorizar os imóveis anunciados. Neste sentido, investidores em outras localidades próximas à Santana utilizavam o termo para valorizar seus anúncios, referenciando bairros como Água Fria, Mandaqui e Vila Mazzei como pertencentes ao “Alto de Santana”.

Estes indícios nos possibilitam refletir brevemente sobre algumas questões que favoreceram a ocupação e a formação do Alto de Santana até a primeira metade do século XX, destinando este local para determinados setores da população. Destarte, podemos abordar algumas questões referentes à construção do Jardim Dona Rosa neste espaço, relacionando as

²³ LANGENBUCH, Richard. A estruturação da Grande São Paulo. Estudo da Geografia Urbana. Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Campinas. Rio Claro, 1968. P. 06.

²⁴ ATIQUE, Fernando; BURATTINI, Giorgia; DIAS, Michele. **Urbanização, transformações espaciais e pressupostos para a leitura patrimonial em Guarulhos**. Relatório PIPAG. Guarulhos, 2016.

²⁵ Localizamos no jornal **O Estado de São Paulo** notícias referentes a conflitos entre moradores da Rua Marechal Hermes da Fonseca e que mostraram a presença de uma pensão na rua, em 1929, e da frequência de operários no local.

características locais apresentadas neste capítulo.

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO RENTÁVEL:

O JARDIM DONA ROSA

Nos capítulos anteriores procuramos apresentar questões fundamentais para compreendermos a construção do Jardim Dona Rosa na década de 1950. Primeiramente, apresentamos os promotores desta construção, os imigrantes Dirk Berkhout e Selma de Vita Berkhout, em uma breve biografia afim de que pudéssemos compreender quem eram estes sujeitos que investiam na cidade.

Partindo desta explanação, abordamos algumas considerações sobre o histórico de formação do bairro de Santana, especificamente o Alto de Santana, até a década de 1950, procurando compreender, por meio das referências bibliográficas e de anúncios de jornais, aspectos que caracterizaram esta formação. Com estas informações, pretendemos compreender alguns aspectos do espaço em que seria construída a vila em 1952. Neste último capítulo pretendemos analisar o processo de construção da vila, abarcando os indivíduos que participaram desta etapa, como ela ocorreu e a quem se destinou.

3.1 – DO BANGALÔ À VILA:

OS INVESTIMENTOS DO CASAL BERKHOUT

NO ALTO DE SANTANA

No final do primeiro capítulo discorreremos sobre dois imóveis que foram anunciados no jornal **O Estado de São Paulo** por Dirk Berkhout com finalidade de locação: um bangalô em Santana, em 1930, e uma chácara no bairro Vila Mariana, em 1931. Valemo-nos, então, das informações sobre o bangalô em Santana para pensarmos as relações dos holandeses com o bairro em questão.

Como abordamos, até a década de 1930, acessar o bairro de Santana ainda era difícil. Este quadro começou a mudar com o processo de metropolização de São Paulo, que levou a diversas mudanças na infraestrutura da cidade, alterando o acesso entre os bairros mais afastados do

centro da capital. É em meio a este processo que Ricardo Voltolini aponta que em Santana constitui-se o primeiro núcleo residencial, no Alto de Santana.¹

Quanto ao ano de aquisição do terreno à Rua Marechal Hermes da Fonseca pela família Berkhout, provavelmente entre os anos de 1920 e 1930, não sabemos.² Entretanto, o testamento de Dirk Berkhout nos indicou que o terreno pertencia a Rosalie Fuldauer, mãe de Selma de Vita. Valendo-nos do Mapeamento Aerofotogramétrico SARA BRASIL, produzido em 1930 e localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, localizamos o terreno e a possível construção do antigo bangalô.³

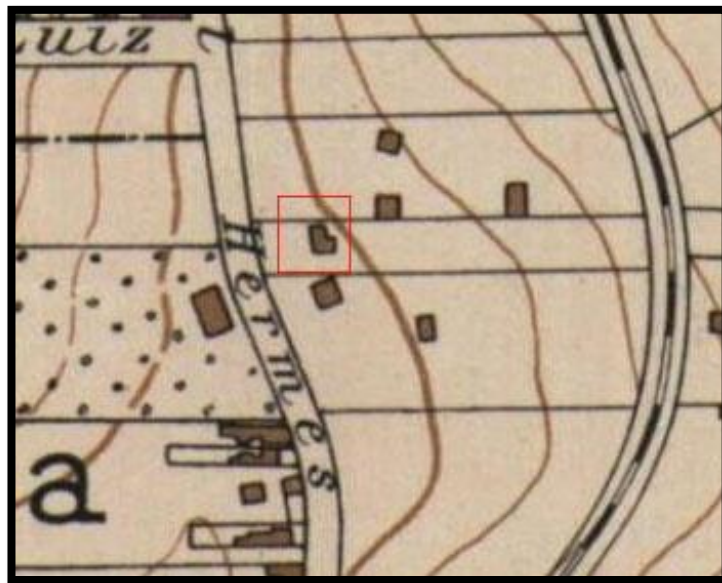


Figura 13- Provável construção de propriedade de Dirk Berkhout, na Rua Marechal Hermes da Fonseca, nº66, em 1930.

Pode-se notar na figura 13 os grandes vazios nos terrenos ao redor do bangalô, mostrando as poucas construções no local em 1930. Em um período de 20 anos, não sabemos se a mãe de

¹ VOLTOLINI, Ricardo. **Santana, sua história e suas histórias**. São Paulo. Editora SENAC. 1996.

² Em visita ao Arquivo Municipal de Processos, os funcionários informaram que os documentos referentes às construções entre os anos de 1924 e 1935 foram encaminhados para o Arquivo Histórico Municipal e, ao entrarmos em contato com esta instituição, alegaram que estes documentos não estão disponíveis para consulta, pois estão em processo de higienização devido ao grau de contaminação destes documentos. Por este motivo, não localizamos outras informações referentes ao bangalô.

³ Mapeamento Aerofotogramétrico SARA BRASIL. São Paulo. 1930. Página 37.

Selma de Vita residiu neste bangalô ou se o imóvel ficou alugado durante o intervalo de tempo entre o anúncio de aluguel, em 1930, e a construção da vila, em 1952.⁴

Apenas em 1952 encontramos outras referências ao terreno, quando em 19 de fevereiro de 1952 o casal adquiriu pelo espólio de Rosalie Fuldauer o terreno e dois imóveis ali situados avaliados em Cr \$315.000,00, partilhados entre os dois.⁵ O pedido de construção da vila ocorreu em menos de um mês após a transmissão do terreno para o nome do casal, em 10 de Março de 1952.

Este dado nos fez refletir sobre a própria nomeação da vila como Dona Rosa, pois a ficha de estrangeiro do irmão de Selma de Vita, Sr. Emile de Vita, o nome de sua mãe foi registrado como Rosa.⁶ Provavelmente o nome Dona Rosa foi uma homenagem à antiga proprietária do terreno, falecida na capital paulista em 23 de maio de 1948.⁷ Esta prática, como sabemos, era comum em São Paulo, como explica Fernando Atique, em seu livro **Memória Moderna: a trajetória do Edifício Esther**.⁸

Em 1953 o casal comprou o terreno ao lado para ampliar o investimento em construções, adquirindo o imóvel, de número 64, de Ricardo Del Ry e Mário Del Ry,⁹ demolindo-o, posteriormente, para construção de outros imóveis que iriam compor a vila. Passemos, então, para outra questão, que se refere a este tipo de edificação que se tornou comum em cidades: as vilas de interior de quarteirão.

3.2 – AS VILAS NA CIDADE DE SÃO PAULO

⁴ Por meio das leituras realizadas dos jornais digitalizados na base de dados Delpher e pelas fichas de imigração, entendemos que Rosalie Fuldauer, mãe de Selma de Vita, havia se separado do marido Arnold de Vita na Holanda. Este casou-se novamente e teve quatro filhos, entre eles René Berkhout, que também emigrou da Holanda e se estabeleceu em São Paulo. Não sabemos, no entanto, quando Rosalie Fuldauer veio para São Paulo, provavelmente após a separação, mas falta-nos dados para rastrear este acontecimento, principalmente os que indiquem quando ela adquiriu o imóvel.

⁵ 3º Oficial de Registros de Imóveis de São Paulo. Livro 3 – Transcrição das Transmissões. Transcrição nº 43.198, de 19 de Fevereiro de 1952, Livro AP, Folha 97, Página 1.

⁶ Embora haja na família outra mulher chamada Rosa, sobrinha do casal, achamos mais pertinente que a vila tenha esta denominação por causa da mãe de Selma de Vita, falecida anos antes da construção, do que Rosa Auerbach, citada no inventário como uma das beneficiadas do casal em caso de morte de ambos. Embora saibamos que Rosalie Fuldauer faleceu na capital de São Paulo, não foram encontrados registros de imigração nas fichas do Arquivo do Estado. As fichas de imigração dos parentes do casal estão no item Anexo F.

⁷ Jornal **O Estado de São Paulo**. Nota de Falecimento. Página 4. Edição de 25 de Maio de 1948.

⁸ ATIQUÉ, Fernando. **Memória Moderna: A trajetória do Edifício Esther**. São Carlos: RiMa, Fapesp, 2004. 364.

⁹ Inventário de Dirk Berkhout. Páginas 22 e 23.

Vila é uma palavra que designa diferentes estruturas, com variações que podem abranger uma forma de povoamento, conjunto de casas geralmente construídas em série e nomeação de bairros. O termo vila encontra-se nas diferentes relações estabelecidas entre o homem e o espaço, designando diferentes lugares de acordo com seus usos. Interessa-nos, aqui, a aplicação do termo no que diz respeito ao conjunto de habitações. Neste aspecto e conforme Eva Blay, podemos definir vilas como:

Conjuntos de casas construídas no interior de um terreno, o qual contém uma entrada que comunica a via pública à via interna para a qual as casas estão voltadas. [...] Há vilas de todos os tamanhos e de variada estruturação interna, comportando desde uma rua apenas até várias ruas, jardim, praça de esportes e outros bens de uso coletivo.¹⁰

Solange de Aragão utiliza as mesmas definições, adicionando a elas outra característica, a de “conjunto de casas de mesma arquitetura”¹¹, e refere-se a estes tipos de edificações como “vilas de interior de quarteirão” para distingui-las dos demais significados que a palavra apresenta.

Antes de analisarmos a Vila Holandesa e os principais aspectos pertinentes a este trabalho, é importante apresentarmos algumas questões no que concerne à habitação popular no Brasil do século XIX e início do século XX, para compreendermos a atuação da iniciativa privada na construção de vilas naquele período, especificamente na cidade de São Paulo.

3.3 – NOTAS SOBRE AS “VILAS” EM SÃO PAULO

As construções de habitações em vilas foram muito discutidas por diversos pesquisadores, em sua maioria sociólogos, arquitetos e historiadores. Entre estes trabalhos, destacamos o da socióloga Eva Blay, com o livro **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**, em que discorre sobre o histórico de vilas operárias na cidade, enfatizando suas origens e dando voz aos habitantes destes espaços, tornando referência fundamental nos estudos sobre vilas operárias. Destacamos, também, a autora Telma de Barros Correia, que também pesquisa sobre vilas operárias e história da habitação popular no Brasil. Entre os estudos mais recentes sobre vilas, destacamos os de Solange de Aragão, com o livro: **No interior do quarteirão: um estudo sobre as vilas da cidade de São Paulo** em que, diferentemente dos estudos de Eva

¹⁰ BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo. Nobel, 1985.

¹¹ ARAGÃO, Solange de. **No interior do quarteirão: Um estudo sobre as vilas da cidade de São Paulo**. São Paulo. Annablume, 2010. 128 p.

Blay, enfatiza em sua pesquisa as vilas construídas após a década de 1930, tipologia de construção que se propaga pela cidade, especialmente em bairros voltados para os setores médios.

Entre o final do século XIX e meados do início do século XX, o advento industrial e consequente aumento populacional nos grandes centros urbanos, especialmente nos períodos de transição do sistema escravista para o assalariado e de estímulo à imigração europeia pelo governo provincial, ocasionaram diversos problemas relacionados às moradias populares devido à falta de organização espacial e social.¹² Soma-se a isso as “reduzidas dimensões da cidade”,¹³ fazendo com que diversos grupos sociais ocupassem os mesmos espaços e se misturassem no tecido urbano.

Segundo Nestor Goulart Reis Filho, durante a maior parte do século XIX os escravos que habitavam as grandes cidades dormiam em seus próprios locais de trabalho, e que mesmo após a abolição da escravidão e aumento significativo de trabalhadores assalariados a questão da habitação das camadas mais baixas da sociedade não teve atenção significativa.¹⁴ A infraestrutura da cidade mostrou-se incapaz de responder à demanda populacional. A solução, em maioria das cidades, foi transformar prédios antigos em alojamentos coletivos, especialmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A péssima situação habitacional e seu baixo número favoreceu o surto de doenças entre a população, acarretando maior atenção do poder público para estes locais insalubres e proliferastes de "miasmas" que “degradava” a saúde dos trabalhadores pobres.

O discurso de médicos sanitaristas do final do século XIX no Brasil afirmava que grandes aglomerações populacionais em espaços pequenos, sem ventilação e luminosidade e alta umidade, propiciava grandes surtos epidêmicos, causadores de doenças. A solução para os problemas habitacionais e de salubridade era intervir na habitação proletária e investir em obras sanitárias nas cidades, sendo a primeira grande obra a implantação de sistemas de abastecimento de água e de coleta de esgotos.¹⁵

¹² REIS FILHO, Nestor Goulart. **Habitação Popular no Brasil: 1880-1920**. Cadernos de Pesquisa do LAP, n.2. São Paulo: FAUUSP, set-out, 1994.

¹³ BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. P. 21.

¹⁴ *Ibidem*

¹⁵ CORREIA, Telma de Barros. **A construção do Habitat Moderno no Brasil (1870-1950)**. Capítulo 2 *Projetos de Regeneração: A Intervenção na Habitação Proletária*. São Carlos: RiMa / FAPESP, 2004.

Em 1886 a Câmara Municipal de São Paulo promulgou o artigo nº11 do Código de Posturas que estabelecia padrões de edificações das habitações operárias – entre elas vilas e cortiços, seguindo normas de salubridade, como janelas e portas em todos os cômodos da casa para arejar os ambientes e evitar a proliferação de doenças, dimensões e desenho.¹⁶ Entretanto, as novas exigências não se limitavam apenas à forma de construção de habitações populares, mas também na localização destas casas. Suas construções não poderiam mais ser feitas no perímetro do comércio (ruas São Bento, XV de Novembro e Direita).

Destarte, as habitações deveriam ser construídas em áreas mais periféricas da cidade, como regiões do Brás, Santana e Belenzinho. A construção das primeiras vilas operárias está no cerne desta questão, visto que o poder público, ciente da necessidade de habitações para operários, deixava a questão sob o comando de instituições privadas que visavam lucro sobre moradias populares.¹⁷ A vila operária tornou-se modelo de construção de habitações higiênicas e econômicas e, assim, as próprias indústrias mobilizavam-se para construir casas para seus funcionários, favorecidos por leis como a Lei 498 de 14 de Dezembro de 1900 que estabeleceu prescrições sobre a construção de casas operárias que, erguidas fora do perímetro urbano, e obedecendo a pré-requisitos de higiene e tamanho, seriam isentas de impostos municipais.¹⁸ Este quadro mostra segregação social ocasionada pelo afastamento de operários do centro da cidade, local de maior número de habitação burguesa.

Aragão observa, ainda, que havia as diferentes aceitações da sociedade perante os cortiços e as vilas:

Do cortiço à vila havia uma mudança de categoria. Morar em um cortiço não era indicado; morar em uma vila, aos olhos da sociedade da época, era mais recomendável. Enquanto os cortiços eram estigmatizados como locais propícios à propagação de epidemias, à violência, à imoralidade e promiscuidade, as vilas eram, nos dizeres de Raquel Rolnik, a moradia dos “pobres/porém/descentes”.¹⁹

De acordo com Bonduki, havia dois tipos de vilas operárias: as de empresas, construídas pelas próprias indústrias para abrigarem seus funcionários, e as vilas particulares, construídas

¹⁶ BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.** São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

¹⁷ site do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo <http://www.arquiamigos.org.br/info/info19/i-estudos.htm>

¹⁸ BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: Vilas operárias na cidade de São Paulo.** São Paulo. Nobel, 1985. P.87

¹⁹ ARAGÃO, Solange de. **No interior do quarteirão: Um estudo sobre as vilas da cidade de São Paulo.** São Paulo. Annablume, 2010. P. 31.

por empreendedores privados destinados ao mercado de locação.²⁰ Devemos ressaltar que as vilas operárias tinham uma característica em comum: as duas modalidades visavam o lucro do proprietário, ou seja, as casas das vilas podiam ser alugadas, sendo o valor pago pelo inquilino, ou descontado o custo com a moradia do salário dos funcionários. No entanto, no caso de vilas de empresas, apenas uma parcela de operários teve acesso a estas habitações, geralmente os com maiores qualificações no trabalho, e as vilas particulares destinavam-se a indivíduos de setores sociais mais abastados. Os operários que não conseguiam morar em nenhuma destas tipologias, seja porque a casa não foi ofertada pela empresa ou pelo valor do aluguel, entre outras questões, continuaram em cortiços.

As vilas particulares, no entanto, foram construídas em maior número, por diversos investidores e em diferentes tamanhos ao longo do século XX. Com grande aproveitamento do terreno por meio de projetos que possibilitavam a economia de materiais com o uso de paredes comuns e ausência de recuos, estas construções eram mais baratas e favoreciam maior rentabilidade na locação em relação ao capital investido na construção.²¹

Para Ricardo Marques Trevisan, até meados de 1930, as vilas particulares e de empresas enquadram-se em uma “primeira fase” de produção de habitações em vilas, sendo seguida por uma “segunda fase” quando esta produção volta-se, em sua maioria, para os setores médios.²² As mudanças da cidade entre os anos de 1930 e 1960, que a tornaram metrópole, nos apontam determinadas motivações que levaram à difusão deste tipo de construção. Primeiramente, neste período a expansão periférica impulsionada pela venda de lotes a prestações e preços baixos, juntamente com a difusão da ideia de casa própria e conseqüente crescimento do número de construções feitas pelos próprios trabalhadores nos anos de 1940 e com a substituição do bonde pelo ônibus possibilitaram que o trabalhador morasse afastado de seu local de trabalho, desestimulando a produção de vilas operárias no período.²³

Em contrapartida, Solange de Aragão explica que

²⁰ *Ibidem*, P. 47.

²¹ BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004. P. 50.

²² Deve-se salientar, entretanto, que as construções de vilas para os setores médios ocorreram concomitantemente às operárias no início do século XX, mas em número reduzido. Um exemplar deste período é a Vila dos Ingleses, de 1917, edificada no bairro da Luz, e que destinava-se aos engenheiros ingleses que vieram ao Brasil para construção da estação da Luz.

²³ As vilas operárias de empresas continuaram sendo construídas até meados dos anos 1960, embora em número reduzido.

a expansão urbana foi deixando vazios. Grandes terrenos e lotes desocupados passaram a ser uma constante na paisagem paulistana. Alguns destes correspondiam a lotes que restavam do processo de retalhamento das quadras, situando-se, portanto, no interior dos quarteirões. De custo inferior, atraíram a atenção de pequenos e médios investidores, os quais começaram a construir vilas destinadas à camada média da população.²⁴

O baixo preço de terrenos em áreas mais afastadas do centro da cidade e a lucratividade que as construções de habitações em vilas possibilitavam, favoreciam os investimentos de diversos investidores que disseminaram este tipo de construção por diversas regiões da cidade, tornando-se lucrativo para o setor privado a construção destas vilas.

Devemos, entretanto, apontar alguns aspectos que diferenciam as vilas operárias de “vilas de classe média”. Trevisan aponta as seguintes diferenças:

Em geral, possuíam cômodos maiores, banheiro dentro da residência e ficavam mais distantes das indústrias, pois não eram habitadas por operários e seus proprietários não eram industriais. Algumas tinham sala de jantar, edícula no quintal com banheiro e até dormitório de empregada. Possuíam também maior preocupação com a unidade visual das fachadas e algumas são cópias nacionais do ecletismo europeu.²⁵

Sendo assim, a localização, os moradores e proprietários e algumas características construtivas mostram-se como os principais motivos que distinguem as vilas de classe média das operárias. Outras características serão apresentadas no decorrer deste capítulo.

Como mencionado, o incentivo à ocupação de regiões afastadas do centro da cidade se intensificou na década de 1940 por diferentes motivos já apresentados. Neste processo, a valorização dos terrenos tornou-se fundamental para a disseminação das vilas na cidade. Em Santana diversas vilas foram construídas e é neste contexto que inserimos a construção da vila Jardim Dona Rosa, cujos proprietários seguiram a mesma lógica de aproveitamento do terreno.

3.4 – DO PROJETO À EDIFICAÇÃO: AS RELAÇÕES HOLANDESES NA CONSTRUÇÃO DA VILA

Quando pensamos a construção da vila torna-se fundamental compreender as relações estabelecidas entre imigrantes holandeses e o casal Berkhout na cidade de São Paulo. Para isso, foi de grande importância conversar com o Sr. Darcy Chaves da Silveira,²⁶ um dos engenheiros

²⁴ ARAGÃO, Solange de. **No interior do quarteirão**: Um estudo sobre as vilas da cidade de São Paulo. São Paulo. Annablume, 2010. P. 31.

²⁵ TREVISAN, Ricardo Marquis. **Condomínios tipo vila em São Paulo**. FAUSP. São Paulo, 2006. P.10.

²⁶ Entrevista realizada em Maio de 2015.

responsáveis pela construção da vila. Formado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie, turma de 1951, foi contratado pela Construtora Best Ltda, empresa responsável pela construção da vila, na qual trabalhou durante cinco anos. Entre as obras realizadas pela construtora, participou do início da construção do Cine Belas Artes e do edifício de apartamentos ao lado, na Rua da Consolação, construção que rendeu um longo processo judicial à empresa por parte da Família Azer Maluf,²⁷ da construção das fundações do Banco Holandês em São Paulo e da construção da Vila Holandesa.

De suas memórias, relatou que a empresa era filial no Brasil de uma construtora holandesa, a empresa *Gebroeders van Heesewijk's Aannemersbedrijf*, radicada na cidade de Best, e que por este motivo levava este nome. Além disso, tinha um grande número de empregados e diretores holandeses. Com saudosismo, destacou o nome do engenheiro chefe para quem trabalhou, o holandês Gerardus Henricus Petit, e que segundo ele, veio para o Brasil com especialização no uso de concreto armado. Foi notória a informação de que o projeto arquitetônico da vila não foi produzido no Brasil, mas encomendado na Holanda. Por este motivo, não foi possível localizar o nome do projetista da primeira fase da construção, pois o nome não consta nos documentos. Entretanto, a assinatura do Sr. Darcy Chaves consta como de projetista para fins burocráticos, pois ele mesmo alegou que o projeto não foi realizado por ele. A função do Sr. Silveira era acompanhar o processo de construção dos sobrados no terreno, sob a supervisão do engenheiro chefe holandês Petit. A vila foi construída em três etapas, que serão explicadas no próximo item, e contou com a participação de três engenheiros em cada fase, além do Sr. Darcy Chaves, identificados por Carlos Beltrão de Castro Azevedo e Ivan Pedro Staudohar²⁸.

A Empresa Construtora Best Ltda. foi fundada em São Paulo em 1950 - década em que grande número de construtoras estrangeiras se instalaram no Brasil por incentivo governamental, com sede na Avenida Ipiranga, e era especializada em grandes construções comerciais e industriais, entre elas usinas, fábricas, torres para transmissão e distribuição de energia elétrica.²⁹ Embora não tenhamos encontrado outras informações sobre a empresa construtora, é interessante pensar que não era especialidade da empresa a construção de habitações, que segundo o Sr. Darcy Silveira, a vila foi a única edificada durante os cinco anos

²⁷ As causas para o desentendimento entre a empresa e a família Azer Maluf não foram localizadas, mas por meio da documentação do DOSP notamos que o processo teve início em 1953 e se estendeu até 1954.

²⁸ Não localizamos informações sobre estes dois últimos mencionados.

²⁹ Revista Acrópole, Dec 1957 – Ano 20 – N° 230, pág. 73.

que trabalhou para a construtora. Neste aspecto, podemos inferir que esta construção liga-se às relações de sociabilidade criadas entre imigrantes holandeses e relações diretamente estabelecidas com a Holanda, desde o projeto à execução.

3.5 – CONSTRUÇÃO E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA VILA

No dia 12 de Março de 1952 os holandeses Dirk Berkhout e Selma de Vita solicitaram à prefeitura do município de São Paulo o alvará de licença para construção de dois prédios, para quatro habitações e uma loja, à Rua Marechal Hermes da Fonseca, número 410,³⁰ no bairro de Santana, área suburbana da cidade. Em meio a este processo, o antigo bangalô foi demolido para dar lugar às novas edificações.

A planta nº 21 do Processo 1982-0.022.567-4 indica que quatro imóveis seriam construídos voltados para a Rua Marechal Hermes da Fonseca, sendo dois sobrados para habitação, uma loja no térreo e, acima da loja, no primeiro pavimento, uma habitação, sob supervisão do Engenheiro Carlos Beltrão de Castro. A rua particular daria acesso à casa dos fundos do terreno. Esta casa consistiria em dois pavimentos, o primeiro composto por sala, cozinha, quarto e banheiro e o pavimento superior com as mesmas características.

Em 16 de Maio de 1953, o casal solicitou à Prefeitura o alvará para construção de doze prédios nos fundos do terreno sob a supervisão do engenheiro e projetista Darcy Chaves Silveira e no mesmo ano os proprietários foram autuados porque a planta com as primeiras cinco edificações não correspondiam ao que havia sido construído. Primeiramente, a passagem para a rua particular foi modificada. Antes, localizada ao lado esquerdo das residências, como mostra a figura 14, o imóvel que corresponderia à loja e habitação no pavimento superior foi modificado, não sendo construída a loja e, sim, um sobrado igual aos demais, totalizando quatro imóveis.³¹ As plantas número nº 35 e nº 36 do Processo 1982-022.566-6 confirmam a mudança interna da construção, assim como por meio de visitas realizadas.

³⁰ Processo Nº 1982 - 0.022.566-5/ Nº de capa: 0.072.655/52

³¹ Processo 1982-0.022.567-4

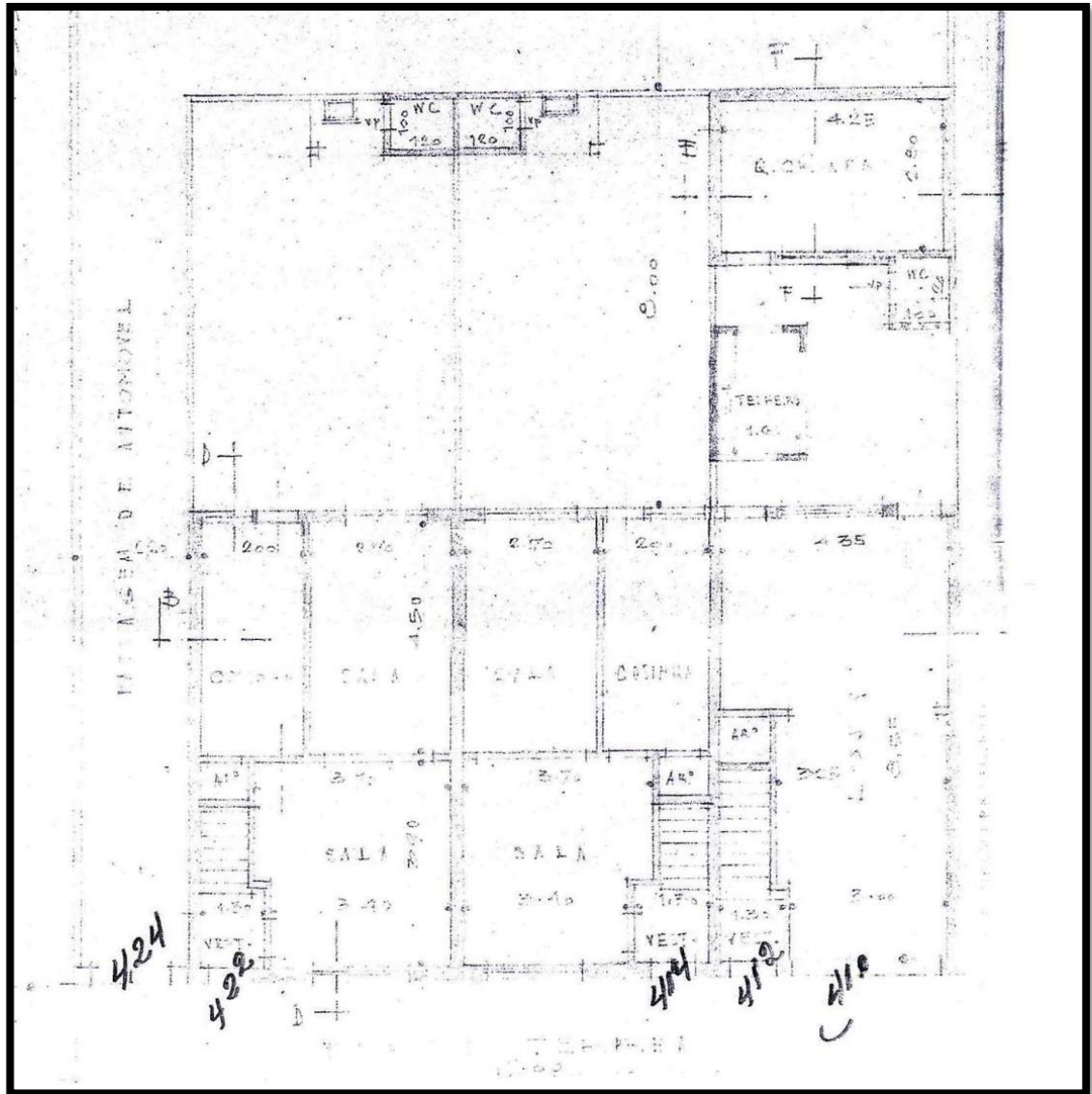
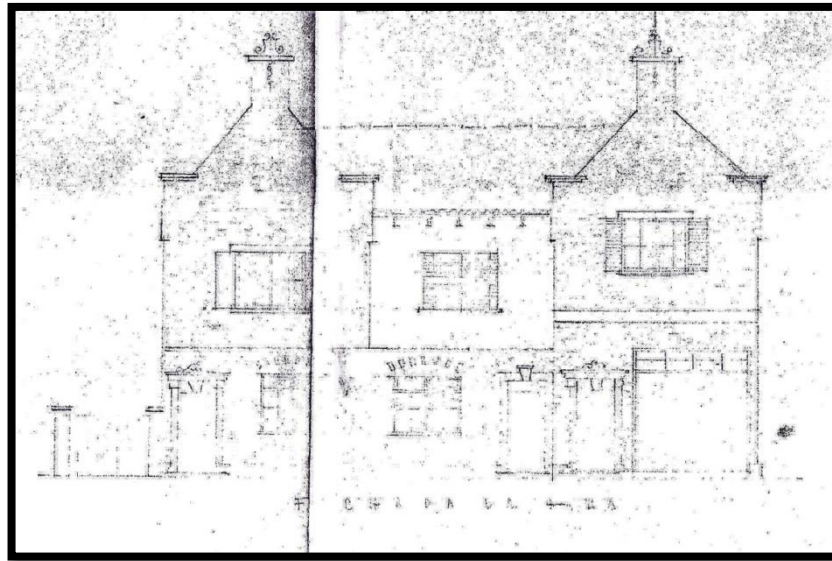


Figura 14 – A imagem mostra o projeto dos primeiros sobrados que foram construídos e no canto direito, indicado o número 410, seria a loja, o número 412 mostra as escadas de acesso ao piso superior em que seria construído uma habitação. O número 424 mostra onde seria a rua particular, que não foi feita ali, mas sim, ao lado direito do número 410. Fonte: Processo 1982-0.022.567-4 – Planta 21.



15 - Fachada indicando ao lado direito a porta da loja e no canto esquerdo a entrada lateral para o imóvel ao fundo. Fonte: Processo 1982-0.022.567-4 – Planta 21.

As fachadas dos imóveis também foram alteradas. No primeiro projeto, há presença de ornamentos e a própria construção segue um estilo que não foi construído, como mostram as seguintes imagens:

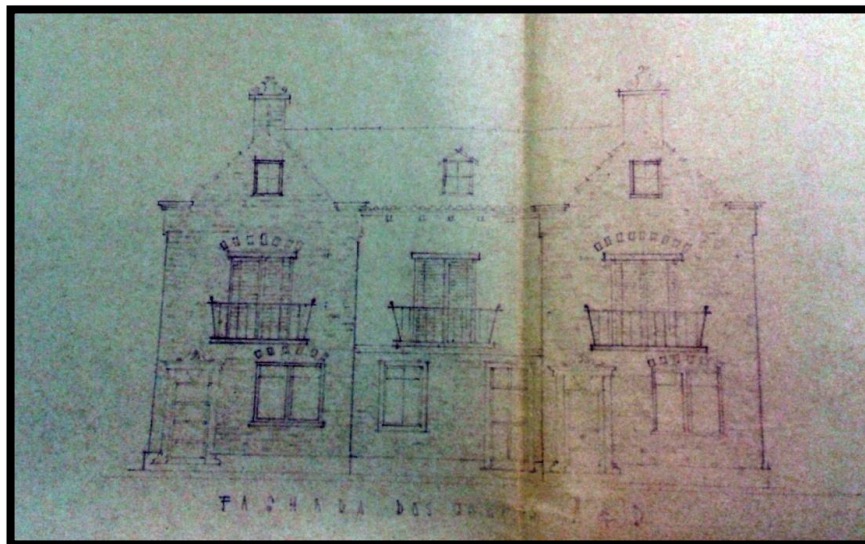


Figura 16 – Projeto de fachada não construída. Fonte: 1982-0.022.567-4 – Planta 21.

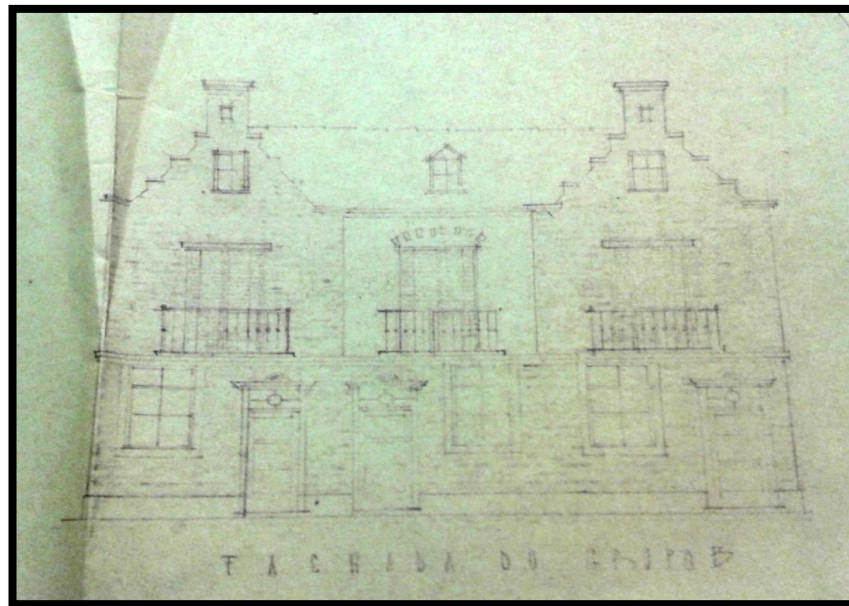


Figura 17 - Projetos de fachadas não realizados. Fonte: 1982-0.022.567-4 – Planta 21.

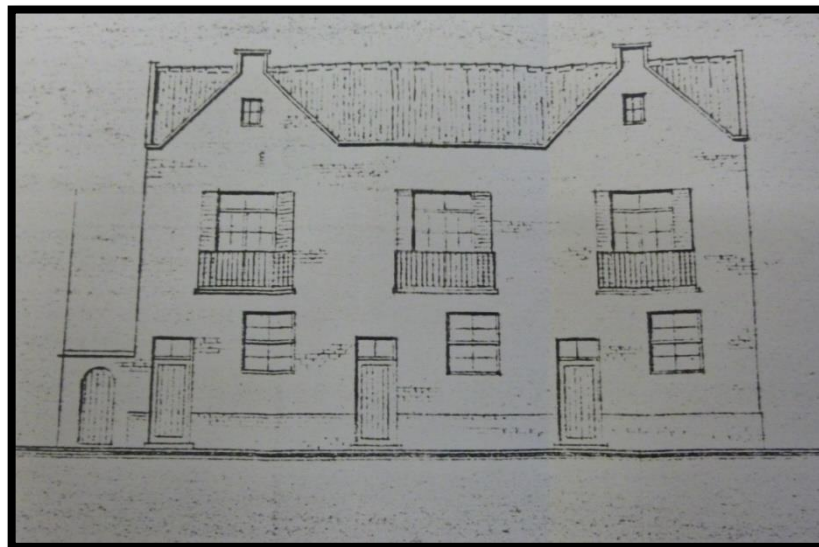


Figura 18 - Fachada voltada para a Rua Marechal Hermes da Fonseca. Nota-se que diferentemente do primeiro projeto, a fachada foi modificada e não há presença do armazém e de ornamentos, sendo este o projeto realizado. Fonte: Processo N° 1982 - 0.022.565-8/ N° de capa: 0.074.953/54

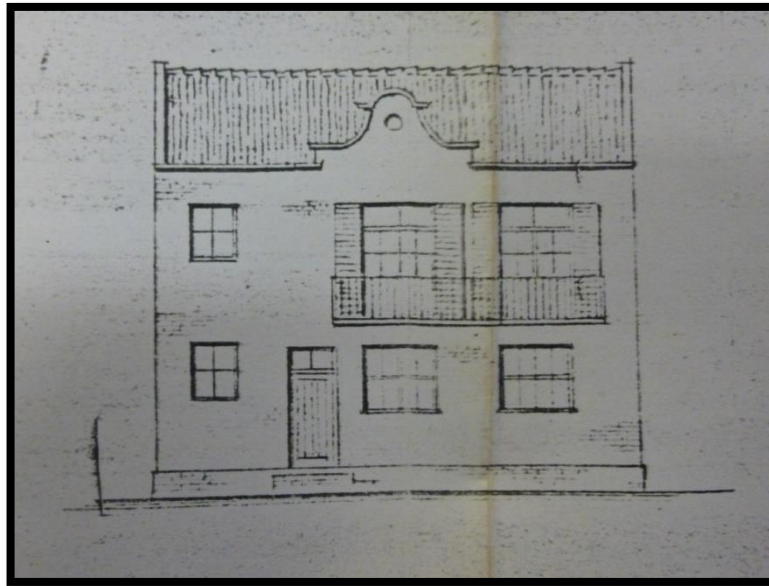


Figura 19 - Fachada da casa dos fundos que foi construída.

Fonte: Processo N° 1982 - 0.022.565-8/ N° de capa: 0.074.953/54

Como mencionado, no mesmo ano, o casal comprou o imóvel do terreno ao lado para ampliar o investimento em construções, demolindo-o posteriormente para construção do prédio composto por armazéns e habitações no pavimento superior. Em 1954 a situação irregular devido à alteração da planta sem pedido de alvará é normalizada e a planta modificada de acordo com o que realmente foi construído. No mesmo ano o casal solicitou à prefeitura alvará para construção dos armazéns no novo terreno, com projeto do engenheiro Ivan Pedro Staudohar.

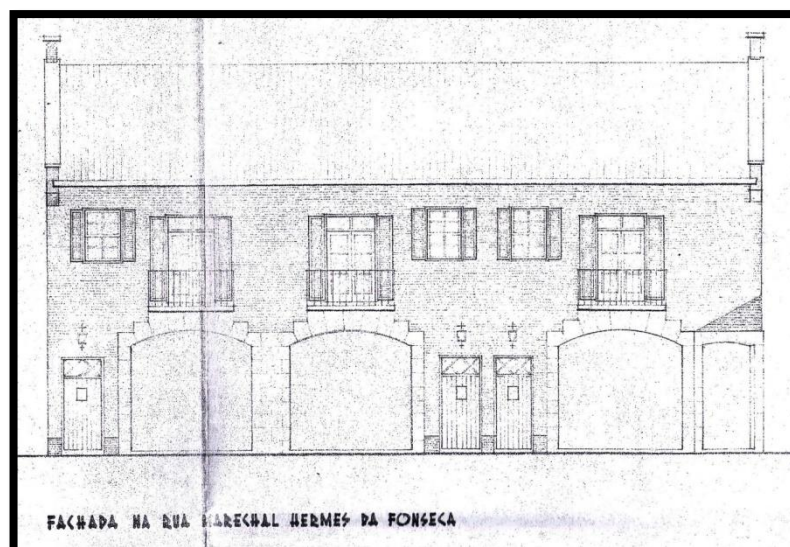


Figura 20 – Projeto da fachada dos armazéns voltados para a Rua Marechal Hermes da Fonseca.

Fonte: Processo N° 1982 - 0.022.565-8/ N° de capa: 0.074.953/54, folha 27.



Figura 21 – Projeto da fachada dos armazéns voltados para a Rua João Turra.
Fonte: Processo N° 1982 - 0.022.565-8/ N° de capa: 0.074.953/54, folha 27.

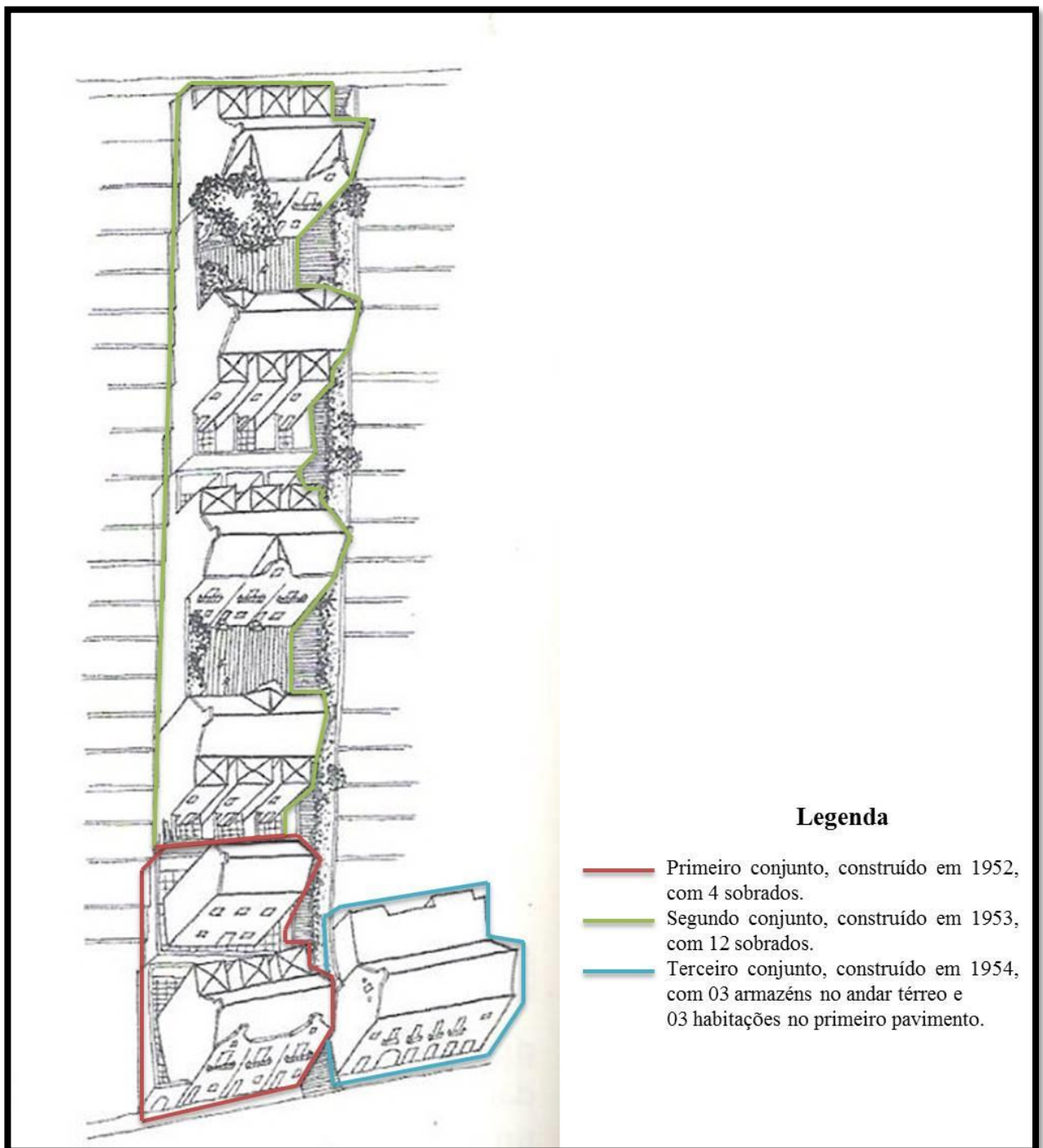


Figura 22 – Divisão dos conjuntos de acordo com as etapas de construção. Na imagem, os imóveis estão voltados para a Rua Marechal Hermes da Fonseca. Gravura retirada do livro de Solange de Aragão, *No interior do quarteirão: Um estudo sobre as vilas da cidade de São Paulo*. São Paulo. P. 78.

Para descrever a organização espacial dos imóveis, foram produzidos diferentes croquis que exemplificam a disposição das edificações no terreno em que elas foram construídas, assim

como croquis das fachadas. Valemo-nos deste artifício por dois motivos: primeiro, devido ao tamanho das plantas – com cerca de 110cmx80cm, que pelas fotografias impossibilitariam visualizar os detalhes do documento e, no caso das fachadas, produzimos os croquis visto que mesmo após a aprovação das plantas em 1954, vimos que as fachadas de dois grupos de casas não foram construídas conforme as plantas.

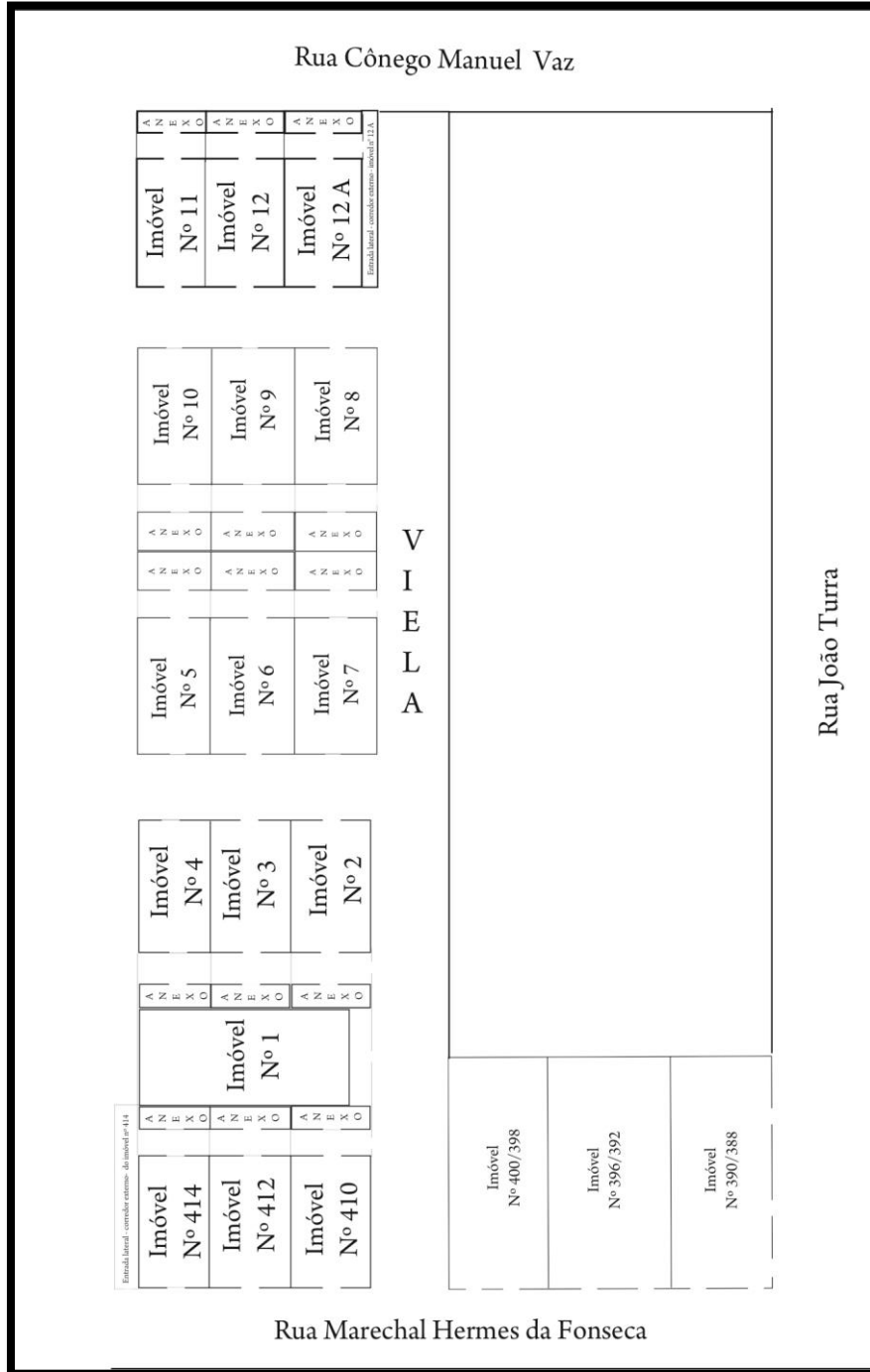


Figura 23 - Croqui referente à organização dos imóveis no terreno. O espaço entre os blocos 1, 2 e 3 - lado esquerdo do bloco 04, ao lado direito, representa a viela de acesso aos imóveis da parte interna da vila.

Para melhor entendimento sobre a disposição dos imóveis, dividimos os sobrados em quatro grupos. O primeiro, composto pelos grupos A1 e A2, é composto pelos imóveis identificados pelos números 410, 412, 414 - cuja entrada é pela Rua Marechal Hermes da Fonseca e corresponde ao Grupo A1, e pelos imóveis de número 404- 1,2,3 e 4 - cuja entrada é através da rua particular, pertencente ao Grupo A2.

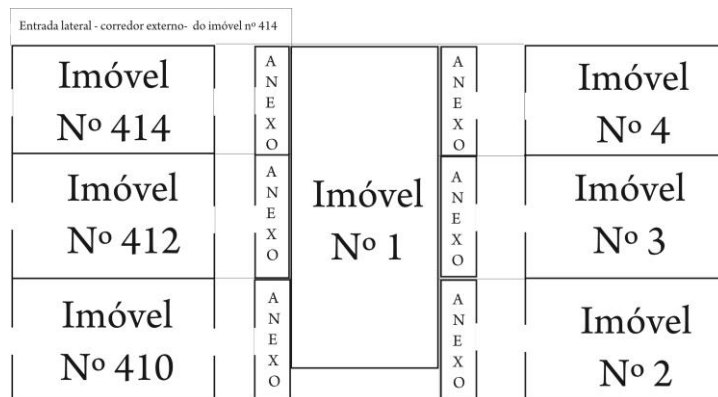


Figura 24 - Croqui da disposição dos imóveis números 410,412,414 - Grupo A1, e números 1,2,3 e 4, Grupo A2.



Figura 25 - Croqui representando a fachada dos imóveis do Grupo A1, números 414, 412 e 410, da esquerda para a direita, respectivamente; e fotografia da fachada atual dos imóveis voltadas para a Rua Marechal Hermes da Fonseca.

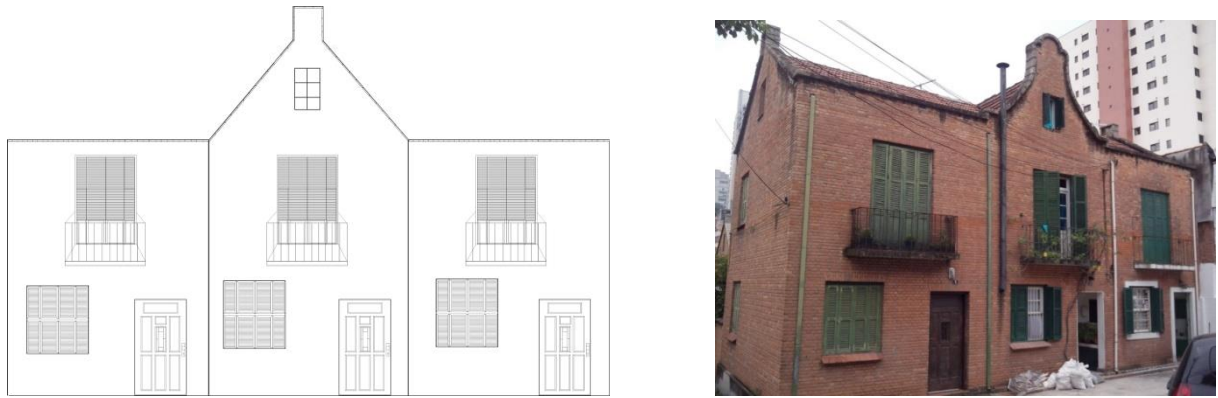


Figura 26 - Croqui representando a fachada atual do Grupo A2, imóveis números 2, 3 e 4, da esquerda para a direita, respectivamente e fotografia atual da fachada dos imóveis. Não consta no projeto esta fachada.

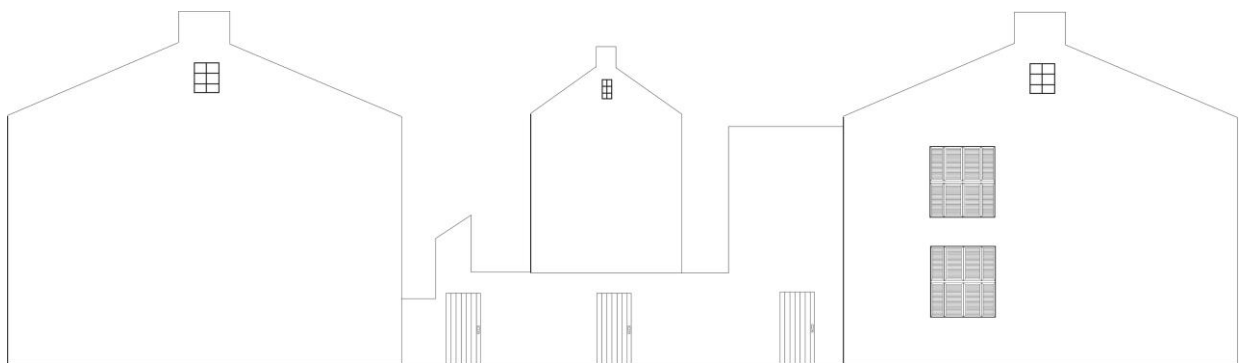


Figura 27 - Croqui da lateral direita do Grupo A1 e A2. Da esquerda para direita: Lateral da casa número 410, seguida pelo muro que separa a viela do quintal da casa. Ao centro está representado a casa número 404-1, cuja entrada principal é por este muro lateral. Em seguida, lateral da casa número 404- 2. Nota-se que cada casa disposta ao lado da viela possui uma entrada lateral para o quintal.

O Grupo B é composto pelas casas números 404- 5, 6 e 7 e Grupo C, 404- 8,9 e 10.

Imóvel Nº 5	A N E X O	A N E X O	Imóvel Nº 10
Imóvel Nº 6	A N E X O	A N E X O	Imóvel Nº 9
Imóvel Nº 7	A N E X O	A N E X O	Imóvel Nº 8

Figura 28 - Croqui da disposição dos imóveis números 5,6,7,8,9 e 10. Os imóveis de números 5,6 e 7 têm sua entrada principal voltadas em direção à Rua Marechal Hermes da Fonseca, mas encontram-se na parte interna do terreno, sendo possível acessá-las apenas através da viela. Os demais imóveis estão voltados em direção à Rua Cônego Manuel Vaz, encontrando-se também na parte interna da vila.



Figura 29 - Croqui das casas números 5, 6 e 7. Destaque para o nivelamento da casa visto pela presença da elevação em sua base e pela presença de escadas. Fotografia das casas números 5, 6 e 7, respectivamente.



Figura 30 - Croqui da fachada dos imóveis números 8, 9 e 10, da esquerda para a direita, respectivamente. Ao lado, fotografia da fachada dos imóveis.

O Grupo D é composto unicamente pelas casas de números 11,12 e 12A, pois estão localizados ao final da vila e os fundos destes imóveis são fechados por um muro que os separa da Rua Cônego Manuel Vaz. Existe uma passagem lateral ao sobrado 12 A que liga a vila a esta rua, sendo esta fechada por um portão.

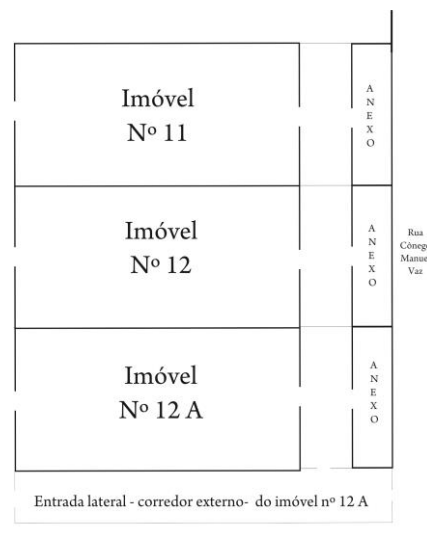


Figura 31 - Croqui da disposição dos imóveis números 11,12 e 12A. Destaque para a entrada lateral do imóvel 12 A que liga a vila à Rua Cônego Manuel Vaz.



Figura 32 - Croqui da fachada dos imóveis números 11,12 e 12 A, da esquerda para a direita, respectivamente. Ao lado direito está representado a entrada lateral do imóvel 12 A que acessa a Rua Cônego Manuel Vaz.

Fotografia da fachada dos imóveis.

Por fim, o Grupo E corresponde aos imóveis números 400/398, 396/392 e 390/388, composto por três estabelecimentos comerciais no pavimento térreo e três imóveis residenciais na parte superior.

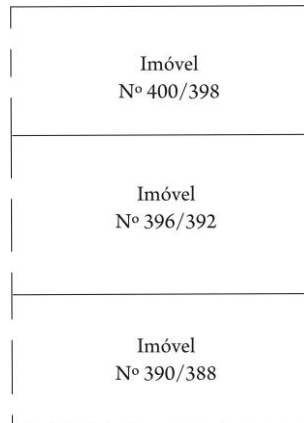


Figura 33 - Croqui da disposição dos imóveis números 390/388, 396/392 e 400/398, cuja entrada principal é feita pela Rua Marechal Hermes da Fonseca e lateral pela Rua João Turra.



Figura 34 - Croqui da fachada dos imóveis comerciais números 390/388, 396/392 e 400/398 voltada para a Rua Marechal Hermes da Fonseca.

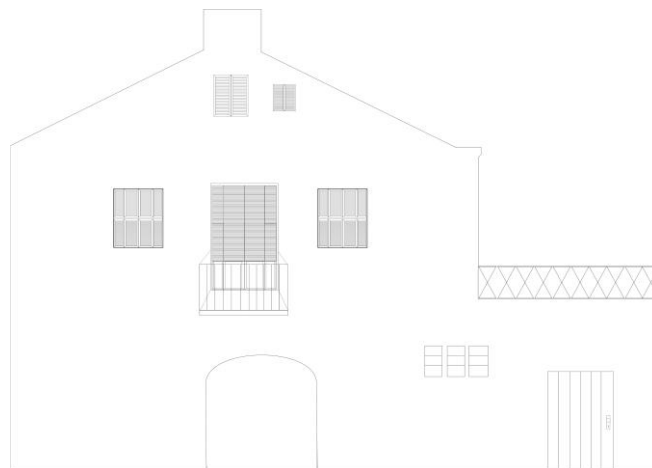


Figura 35 - Croqui da fachada atual do imóvel comercial número 390/388 voltada para a Rua João Turra.



Figura 36 - Fotografia atual dos imóveis comerciais números 390/388, 396/392 e 400/398 voltada para a Rua Marechal Hermes da Fonseca e João Turra. Fonte: Google Maps.

A seguir será apresentada uma breve análise da documentação localizada no Arquivo Municipal de Processos e descrição do conjunto de sobrados que compõe a vila. O "Memorial descritivo para a Construção do grupo residencial" aponta que o sistema construtivo dos imóveis foi realizado em

alvenaria de tijolos sobre concreto de pedregulho e cimento, sendo a camada isoladora dos alicerces constituída de três fiadas de tijolos assentes com argamassa de cimento e areia; **Embasamento** revestido de camada impermeável, interna e externamente até a altura de 0,30; **Porão** impermeabilizado provido de ventiladores de grandes fixas munidas de tela metálica de malhas estreitas; **Paredes** em alvenaria de tijolos assentes e revestidas com argamassa de cal e areia; esquadrias de cedro e peroba, os dormitórios serão providos de venezianas; **Cobertura** com telhas de barro sobre madeiramento de peroba; **Piso** da cozinha e W.C. banheiro ladrilhado e as paredes impermeabilizadas até a altura de 1,50; **Assoalho** de peroba sobre Tacos sobre lastro de concreto; **Forro** de reboque de cal e areia, sob rede metálica; **Sargeta** de cimento e 1,00 de largura em volta da edificação; Calhar e Condutores de chapa de ferro galvanizada, sendo os condutores de frente embutidos.³²

Todas as casas dos conjuntos A1, A2, B, C e D tinham o mesmo número de cômodos e estes tinham quase os mesmos tamanhos. No pavimento térreo de cada um havia um vestiário na entrada principal medindo 6,3m², duas salas medindo 8,7m² cada, uma cozinha e armário medindo 6,0m², W.C e lavanderia localizados na parte externa das casas e, no pavimento superior, dois quartos, um com 15,5m² e outro com 8,0m², cômodo para banho, medindo 6,7m² e armário. Além disto, todos possuem sótão. A diferença entre eles é apenas em relação à direção em que se encontram os imóveis.

³² Processo N° 1982 - 0.022.566-5/ N° de capa: 0.072.655/52. Fl.02.

No caso dos imóveis comerciais, foram construídos os armazéns e sanitários no quintal, e nas habitações superiores, “uma sala de estar, dois dormitórios, uma cozinha, um banheiro, um terraço de serviço coberto, um hall com escada que desce para o andar térreo.”³³ Em relação ao material de construção, foram utilizados os mesmos materiais dos sobrados, com diferenciação nas portas que, no caso dos armazéns, seriam de ferro e de enrolar, com revestimento em pedra natural, e na cobertura do primeiro pavimento, construída em “telha de barro do tipo calha e canal e estrutura em madeira de lei.”

É interessante pensarmos a utilização destes materiais na construção, principalmente a utilização do concreto armado nas edificações, que passou a ser utilizado com mais frequência nos anos de 1920,³⁴ e utilizada como suporte para a arquitetura em tijolos. Neste sentido, remetemos à fala do engenheiro Darcy Chaves da Silveira, que indicou os engenheiros holandeses da Construtora Best Ltda. como grandes especialistas em concreto armado. Como nos mostra Maria Luiza de Freitas em sua tese de doutorado **Modernidade Concreta: As grandes construtoras e o concreto armado no Brasil, 1920 a 1940**, esta técnica de construção foi marcante para a arquitetura, pois mudava-se as percepções sobre os princípios construtivos, importando a “durabilidade, economia e inovação estrutural”³⁵ que esta forma de construção propiciou. No Brasil, a modernização pela qual passavam os núcleos urbanos favoreceu a instalação de empresas construtoras estrangeiras, como a Construtora Best, que trazia em seu corpo de funcionários especialistas neste sistema construtivo que se disseminava pelas cidades.

No caso da utilização da alvenaria de tijolos, podemos pensar que ao mesmo tempo em que este método construtivo difundido na cidade de São Paulo desde o século XIX³⁶, tornava a construção mais barata e favorecia a estética da construção, ressaltando os tijolos que remetiam a um ambiente bucólico europeu, próprio de construções holandesas. A forma pretensamente holandesa dos sobrados reforça a ideia apresentada por Solange Aragão de que a maioria das vilas construídas para os setores médios após 1930 utilizavam-se destas referenciais formais e criavam verdadeiros cenários urbanos.

³³ Processo Nº 1982 - 0.022.569-0/ Nº de capa: 0.075.989/53. P. 02.

³⁴ FREITAS, Maria Luiza. **Modernidade concreta: as grandes construtoras e o concreto armado no Brasil, 1920 a 1940**. Catálogo USP. São Paulo. 2011.

³⁵ *Ibidem*, P. 03.

³⁶ LEMOS, Carlos A. C. **Alvenaria burguesa**. São Paulo, Nobel, 1985.

A construção de armazéns no térreo e habitações na parte superior evidencia uma prática contínua de rentistas iniciada no século XIX e que perpassa o século XX. Construir armazéns no local apresenta-se como uma estratégia de própria formação do espaço, estimulando a prática de comércio no local. Além disso, a própria arquitetura eclética, com referência imagética holandesa, o programa arquitetônico, que incluía o banheiro no pavimento superior e dentro dos sobrados, além da presença de edícula – W.C e quarto de empregada - e pátio para manobra de veículos, e as referências apresentadas sobre o espaço formado pelo Alto de Santana no capítulo anterior deixam claro que a vila era voltada para um determinado perfil de grupo social.

3.6 – O JARDIM DONA ROSA: CONSTRUÇÃO PARA RENDA EM MEIO À CRISE DO MERCADO DE LOCAÇÃO

Após a conclusão das obras, em 1955, foi anunciado no jornal **Folha de São Paulo** notas sobre o aluguel de um dos sobrados da vila e dos armazéns.



Figura 37 - Anúncio de aluguel do conjunto de armazéns da vila.

Fonte: **Folha de São Paulo**. 06 de Novembro de 1955. Pág. 10.

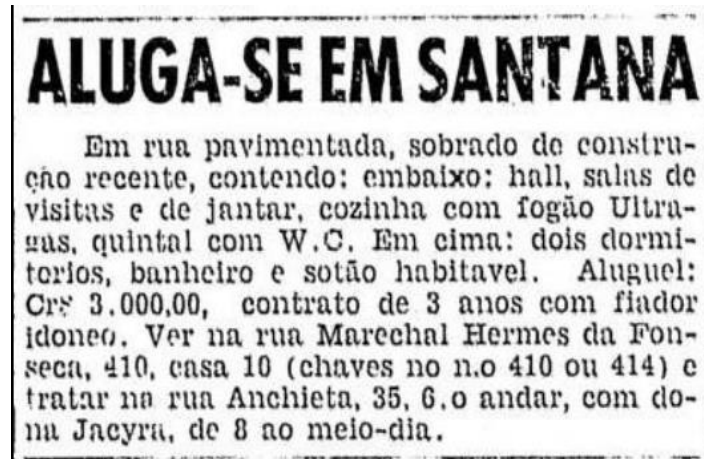


Figura 38 - Anúncio de aluguel da casa 10 da vila. Fonte: **Folha de São Paulo**. 06 de Novembro de 1955

Os anúncios ressaltam especificidades locais que tornaram os armazéns e sobrados convidativos, como as referências a esgoto, água e rua pavimentada. As notas de jornais anunciam sobrados na região com aluguel, em média, no valor de Cr\$ 2.200,00, contendo em suas descrições frases como “casa com fino acabamento” e “fina residência”, sendo então o valor de aluguel das casas da vila dentro deste valor mediano.³⁷ Sendo assim, os anúncios de aluguéis tanto dos sobrados quanto dos armazéns seguem a mesma lógica dos demais anúncios supracitados, localizados no Alto de Santana.

Como mencionado, sabemos que a propriedade em que foi construído o bangalô pertencia à família, mas não sabemos se após a promulgação da Lei o imóvel ainda era alugado. Por isso, focamos, então, no estudo da Lei especificamente na década seguinte à sua promulgação, quando a vila foi construída. Naquele período, as áreas suburbanas da cidade receberam maior número de investimentos privados e, em consequência desta lei, a construção de casas para aluguel decaiu, voltando os investidores para a venda de loteamentos de áreas periféricas, construção de casas para venda, edifícios em condomínio e *kitchenettes*.³⁸

Segundo Nabil Bonduki, podemos pensar que a Lei do Inquilinato serviu como instrumento para diferentes facetas, desde seu discurso, defendendo a economia popular para legitimar o Estado populista que se formava no governo Vargas, assim como estratégia para desestimular os investimentos rentistas no Brasil e voltando estas aplicações para o setor

³⁷ O valor médio foi retirado dos valores apresentados nas tabelas do capítulo 2.

³⁸ INOUE, Luciana Massami. **A iniciativa privada e o mercado formal de habitação para o trabalhador na cidade de São Paulo, 1942-1964**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

industrial como meio de aceleração da economia.³⁹ Todos estes fatores podem explicar o surgimento desta lei.

A característica principal desta lei foi o fato de que ela restringia a livre negociação dos valores dos aluguéis, que até 1942 era decidido pelo proprietário dos imóveis destinados para renda, o que tornava este mercado altamente lucrativo. Esta intervenção do Estado no setor habitacional levou a diversas consequências, afetando principalmente inquilinos.

O primeiro decreto-lei 4598/42, na análise de Bonduki, apresentava-se incompleto e determinava que o congelamento do preço dos aluguéis abarcasse todos os imóveis residenciais num período de dois anos, e definia por lei que as determinações deste decreto, caso não fossem cumpridas, seriam consideradas crime contra a economia popular. Os decretos seguintes – Decreto-Lei 1569/43, Decreto-Lei 6739/44, Decreto-Lei 7466/45 e Decreto-Lei 9669/46, mudam algumas características em relação ao primeiro, tornando a Lei mais completa, ora beneficiando inquilinos, ora favorável aos proprietários. Por fim, destacamos a Lei 1300/50 que, para Bonduki teve, entre suas principais características, a possibilidade de livre fixação do valor do aluguel pelos proprietários de imóveis novos ou desocupados, antes sendo possível apenas através de arbitramento; e medidas de ampliação para casos de despejo, ampliando as alternativas dos proprietários.

Devemos deixar claro que, no entanto, não é nosso objetivo abarcar neste trabalho a crise do mercado de aluguéis de maneira abrangente, pois esta é uma discussão que envolve diferentes setores da sociedade e que repercutiu por mais de duas décadas. Por este motivo, focaremos no que as fontes selecionadas para este trabalho podem nos dizer sobre uma das diversas facetas que causou esta lei.

Durante a entrevista realizada com o engenheiro Darcy Chaves da Silveira foi informado que os sobrados foram construídos com a finalidade de locação. Esta informação foi confirmada por meio do inventário, que nos mostrou a seguinte informação:

Cabe à Supte. Esclarecer que, os mesmos imóveis, encontram-se alugadas todas as casas situadas no bairro de Sant'Anna, à Rua Marechal Hermes da Fonseca, que produzem atualmente um total de NC\$ 1.300,00 a título de alugueis, e mais o apartamento situado à Rua Piauí, que produz NC\$350,00, num total de NC\$ 1.650,00. Nenhum outro imóvel mais se encontra alugado.⁴⁰

³⁹ BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.** São Paulo: Estação Liberdade, 2004. P. 245.

⁴⁰ Foro Central Cível – 10ª Var da Família e Sucessões. Processo 0817169-53.1966.8.26.0100. Inventário e Partilha. Requerente: Selma de Vita Berkhout. Página 5.

Com isso, o inventário nos permitiu confirmar então que todas as casas, exceto a de nº 414, vendida para Conceição de Jesus Gênio,⁴¹ continuavam sendo propriedade do casal e eram alugadas até 1966. Esta informação foi importante para refletirmos sobre a inserção dos holandeses no mercado rentista da cidade, principalmente em meio à conjuntura da Lei do Inquilinato.

Procuramos pensar então que, em certa medida, a crise do mercado locatário verificada após a promulgação da lei do Inquilinato, para alguns setores, não desestimulou a produção de casas para aluguel, pois ainda era vista como meio efetivamente rentável, uma vez que se inscrevia na manutenção de um bem de raiz, com tradição na cidade de São Paulo, desde o século XIX.⁴² Isso deveu-se, no entanto, às diversas mudanças que ocorreram na lei, e que embora tenham agravado a crise do mercado imobiliário, poderia apresentar brechas que beneficiavam inquilinos e proprietários.

Ao analisarmos a lei com maior atenção, vimos, então, que ela passou por diversas transformações no decorrer dos anos, e que, segundo Bonduki, a Lei 1300/50 apresentava dispositivos que favoreciam os proprietários, principalmente porque tornava livre a fixação de preço de aluguéis para habitações novas e desocupadas. Neste sentido, o início da construção da vila posteriormente à promulgação desta lei favorecia os proprietários que construíram imóveis novos, possibilitando investimento no mercado rentista que nos anos de 1930 já os beneficiava com renda oriunda de aluguéis. Embora o congelamento do valor do aluguel continuasse valendo por dois anos, a escolha do valor a ser fixado inicialmente demonstra que o proprietário poderia estipular um valor que o favorecesse, caso a inflação subisse no período. No caso da vila, Dirk Berkhout estipulou que o contrato de locação seria feito por três anos, fixando o valor do aluguel das casas em Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) e os armazéns entre Cr\$ 4.000,00 e Cr\$ 5.000,00.

Ainda neste sentido, para Solange de Aragão, diferentemente de condomínios de apartamentos - que se disseminam pela cidade a partir da década de 1940, e que requeria custo elevado para construção, as edificações de casas em vilas caracterizavam um adensamento horizontal, mais barato e lucrativo, pois aproveitava boa parte dos terrenos. Um dado importante apresentado pela certidão referente à transcrição nº 43.198 refere-se à demarcação do terreno

⁴¹ Processo Nº 2014 – 0.314.426- / Nº de capa: 0.254.032/55 – Alvará de construção do sobrado nº 414, pela propriedade Conceição de Jesus Gênio.

⁴² OLIVEIRA, Maria Luiza de. **Entre a Casa e o Armazém**: Relações sociais e Experiência da Urbanização, São Paulo, 1850-1900. São Paulo. Alameda. 2005. 416

em que foi construída a vila, cuja divisão foi realizada em 1952, estendendo-se da Rua Marechal Hermes da Fonseca até a linha férrea por 125,00 metros, somando uma área de 2.400,00 m². Estas divisões de terrenos formavam grandes vazios no interior de quarteirão e atraíram investidores para construção de vilas em bairros mais afastados do centro, principalmente entre as décadas de 1930 e 1960.⁴³

O documento também aponta que outro conjunto de casas estava sendo construído ao lado do terreno do casal e no mesmo ano em que se construía a vila, com casas dispostas lado a lado em uma rua particular que rasgava o quarteirão, reforçando a ideia de investimento em sobrados produzidos em série nestes terrenos.



Figura 39 – Anúncio de venda dos sobrados construídos ao lado da Vila Dona Rosa no anúncio de classificados de venda de imóveis, na edição de 14 de Novembro de 1952 no jornal O Estado de São Paulo.

Como visto, ao contrário de seu vizinho que investiu em um conjunto de casas para venda, o casal Berkhout investiu em casas para aluguel. Devemos levar em consideração também que a Lei do Inquilinato, segundo Bonduki, serviu para desestimular a produção de casas para aluguel principalmente de proprietários que viviam exclusivamente deste tipo de renda, o que não é o caso dos Berkhout, pois desde meados da década de 1920 possuíam negócios próprios, apresentados no capítulo 1, além de Dirk Berkhout ser cônsul dos Países Baixos, cargo que

⁴³ ARAGÃO, Solange de. **No interior do quarteirão: Um estudo sobre as vilas da cidade de São Paulo**. São Paulo. Annablume, 2010. P. 72.

poderia conferir-lhe remuneração⁴⁴. Neste sentido, a construção da vila lhes conferiria renda extra e não exclusiva.

O Sr. Darcy Chaves ressaltou durante a entrevista que os sobrados, de evocação holandesa, tinham tal característica arquitetônica por duas principais razões: de mercado e pelo saudosismo de Berkhout. Por uma questão de mercado, a arquitetura diferenciada poderia estipular um valor de aluguel mais elevado e atrair determinado grupo de interessados no aluguel. Vejamos então o perfil de alguns moradores destes sobrados.

3.7- OS MORADORES

Um dos objetivos propostos para o trabalho referia-se a tentar localizar informações sobre os antigos moradores para que pudéssemos compreender para quem os sobrados se destinavam e quem eram esses atores sociais, já que a expressão “vilas de classe média” nos despertou inquietações quanto a sua aplicação, pretendendo, desta forma, identificar os moradores para analisarmos com mais cuidado esta referência. Entretanto, conseguimos identificar apenas três moradores que residiram na vila desde sua construção. A primeira identificada foi Conceição de Jesus Gênio, portuguesa, que comprou o imóvel número 414 e residiu na vila provavelmente por toda vida,⁴⁵ mas não localizamos outras informações que pudessem auxiliar nesta análise.

As outras duas pessoas identificadas como moradoras são parentes de Dirk Berkhout, e suas presenças na vila tornaram-se notórias. Maria Cornelia Adriaansz Berkhout nasceu em Utrecht, Holanda, em 1913 e era sobrinha de Dirk Berkhout. Como consta em sua “Ficha Consular de Qualificação” localizada no banco de dados **Familysearch.com**, era casada e tinha uma filha, e desembarcou no Rio de Janeiro no ano de 1953 com visto em caráter permanente, quando a segunda etapa de construção das casas da vila ocorria. Em São Paulo, atuou como comerciante, mas não há especificações do local de trabalho. Em 1954 foi a vez de seu pai, Petrus Berkhout, irmão de Dirk Berkhout, desembarcar no Rio de Janeiro e em seguida mudou-se para São Paulo. Os dois parentes do casal residiram na vila, Maria Cornélia no sobrado

⁴⁴ Não conseguimos localizar informações que pudessem verificar se Berkhout era remunerado ou não pelo seu cargo.

⁴⁵ Em uma coluna publicada no Jornal O Estado de São Paulo sobre a vila, em 1993, Conceição Gênio relata que vive no local há mais de 40 anos e que sua idade, no ano da entrevista, era 91 anos.

número 7 e, no caso de seu pai, não está especificado o número da casa. Embora outros dados não tenham sido encontrados, podemos pensar então que a vila destinou-se a abrigar holandeses membros da família do proprietário.

Chama atenção neste caso a evasão dos parentes de Dirk Berkhout que residiam na Holanda. Não apenas seu irmão e sobrinha vieram para o Brasil entre 1950 e 1954, mas também Nicolaas Berkhout, filho de Petrus Berkhout que chegou também pelo Rio de Janeiro em 1951 e trabalhava no escritório da Rua Anchieta nº35, 6º andar, endereço da empresa *Berkhout e Cia Ltda.* Podemos interpretar que os parentes que vieram ao Brasil após a Segunda Guerra Mundial acompanharam as levas imigratórias de holandeses para o país, como apontamos no capítulo 1, mas diferentemente dos holandeses que vinham para se instalarem em locais como Holambra, estes indivíduos permaneceram na cidade e alguns no bairro de Santana. Outra sobrinha, Maria Berkhout Slentel, trabalhava no Consulado Geral da Holanda desde 1940, também indicando como Dirk Berkhout auxiliou e incluiu seus parentes na cidade de São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes nos mostraram as diferentes atuações da família Berkhout na cidade, suas relações sociais e principais investimentos, sendo a vila o bem imobiliário que possibilitava a eles maior lucro através de alugueis. Apresentando as análises nesta monografia, podemos pensar, então, que as motivações para construção da vila - objetivo principal do trabalho - ocorreram por diversas razões que se relacionam aos interesses pessoais dos proprietários, favorecidos por múltiplos fatores, assim como pelas influências do próprio espaço em que ela foi construída. Primeiramente, destacamos os processos de formação do bairro de Santana que durante a primeira metade do século XX passou por diversas transformações estruturais que incentivaram a ocupação desta área suburbana, como a retificação do rio Tietê, o Plano de Avenidas que possibilitou a ligação entre avenidas radiais e bairros periféricos,¹⁴⁵ em conjunto com a inauguração da Ponte das Bandeiras, pavimentação e alargamento de ruas e investimentos em transportes, com criação de linhas de ônibus. Soma-se a isso, a Lei do Inquilinato, fundamental para estimular a ocupação das áreas suburbanas da cidade, favorecendo o processo de adensamento urbano.

O Alto de Santana mostrou-se como local de prestígio para moradia desde fins do século XIX, adentrando o século XX com os discursos de local salubre e distinto, próprio para construção de “finas casas” e destinadas a moradores de “fino trato”, ressaltando que esta não foi a regra, pois sabemos que o bairro de Santana como um todo teve residências e vilas destinadas a operários e indivíduos dos diversos setores sociais, entretanto, a maioria dos anúncios de venda e aluguel com que nos deparamos num período de aproximadamente 50 anos reforçavam o discurso supracitado, especialmente no Alto de Santana, favorecendo proprietários ao anunciarem seus imóveis em classificados ao referirem-se a esta região.

Os anúncios de aluguel de imóveis da vila, embora não especifique o lugar como Alto de Santana, mas indica a rua em que eles se encontram e as características do imóvel, assim como o valor do aluguel reforçam a ideia de imóveis voltados para os setores sociais médios.

Nossa hipótese é de que todo esse conjunto de fatores externos foi se consolidando, motivando a construção de imóveis em uma vila, que nos anos de 1950 difundia-se em diversos

¹⁴⁵ BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

bairros. Durante este período os arranha-céus ganhavam espaços nas grandes cidades,¹⁴⁶ em que os proprietários de terrenos aproveitavam os grandes espaços para construir. No caso de Berkhout, a divisão do terreno com seus vizinhos deixou grande espaço, aproveitando este vazio para investir numa forma de adensamento horizontal e mais em conta do que prédios de apartamentos.

As motivações pessoais para esta construção são reforçadas em diferentes âmbitos. Primeiramente, a transmissão da propriedade pelo espólio de Rosa Fuldauer ao casal Berkhout dá-lhes o direito a demolir o antigo bangalô e investir em imóveis novos, tanto para venda quanto para aluguel, assim como para abrigar membros de sua família. Esta escolha é reforçada pelas próprias informações apresentadas no inventário, em que nos mostraram a preferência do casal em investir em imóveis e terrenos na cidade.

A relação do casal com outros membros da comunidade holandesa foi fundamental para o entendimento sobre esta construção. Dirk Berkhout atuando como cônsul geral da Holanda em São Paulo o colocou em uma posição importante na comunidade, estreitando as relações deste com outros holandeses na cidade. Darcy Chaves da Silveira, engenheiro que participou dos processos de construção da vila, contou-nos em entrevista que os membros holandeses da *Empresa Construtora Best Ltda*, filial de outra construtora com sede na Holanda e responsável pela execução do projeto das edificações, eram membros da Sociedade Holandesa de São Paulo, favorecendo estas relações entre holandeses na cidade. O projeto arquitetônico, segundo o engenheiro, foi produzido na Holanda pela sede da construtora e enviado aos engenheiros no Brasil – entre eles holandeses e brasileiros, reforçando os laços entre membros da comunidade e seus compatriotas por meio dos negócios.

Embora não tenhamos mais informações referentes à possível aquisição do terreno pela família nos anos de 1930 devido à impossibilidade de acesso aos documentos no Arquivo Histórico Municipal, é importante associar a demolição do bangalô e posterior construção da vila aos processos de melhorias no bairro. Podemos dizer que um dos principais motivos para a construção dela ocorreu em virtude deste processo de reformulação espacial que passou Santana, principalmente entre as décadas de 1940 e 1950, visto que a demolição do imóvel antigo para a construção da vila demonstra que o investimento imobiliário do casal foi concomitante ao processo de reformas urbanas locais.

¹⁴⁶ ATIQUÉ, Fernando. **Memória Moderna**: A trajetória do Edifício Esther. São Carlos: RiMa, Fapesp, 2004. 364.

Em meio a este estudo, importa-nos mencionar que uma das motivações para estudarmos esta vila deveu-se a sua atual situação no bairro. De fato, o ambiente bucólico que outrora atraía indivíduos para morar ou aproveitar o final de semana saindo da casa da cidade para uma casa de campo no Alto de Santana não mais existe. Os conjuntos arbóreos com árvores frutíferas e antigas casas deram espaço para inúmeros novos prédios, restando às árvores poucos espaços em calçadas e em alguns terrenos.

Em meio às novas construções, a vila holandesa resiste. Os moradores preservam a maioria das fachadas dos sobrados, mantendo a estrutura e estilo originais, conservando-se as cores verdes das janelas e a manutenção da alvenaria de tijolos, evitando alterações. Por estas mesmas razões, a subprefeitura de Santana-Tucuruvi, em divulgação do Plano Regional de 2007, apresentou a vila como candidata à Zona especial de Proteção Cultural, identificado por ZEPEC-BIR 03 Vila Holandesa, mas tal interesse e políticas de proteção das edificações não vieram a público. O ambiente proporcionado pela vila é utilizado para gravações de comerciais, como os da empresa alimentícia Bauducco, já foi tema de reportagens e desperta curiosidade pelos que por ela passam. Além disso, este tipo de edificação atualmente desperta no imaginário popular a ideia de local de calmaria, resguardada do caos da cidade grande, sendo valorizado pelas construtoras imobiliárias.¹⁴⁷

Em meio ao concreto, os tijolos aparentes despertam interesse por quem por eles passa. São inúmeras suposições apresentadas pelos moradores do bairro sobre a origem histórica da vila, criando-se “mitos” sobre esta construção. Em visita a uma escola local, professoras referiam-se à vila como operária, construída por uma indústria não identificada; alguns moradores do bairro defenderam a mesma ideia, enquanto outros argumentavam que ela foi construída por uma condessa, que doou as casas da vila para uma instituição de caridade.

Com tantas hipóteses, os moradores da vila e do bairro direcionam suas falas para pontos em comum: a vila desperta interesse e faz parte da memória e do patrimônio do bairro. Por estas informações, despertou-nos o interesse em estudar esta vila, não pelo viés do patrimônio e impactos atuais, mas pela perspectiva histórica sobre sua edificação, que nos ajudam a compreender sua inserção neste espaço da cidade, que pelas características arquitetônicas e função, permitiu sua preservação ao longo das décadas.

¹⁴⁷ Durante a escrita da monografia localizamos o anúncio de aluguel de uma das casas por uma empresa imobiliária no valor de R\$ 2.000,00 e outro sobrado à venda no valor de R\$ 575.000,00, mostrando a valorização que estas casas de vila possuem no mercado imobiliário.

Destarte, investigar as motivações da construção desta vila nos levou à possibilidade de um amplo estudo que ultrapassou a matéria, abarcando análises sobre relações sociais, principalmente entre imigrantes holandeses residente em São Paulo e suas contribuições para a formação da cidade, sobre o processo de configuração do bairro de Santana, especificamente da região do Alto de Santana, e sobre as vilas construídas na capital paulistana na década de 1950.

REFERÊNCIAS

Bibliografia consultada

ARAGÃO, Solange de. **No interior do quarteirão**: Um estudo sobre as vilas da cidade de São Paulo. São Paulo. Annablume, 2010. 128 p.

ATIQUÊ, Fernando. **Memória Moderna**: A trajetória do Edifício Esther. São Carlos: RiMa, Fapesp, 2004. 364.

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar**: vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo. Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

CANAVERDE, Andrea Aparecida. **Do Além-Tietê às novas áreas de centralidade** – estudo da produção de centralidade na zona norte de São Paulo. Dissertação de Mestrado. FAU-USP. São Paulo. 2007.

CARVALHO, Clara Cristina V. A. de. **Os setores médios e a urbanização de São Paulo: Vila Mariana, 1890 a 1914**. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo. Tese de Mestrado. Guarulhos. 2015.

CHAVES, Niltonci Batista. (org). **Imigrantes**: História da imigração holandesa na região dos Campos Gerais 1911-2011. In: LAMB, Roberto Edgar. Viajar para o novo mundo: Os imigrantes holandeses em Carambeí. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2011.

CORREIA, Telma de Barros. **A construção do Habitat Moderno no Brasil (1870-1950)**. Capítulo 2 Projetos de Regeneração: A Intervenção na Habitação Proletária. São Carlos: RiMa / FAPESP, 2004.

_____. **A Moradia na Paisagem Industrial**: a forma de vilas operárias e núcleos fabris. IN: CORREIA, Telma de Barros (org.) *Forma Urbana e Arquitetura de vilas operárias e núcleos residenciais de Empresas no Brasil*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2011.

FAGERLANDE, Sergio Moraes Rego. **A Construção da imagem em cidades turísticas**: tematização e cenarização em colônias estrangeiras no Brasil. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2012

FREITAS, Maria Luiza. **Modernidade concreta**: as grandes construtoras e o concreto armado no Brasil, 1920 a 1940. Catálogo USP. São Paulo. 2011.

GALLAS, Alfredo Osvaldo Gustavo; GALLAS, Fernanda Disperati. **Holandeses no Brasil: 100 anos de imigração positiva.** São Paulo (SP): A. O. G. Gallas; F. D. Gallas, 2012. 156 p.

GONÇALVES, André Vinícius Martinez. **Manifestações e contradições da metrópole de São Paulo no antigo bairro de Santana - A paisagem, o valor da terra, a intervenção urbana e o fenômeno da deteriorização urbana.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da FFLCH-USP. São Paulo, 2006.

INOUE, Luciana Massami. **A iniciativa privada e o mercado formal de habitação para o trabalhador na cidade de São Paulo, 1942-1964.** Dissertação de Mestrado. FAU-USP. 2010.

JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu: São Paulo, 1890-1940.** São Paulo, Alameda 2006.

LANGENBUCH, Richard. **A estruturação da Grande São Paulo.** Estudo da Geografia Urbana. Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Campinas. Rio Claro, 1968. Disponível em:

LE MOS, Carlos. **Alvenaria Burguesa: Breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café.** São Paulo: Nobel, 1989.

OLIVEIRA, Maria Luiza de. **Entre a Casa e o Armazém: Relações sociais e Experiência da Urbanização, São Paulo, 1850-1900.** São Paulo. Alameda. 2005. 416 p.

OSMAN, Samira Adel. **Mascates árabes em São Paulo: concentração urbana e inserção econômica.** Revista Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade. Revista nº 2: Cidades: Processos Migratórios e Imigratórios. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 2009.

PAIVA, Odair da Cruz. **Histórias da (I)migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI.** São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2013. PDF (Coleção Ensino & Memória, 2). – p. 72.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Habitação Popular no Brasil: 1880-1920.** Cadernos de Pesquisa do LAP, n.2. São Paulo: FAU-USP, set-out, 1994.

SHIBAKI, Viviane Veiga. **Avenida Paulista: da formação à consolidação de um ícone da metrópole de São Paulo.** Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Catálogo USP. São Paulo, 2007.

TORRES, Maria Celestina T. M. **História dos bairros de São Paulo: O bairro de Santana.** Prefeitura Municipal. 1970.

TREVISAN, Ricardo Marquis. **Condomínios tipo vila em São Paulo**. Tese de Mestrado – FAU,USP. São Paulo, 2006. P.10.

VOLTOLINI, Ricardo. **Santana, sua história e suas histórias**. São Paulo. Editora SENAC. 1996.

Arquivos consultados

Arquivo Histórico Municipal - AHSP

Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP

Arquivo Geral de Processos do Município de São Paulo

Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de São Paulo – ATSP

Acervos de jornais e revistas consultados

Acervo online do jornal Folha de São Paulo - <http://acervo.folha.uol.com.br/>

Acervo online do Jornal O Estado de São Paulo - <http://acervo.estadao.com.br/>

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional - <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Delpher - Boeken Kranten Tijdschriften - www.delpher.nl/

Revista Acrópole – Universidade Federal de São Paulo - Edição Dec 1957 – Ano 20 – N° 230, pág. 73.

Fontes Consultadas

Arquivo Geral de Processos do Município de São Paulo

- Processo N° 1982 - 0.022.566-5/ N° de capa: 0.072.655/52

- Processo N° 1982 - 0.022.566-6/ N° de capa: 0.072.655/

- Processo N° 1982 - 0.022.569-0/ N° de capa: 0.075.989/53

- Processo N° 1982 - 0.022.565-8/ N° de capa: 0.074.953/54

- Processo N° 2014 – 0.314.426- / N° de capa: 0.254.032/55

- Processo N° 1982 – 0.015. 781 – 4/ N° de capa: 0.177.974/55

Arquivo Geral do Tribunal de Justiça de São Paulo – ATSP

Foro Central Cível – 10ª Var da Família e Sucessões. Processo 0817169-53.1966.8.26.0100.

Inventário e Partilha. Requerente: Selma de Vita Berkhout.

Arquivo Público do Estado de São Paulo - APESP

Fichas de estrangeiros localizadas no arquivo e na base de dados *FamilySearch* -

<https://familysearch.org/search/collection/2140223>

ANEXO A – Levantamento realizado no acervo do jornal O Estado de São Paulo e Correio Paulistano sobre os anúncios de imóveis na Rua Marechal Hermes da Fonseca e adjacências.

Sistematização da Atividade Rentista e Urbanizadora na RUA MARECHAL HERMES DA FONSECA e adjacências						
Fontes: Acervo Jornal O Estado de São Paulo e Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Jornal Correio Paulistano						
Data	Jornal	Proprietário / Imobiliária	Aluguel ou Venda / Solicitação	Valor	Principais características do Imóvel	Principais Características do Local, se referenciadas
27/04/1923	Correio Paulistano	-	Venda	-	Imóvel nº 60 “6 dormitórios, 3 salas, ótima instalação de água encanada, filtro, luz, telefone e banheiro.”	-
14/11/1924	Correio Paulistano	Luiza Andrade Abreu	Construção de prédio, casa nº 20	-	-	-
14/11/1924	Correio Paulistano	Costabilio Larazzo	Construção de muro	-	-	-
14/11/1924	Correio Paulistano	M. Tuchmachar	Construção de muro nº 24 e 26	-	-	-
22/11/1924	Correio Paulistano	Catharina Turra	Construção de muro, nº38	-	-	-
22/11/1924	Correio Paulistano	José de Macedo Fraissat	Construção de barracão, nº 23	-	-	-
18/05/1932	O Estado de São Paulo	Arthur de Mello Varajão	Aquisição de terreno	7:700\$	-	-
29/04/1938	O Estado de São Paulo	-	Aquisição de dois Terrenos	1:500\$ e 2:500\$	-	-
22/12/1939	O Estado de São Paulo	-	Aquisição de dois terrenos	5:600\$ e 1:300\$	-	-
14/11/1952	O Estado de São Paulo	Eng. Arão Sahn	Venda	Cr\$ 240.000,00	“Imóvel nº 442 “Belíssimas residências novas... finas casas em fase de acabamento... sala-living, copa, cozinha, dois dormitórios e banheiro completo.”	“Rua calçada, com água e esgoto, luz e telefone. Farta condução: ônibus 43 e 44(este último tem ponto final a poucos metros das casas).”

Sistematização da Atividade Rentista e Urbanizadora no ALTO DE SANTANA						
Fonte: Acervo Jornal O Estado de São Paulo						
Data	Jornal	Proprietário / Imobiliária	Aluguel ou Venda / Solicitação	Valor	Principais características do Imóvel	Principais Características do Local, se referenciadas
15/10/1941	-	Rua Capitão Rabelo, nº 12	Aluguel	800\$000 – depósito ou fiador	“Aluga-se Chacarazinha para família de fino trato”	-
19/05/1945	Sr. Ribeiro no Largo do Tesouro nº 36	-	Aluguel	-	“Aluga-se uma casa – pitoresca, situada no bairro de melhor clima de S. Paulo, Alto de Santana, com dois andares, 2 magníficas salas de banho, 5 quartos e demais dependências espaçosas; jardim em toda volta da casa, bonde e ônibus a porta, para família de fino tratamento.”	-
02/10/1946	-	-	Compra ou aluguel	-	“Casa Pequeninina – Casal s/ filhos compra ou aluga para passar fim de semana, c/ algum terreno arborizado, água e luz, Local saudável. (Tremembé, Cantareira, Est.Santo Amaro, Alto de Santana, Jabaquara, etc. 4-3338.)”	-
02/10/1946	ITACAL	-	Venda	A partir de Cr\$ 160.000,00	“Casas a prestações no Alto de Santana – Vendo a prazo, ótimas com: jardim, vestíbulo, sala de visita, sala de jantar, cozinha, W.C. e quarto de empregada e ótimo quintal. Parte alta, dois dormitórios e banheiro completo. (...) Fogão e aquecimento elétrico, Lage Prel. E outros melhoramentos de fino gosto.”	-
05/11/1947	Corretor J. F. Mattos Martins	Rua Alfredo Pujol	Venda	Cr\$ 260.000,00	“Casa-terrea Santana. Terreno de 10x50, isolada de um	“Rua Alfredo Pujol, com ônibus a porta e

					lado. Salas de visita e jantar. 2 dormitórios, cozinha com fogão elétrico e banheiro completo. Jardim e quintal, com poço com bomba elétrica e tanque para aves.”	todos os melhoramentos.”
30/08/1948	Antônio – Rua do seminário- Casa Masetti	Rua Alfredo Pujol	Venda	-	“Predio recém-construído ainda não habitado, dividido em 3 andares independentes, com ótimas acomodações, construção de 1ª, acabamento fino, banheiros completos e bons terraços. Ligado gás, água e luz.”	“ônibus a porta”
31/03/1951	TOLEDO (?)	-	Permuta	Ilegível	“Residência para fim de Semana – Alto de Santana – Mandaqui. Permuto ótima residência, adequada para fins de semana, com grande área, por outra mais próxima do centro.”	-
06/11/1951	-	Rua Artur Guimarães, 115.	Aluguel	Cr\$ 3.000,000	“Aluga-se linda casa, com garagem, terraço, quintal, copa, cozinha, sala de jantar, sala de visitas, em cima: 3 dormitórios e banheiro de luxo, e nos fundos mais 2 quartos grades, tanque e banheiro de empregada. Residência confortável, vistas maravilhosas.”	“Rua asfaltada, com ônibus à porta.”
07/12/1951	Predial Paulista Lt. Lg. 7 de Setembro, 34, 3º.	Rua Valério Giulli, 1. – Pertencente ao Mandaqui. – Rua Atrás do Mec.	Aluguel	-	“Casa grande, completamente isolada com grande jardim e quintal. Lugar alto, seco e saudável, própria para pensão ou clínica, tendo no alto 6 cômodos, em baixo mais 6 comodos, com grande porão e demais dependências.”	-
15/05/1952	Banco Nacional Imobiliário S. A.	Rua Garção Tinoco nº76	Aluguel	Cr\$ 5.000.000,00	“Ótima residência com linda vista para a cidade, contendo as seguintes dependências: -	-

					Jardim, garagem, 2 terraços, sala de visitas, sala de jantar, copa, cozinha com fogão a gás de rua. W.C e chuveiro elétrico para empregada, lavanderia ou porão habitável com dois cômodos e saleta e um bom quintal. Nos altos: 3 dormitórios com sacada e banheiro completo.”	
13/06/1952	-	Rua Paulo Gonçalves, 54	Aluguel	-	“Alto de Santana – CHÁCARA BARUEL. Alugamos 2 últimas residências, terminadas de construir, contendo: altos, 3 quartos, sendo um duplo e banheiro completo; aquecimento central ATLAS. Térreo: living, sala de jantar, cozinha, etc. Garagem, quarto empregada e W.C. Rua Particular.”	-
01/10/1952	Escritório Falleiros, Rua Direita, 191, do Sindicato dos Corretores de Imóveis.	Alto de Santana, sem referência de Rua	Venda	Cr\$ 400.000,00	“No Alto de Santana, térrea, lugar saudável, terreno de 7,50 x 50 – Jardim na frente, varanda, grande living, dois grandes dormitórios, cozinha, banheiro, porão habitável, luz; brave, ônibus a porta.”	-
29/11/1952	-	Rua Pedro Doll nº71	Aluguel	Cr\$ 2.500,00	“Aluga-se ótima moradia. Alto de Santana.”	-
22/01/1953	Soc. Imob. Novo Lar Ltda.	Rua Voluntária da Pátria, 3.776	Venda	Cr\$ 650.000,00	“Prédio para RENDA – Vende-se no Alto de Santana ... com 4 apartamentos rendendo Cr\$ 6.500,00 mensais. Preço Cr\$ 650.000,00. Entrada Cr\$ 200.000,00 e o saldo em 5 anos.”	-
27/07/1955	-	Rua Daniel Rossi	Venda	Cr\$ 1.650.000,00	Finíssima residência. Parte superior com 03 dorm. Sendo um duplo, sala para jogos, hall, armários embutidos, banheiro completo, grande terraço. Térreo	Imóvel com vista para cidade.

					com hall de entrada, terraço, jardim de inverno, living, sala de jantar, copa, cozinha com armários embutidos, forno, tanque, quarto para empregada, adega, garagem e quintal gramado.	
--	--	--	--	--	--	--

ANEXO B – Levantamento sobre informações referentes a Dirk Berkhout e Selma de Vita em acervos de jornais.

LEVANTAMENTO ACERVO ONLINE JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO			
AUTOR	TÍTULO	DATA	DESCRIÇÃO
-	“Exportação – Frutas”	04/03/1934	Exportação de abacaxis pela empresa Berkhout e Cia. Ltda. Para Amsterdã.
-	“Uma tulipa sobre a mesa – Recepção em homenagem à natalícia da Rainha da Holanda”	08/05/1955	Publicação sobre a recepção do casal Berkhout em sua residência, na Rua Conselheiro Brotero, de membros da sociedade holandesa de São Paulo e do corpo consular de São Paulo para homenagearem o aniversário da rainha da Holanda.
-	“Aluga-se em Santana”	06/11/1955	Anúncio de aluguel do sobrado nº 410 da vila, com características construtivas e valor do aluguel de Cr\$ 3.000,00 e contrato de 03 anos.
-	“Armazéns Novos – Em Santana”	18/12/1955	Anúncio de aluguel dos três armazéns da vila, com valor do aluguel inicial de Cr\$ 5.000,00 para o armazém da esquina e Cr\$ 4.000,00 para os outros dois.
-	“Objetos holandeses típicos serão expostos em Pirituba”	30/11/ 1957	Divulgação da amostra beneficente da comunidade holandesa de São Paulo, suas principais atividades e

			declarações de Selma de Vita Berkhout.
--	--	--	--

LEVANTAMENTO ACERVO ONLINE JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO			
AUTOR	TÍTULO	DATA	DESCRIÇÃO
-	“Construção de um novo teatro em São Paulo”	01/08/ 1948	Anúncio sobre as obras do Teatro da Sociedade de Cultura Artística, na Rua Nestor Pestana, e sobre os “sócios patronos” contribuintes da construção. Destacam-se os nomes de Dirk Berkhout e Selma de Vita Berkhout como investidores.
-	“Residência Mobilada”	29/11/1930	Anúncio de aluguel do imóvel da Rua Marechal Hermes da Fonseca, nº66, por Dirk Berkhout. Valor 500\$000,00.
Marco Uchôa	“São Paulo fascina como cenário de cinema e TV – Clima holandês”	31/03/1993	Entrevista com as moradoras da Vila Holandesa Conceição de Jesus Gênio, de 91 anos, e Inavira Pereira Toyofuku e relato sobre o aspecto arquitetônico da vila que serve como cenário para comerciais.
-	-	29/11/1966	Selma de Vita anuncia o falecimento de Dirk Berkhout que ocorreu no dia 28 de Novembro de 1966. O enterro ocorreu no Cemitério da Paz.
-	-	28/10/1980	Anúncio da morte de Selma de Vita Berkhout que ocorreu no dia 27 de outubro. O sepultamento ocorreu no cemitério da Paz.

LEVANTAMENTO ACERVO ONLINE DELPHER - BOEKEN KRANTEN TIJDSCHRIFTEN			
JORNAL	AUTOR/TÍTULO	DATA	DESCRIÇÃO
Algemeen Handelsblad	-/ “Ondertrouwd”	22/07/1919	Anúncio sobre o noivado entre Dirk e Selma De Vita ocorrido no Rio de Janeiro.

Algemeen Handelsblad	-/ “Getrouwd”	07/08/1919	Anúncio sobre o casamento entre Dirk Berkhout e Selma De Vita ocorrido no Rio de Janeiro.
De bainer: staatkundig gereformeerd dagblad	-/ “Consulaire Dienst.”	17/10/1933	Divulgação sobre a nomeação de Dirk Berkhout como novo cônsul holandês em São Paulo.

LEVANTAMENTO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

AUTOR	TÍTULO	DATA	DESCRIÇÃO
-	“Relatório da Diretoria”	11/03/1953	Relatório sobre o balanço geral e demonstração da conta de Lucros e Perdas relativos ao ano de 1953 da empresa Química Terapêutica Holando – Brasileira Berkfarma S/A, sendo Dirk Berkhout diretor presidente da Empresa.
-	“Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de Junho de 1953”	18/07/1953	Mudança do nome da empresa Química Ultra S/A – Indústria e Comércio para Química Terapêutica Holando – Brasileira Berkfarma S/A. No documento consta que a sede da empresa localizava-se na Rua Voluntários da Pátria, 3.997, no bairro de Santana.
Roberto Auerbach	“Felco S/A Indústria e Comércio – Ata da Assembleia Geral Extraordinária, de 27 de Abril de 1964”	19/06/1964	Relatório sobre mudança da diretoria da empresa Felco S/A. Consta que Dirk e Selma de Vita Berkhout eram acionistas da empresa.
-	“Inventário”	25/05/1973	Inventário 21504 – Dirk Berkhout.

LEVANTAMENTO HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL			
Organizado pelo nome do Jornal			
JORNAL	AUTOR/TÍTULO	DATA	DESCRIÇÃO
O Jornal	-/ “Vultosas compras estão sendo feitas no Brasil pelas Índias Orientais Holandesas”	12/08/1941	Divulgação de almoço ocorrido no Jockey Club de São Paulo oferecido pela diretoria da Companhia Nacional de Estamparia ao Sr. F.H.L. Jordan, representante das Índias Orientais Holandesas, Dirk Berkhout e aos Srs. Assis Chateaubriand e Carlos Rizzini, diretores dos Diários Associados, com finalidade de divulgar os interesses das Índias no parque industrial brasileiro e estabelecer relações comerciais com o Brasil.
A Noite	-/ “Oportunidades” “Comerciais”	20/11/1935	Anúncio de interesse de compra de couro pela empresa Berkhout e Cia. desejando estabelecer comércio com frigoríficos e matadouros do país.
Correio Paulistano	-/ “Exportação”	19/10/1935	Anúncio de exportação de madeira serrada para Rotterdam pela empresa Berkhout e Cia.
Correio Paulistano	-/ “Superphosphato Hollandez”	18/08/1938	Anúncio de venda de adubo oriundo da Holanda pela empresa Berkhout e Cia.
Correio Paulistano	-/ “Notas e comentários”	04/11/1938	Anúncio de comemoração pelo aniversário da rainha holandesa Guilhermina na residência do Sr. Dirk Berkhout, Rua Homem de Mello, nº 439, que contará com a presença de autoridades, membros do corpo consular e “elementos da colônia” residentes em São Paulo.
Diário Nacional	-/ “O 50º aniversario da rainha Guilhermina da Hollanda”	30/08/1930	Divulgação dos festejos comemorativos do aniversário da rainha da Holanda pela Sociedade Holandesa de São Paulo e entrevista com Dirk Berkhout sobre as

			relações comerciais entre a Holanda e o Brasil. Ressalta-se na entrevista informações sobre a comunidade holandesa na cidade de São Paulo.
Jornal de Notícias	-/ “Inaugurado o Carrilhão de Vila Formosa”	01/05/1951	Notícia sobre a inauguração do carrilhão do Santuário de Vila Formosa, fornecido pela Holanda. Compareceu a esta inauguração o ministro plenipotenciário Sr. Elink Schuurman e Dirk Berkhout.
Jornal de Notícias	-/ “Editais Laboratório Bercia S/A.”	13/02/1951	Divulgação da Assembleia Geral Ordinária da empresa, convidando acionistas para reunião na sede localizada na Rua Voluntários da Pátria, em Santana. Entre os diretores da empresa estão Dirk, Selma Berkhout e outros holandeses e austríacos.
Correio da Manhã (RJ)	-/ “À distinta classe médica”	31/10/1942	O Laboratório Bercia LTDA. divulga que sua Seção de Propaganda Científica e amostras de vitaminas e outras especialidades farmacêuticas do laboratório podem ser adquiridas pelos “Srs. Médicos”. A chamada indica que a empresa Berkhout e Cia. tinha uma filial no Rio de Janeiro, localizada na Avenida Rio Banco, nº09 – 03 – Sala 352 (Casa Mauá)

ANEXO C – Sistematização de informações referentes aos membros da família Berkhout e de Vita Fuldauer localizados na base de dados online *FamilySearch*.



<p style="text-align: center;">FAMÍLIA BERKHOUT FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO Secretaria da segurança Pública – Delegacia especializada de estrangeiros Registros de Estrangeiros</p>						
Nome	Local de Nascimento	Ano de Nascimento	Filiação	Cônjuge	Cargo e Endereço Comercial	Residência
Dirk Berkhout	Nieuwer-Amstel, Holanda	06/01/1895	Pai: Klaas Berkhout Mãe: Maartje Berkhout	Selma de Vita Berkhout	Consulado da Holanda	Rua Conselheiro Brotero, 1221
Petrus Berkhout	Nieuwer-Amstel, Holanda	28/02/1885	Pai: Klaas Berkhout Mãe: Maartje Berkhout	-	-	<u>Rua Marechal Hermes da Fonseca, 410</u>
Nicolaas Berkhout	Holanda	24/04/1891	Pai: Klaas Berkhout Mãe: Maartje Berkhout	-	Comerciário – Rua Anchieta, 35-6º Andar	Rua Maria Lisboa Nº1020
Maria Cornelia Adriaansz Berkhout	Utrecht - Holanda	10/05/1913	Pai: Petrus Berkhout Mãe: Maria Magdalena Mulder	-	Comerciária	<u>Rua Marechal Hermes da Fonseca 410 casa 7</u>
Maria Berkhout Slentel	Holanda	-	Pai: Nicolaas Berkhout Mãe: Jikke Berkhout	-	Consulado da Holanda	Rua Herculano de Freitas nº 317 casa 2
Gerrit Nicolaas Berkhout	Holanda	-	Pai: Nicolaas Berkhout Mãe: Jikke Berkhout	-	Engenheiro/ Severo Villares e Cia. Ltda. Rua Boa Vista nº16	Rua Herculano de Freitas nº 317 casa 2

FAMÍLIA DE VITA E FULDAUER
FONTE: ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria da segurança Pública – Delegacia especializada de estrangeiros
Registros de Estrangeiros

99

Nome	Local de Nascimento	Ano de Nascimento	Filiação	Cônjuge	Cargo e Endereço Comercial	Residência
Selma de Vita Berkhout	Amsterdam - Holanda	26/05/1895	Pai: Arnold de Vita Mãe: Rosa Fuldauer de Vita	Dirk Berkhout	“Prendas domésticas”	Rua Conselheiro Brotero, 1221
Ingrid Elisabeth Berkhout	Amsterdam - Holanda	11/05/1951	Pai: Dirk Berkhout Mãe: Selma de Vita Berkhout	-	“Prendas domésticas”	-
Emile Amold de Vita	Holanda	-	Pai: Arnold de Vita Mãe: Rosa Fuldauer de Vita	-	-	Avenida Angélica, 635
Louisa Fuldauer	Holanda	-	Pai: Maurits Fuldauer Mãe: Adele Speyer			
Rene de Vita	Holanda	25/02/1925	Pai: Arnold de Vita Mãe: Elisabeth van der Tuin	-	Agricultor	Rua Conselheiro Brotero nº1211

ANEXO D – Cópia da transcrição de transmissão do terreno da Rua Marechal Herme da Fonseca ao casal Berkhout.

				3º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO PAULO CÓDIGO (CNS): 11.328-2	
Livro 3 - Transcrição das Transmissões					
Transcrição	Data	Livro	Folha	Ficha	
43.198	19/02/1952	AP	97	01	

início do traslado

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: A METADE NO VALOR DE Cr\$ 157.500,00 a 1ª adquirente e a metade no valor de Cr\$ 157.500,00 ao 2º adquirente, sobre a avaliação de Cr \$315.000,00 em um terreno, situado à rua Marechal Hermes da Fonseca, nº 410, antigo nº 42, outrora nº 66, no 8º Subdistrito – Santana, desta Capital, medindo mais ou menos 21,00 metros de frente, por 125,00 metros da frente aos fundos, isto é, até a linha férrea da Cantareira, sendo que conserva a largura de 21,00 metros, mais ou menos, até a distância de 21,50 metros, mais ou menos, a partir da frente e daí em diante vai se estreitando gradualmente, até os fundos, onde mede 18,00 metros, mais ou menos, confinando aí com a referida linha férrea, ora E. F. Sorocabana, de um lado com Manoel Corrêa Dias e de outro lado com Catharina Turra, viúva de João Turra, com uma área de 2.400,00 m², existindo no mesmo um prédio com dois pavimentos, recuado do alinhamento da rua 13,00 metros e uma casa térrea construída de alvenaria de tijolos, nos fundos do prédio de dois pavimentos, acima descrito, do qual se distância mais ou menos 15,00 metros e a casa térrea construída no referido terreno à rua Marechal Hermes da Fonseca, nº 140 do lado direito de quem olha da rua, distanciada dos fundos do edifício de dois pavimentos, cerca de 25,00 metros.

ADQUIRENTES: 1º) - SELMA DE VITA BERKHOUT, do lar, casada pelo regime da completa separação de bens com o 2º adquirente; 2º) DIRK BERKHOUT, comerciante, holandeses, residentes à rua Conselheiro Brotero, 1.211 e domiciliados nesta Capital.

TRANSMITENTE: Espólio de Rosalie Fuldauer (faleceu no estado de viúva de Arnold de Vita).


TÍTULO: Partilha homologada por sentença de 17 de dezembro de 1.951, conforme formal de partilha subscrito em 04 de janeiro e aditado em 05 de fevereiro de 1.952, pelo Oficial Maior do 13º Ofício, e assinado pelos Juízes de Direito em exercício na 13ª Vara, todos do Cível desta Capital, extraída dos autos de inventário dos bens deixados pela finada transmitente.

VALOR: Cr\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil cruzeiros).

REGISTRO ANTERIOR: Transcrição nº 24.600, da 2ª Circunscrição.

AVERBAÇÕES:

- Continua no Verso -



998111

Página 1
 Certidão na última página

"QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO"

3º Oficial de Registro de Imóveis
 Comarca de São Paulo - SP
 11328-2-AA 419168

ANEXO E – cópia do laudo técnico de vistoria no Arquivo Geral de Processos da Prefeitura Municipal de São Paulo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO


**Laudo Técnico - suspensão de acesso à documentação recebida do
Arquivo Geral de Processos da Prefeitura Municipal de São Paulo
Período 1924 – 1935**

Após inspeção realizada em 23 de março de 2015 pela COVISA - Coordenação de Vigilância em Saúde na documentação do Arquivo Geral de Processos da Prefeitura Municipal de São Paulo, sob guarda permanente do Arquivo Histórico de São Paulo, e mediante o respectivo laudo emitido, **as consultas à documentação compreendida entre os anos de 1924 a 1935 encontram-se temporariamente suspensas**, devido ao alto **risco de contaminação pelo manuseio**. A medida é de prevenção de danos à saúde tanto dos funcionários quanto dos pesquisadores. Ações de saneamento estão em andamento, para o retorno ao atendimento com total segurança.

São Paulo, 25 de agosto de 2015.



Maria Regina Davidoff
Supervisão de Acervo Permanente
AHSP - RF: 599.071-8



Jorge Lody (Substituto)
Supervisão de Conservação do Acervo
AHSP - RF: 598.558.7.00



Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria Municipal da Saúde
Coordenação de Vigilância em Saúde

São Paulo, 23 de março de 2015

Ofício nº 075/COVISA/GVST/SGVRSRT/2015

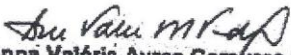
Ref: Solicitação de avaliação técnica do sistema de ventilação e ar condicionado instalados.

Prezado Senhor Diretor

Em atendimento à solicitação desse Órgão, foi realizado em 25/02/2015 inspeção sanitária no Arquivo Histórico de São Paulo, sito na Praça Coronel Fernando Prestes, 152 - Luz, SP/SP, para averiguar o sistema de ventilação e ar condicionado instalados.

Segue Relatório de Inspeção Sanitária.

Aproveitamos a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.


Anna Valéria Ayres Camurça Pradal
 Subgerente da Vigilância dos Riscos à Saúde,
 Relacionados ao Trabalho
 SMS / COVISA


Adriana Rodrigues Siqueira Cardoso
 Gerente da Vigilância em Saúde do Trabalhador
 SMS / COVISA


Wilma Tieni M. Morimoto
 Coordenadora da Vigilância em Saúde
 SMS

Ilmo. Senhor
 Afonso Luz
 Diretor do Arquivo
 Arquivo Histórico de São Paulo - AHSP
 Praça Coronel Fernando Prestes, 152 - Luz
 São Paulo - SP
 CEP:


 Coordenação de Vigilância em Saúde - COVISA
 Subgerência de Vigilância dos Riscos à Saúde
 Relacionados ao Trabalho
 Rua Santa Isabel, 181 - 5º Andar.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
COORDENAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR
SUBGERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DOS RISCOS À SAÚDE RELACIONADOS AO
TRABALHO

RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA

I - IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Razão Social: Arquivo Histórico de São Paulo - AHSP

Endereço: Praça Coronel Fernando Prestes, 152 - Luz

Telefone: (11) 3396-6060

II - MOTIVO DA VISITA

Solicitação de avaliação técnica do sistema de ventilação e ar condicionado instalados.

III - DATAS E HORÁRIOS DAS INSPEÇÕES

Data: 25/02/2015

Horário: 14:00 horas

IV - EQUIPE TÉCNICA DE VIGILÂNCIA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

André Castilho – Biólogo

Arlindo Raymundo de Oliveira Junior- Fisioterapeuta

Soraia Guerra Silveiras – Farmacêutica

V - ACOMPANHANTES

Afonso Luz – Diretor do Arquivo

Zínia Carvalho – Coordenadora da Área de Conservação

Maria Regina Davidoffi – Supervisora do Acervo Permanente

VI - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO LOCAL

O Arquivo Histórico de São Paulo - AHSP, é o departamento responsável pela conservação, guarda permanente, identificação, ordenação e divulgação do



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
COORDENAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR
SUBGERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DOS RISCOS À SAÚDE RELACIONADOS AO
TRABALHO

valioso conjunto documental produzido pela administração pública municipal desde meados do século XVI até a primeira metade do século XX.

Todos os documentos recebidos são originários do Depósito Geral da Prefeitura, no Piqueri, o arquivo geral dos processos, onde ficam por muitos anos até serem enviados para o Arquivo Histórico.

Atualmente estão recebendo documentos do período de 1924-1935 e este grande intervalo em relação à data atual, se deve a falta de espaço que havia para armazenamento de documentos.

Até o momento destes documentos serem enviados ao Arquivo Histórico para serem higienizados, analisados e disponibilizados para pesquisa, ficam armazenados em caixas arquivos, em condições precárias, passando até por enchentes.

Após passar pela higienização no Arquivo Histórico, estes documentos são encaminhados para radiação gama no Instituto de Pesquisas e Tecnologia (IPT) com o objetivo de minimizar os riscos microbiológicos.

Durante este processo de higienização as pessoas responsáveis pela atividade utilizam máscaras cirúrgicas, luvas de procedimento e aventais descartáveis.

VII - ESTRUTURA FÍSICA

O Arquivo Histórico de São Paulo - AHSP é composto por três edificações organizadas da seguinte forma :

- **Prédio Principal:** Constituído por dois pisos mais o subsolo, onde existem várias salas, sendo que muitas destas são utilizadas para armazenamento e higienização do acervo as quais serão descritas no item VIII, que foram o foco da visita.
- **Torre da Memória:** Constituído por oito pisos mais o mezanino, sendo que o mezanino será destinado à recepção dos pesquisadores e o restante da edificação para armazenamento de documentos. Esta edificação ainda não está sendo ocupada.



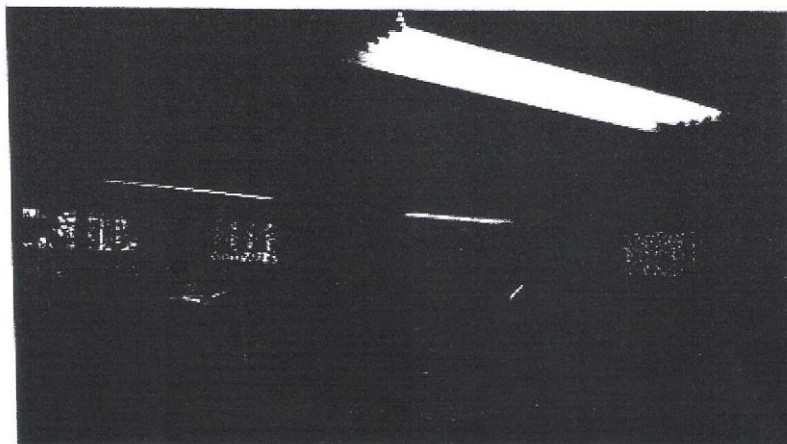
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
COORDENAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR
SUBGERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DOS RISCOS À SAÚDE RELACIONADOS AO
TRABALHO

Na torre da memória verificamos:

- No mezanino há ventilação natural, a qual é realizada através de janelas, porém não há ventilação cruzada.
- No 1º andar observamos presença de ventilação natural e cruzada.
- No 2º andar há presença de equipamento "split", que não renova o ar, porém há janelas e sistema de exaustão.
- No 3º andar há ventilação natural.
- Do 4º ao 8º andar há um sistema de ventilação e exaustão, porém não foi possível visualizar as máquinas do sistema de climatização.

No prédio em anexo há um sistema central onde observamos uma sala de mistura com excessiva sujeira, presença de material acústico que não permite adequada higienização e filtros obsoletos.

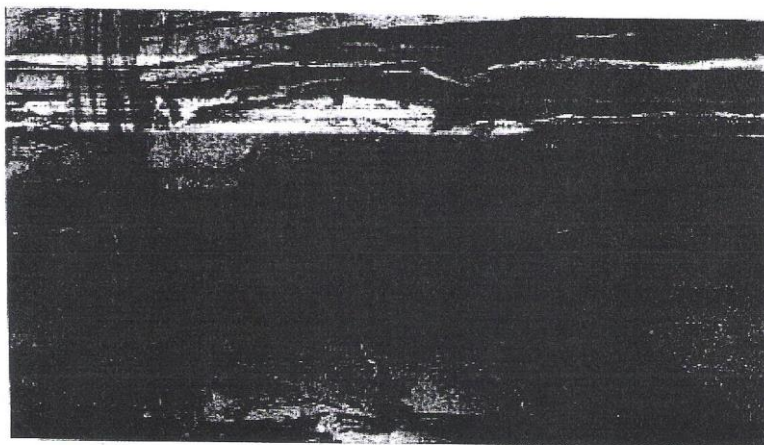
IX- DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Presença de Ventilação Natural



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
COORDENAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR
SUBGERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DOS RISCOS À SAÚDE RELACIONADOS AO
TRABALHO



Presença de fungos na documentação.

X - CONCLUSÃO

Observamos que no prédio principal há possibilidade de ventilação natural por meio de janelas, mas é necessário que as mesmas sejam mantidas abertas, o que atualmente não ocorre.

Nas salas do prédio principal, observamos ventilação artificial através de equipamentos que estão sem manutenção adequada: com presença de filtros sujos, bandeja de condensação com presença de biofilme, fatores que aumentam o risco dos trabalhadores apresentarem doenças respiratórias.

Nas salas de equipamentos não há captação do ar externo e nem exaustão, o que proporciona um ambiente sem renovação de ar. A Portaria da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) n°3523/98 indica que as salas de misturas devem ser isoladas do ambiente, sem presença de materiais estocados e mantidas limpas para não contaminar o ar que entra no equipamento e conseqüentemente não contaminar o ambiente.

No prédio em anexo, observamos que há um sistema central com presença de dutos e grelhas de exaustão está sem manutenção, com filtros sujos, obsoletos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
COORDENAÇÃO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR
SUBGERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DOS RISCOS À SAÚDE RELACIONADOS AO
TRABALHO


grande sujidade e presença de material de revestimento acústico, o qual não é permitido porque impede a higienização adequada do local.

Na torre da memória a ventilação é realizada de forma natural e por equipamentos, porém não nos foi possível compreender o funcionamento deste equipamento por não localizarmos as máquinas. Para uma melhor avaliação necessitamos da planta baixa do sistema de ventilação e exaustão instalados.

Devido as atividades realizadas nesta instituição é necessário uma adequada ventilação e exaustão porque o próprio material de trabalho (documentos históricos) apresentam uma alta carga microbiológica, principalmente ácaros e fungos. Para garantir a segurança dos trabalhadores é recomendável que antes de qualquer manipulação destes documentos, estes primeiramente passem pela radiação gama para que este risco seja minimizado.

São Paulo, 20 de março de 2015.

Autoridades Sanitárias:


André Castilho
R.F. 806.366.5


Soraia Guerra Silveiras
R.F. 806.197.1

ANEXO F – Fichas de estrangeiros localizadas no banco de dados *FamilySearch*

1- Fichas de Selma de Vita e Dirk Berkhout

1980
N.º 31.500.....
BC

REGISTRO DE ESTRANGEIROS
DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA,
PERMANENCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

NOME DIRK BERKHOUT
Admitido em território nacional em caráter PERMANENTE
Nacionalidade HOLANDEZA
Pai KLAAS Mãe MAARTJE
Profissão COMERCIANTE
Carteira de identidade n.º 120.937 Registro n.º 31.500
Residência RUA DR. HOMER DE MELLO Nº439
Emprego SOCIO GERENTE DA FIRMA BERKHOUT & CIA. LDA local
RUA 15 DE NOVEMBRO Nº197

Alfredo de Jesus
DELEGADO DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA,
PERMANENCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
D.E.O.P.S.
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ESTRANGEIROS
(Ficha requerimento para visto de saída do país)
ESTRANGEIROS

(Foto) 7801

VISTO N.º Em de de 19.....
SIM.

Sr. Dr. Delegado
Nome: Selma de Vita Berkhout
Nacionalidade Holandesa Local de Nascimento Amsterdã - 26.5.1895
Data do Nascimento 26.5.1895 Est. Civil Casada
Pai Arnold de Vita Mãe Rosalie Fuldauer
Profissão Doméstica Residência Rua Conselheiro Brotero, 1211
R. Geral n.º 120.938 Registro n.º 63.195
Cart. mod. 19 expedida pelo SRE de (local) São Paulo
DOPB: em 02 de Outubro de 1973
desejando viajar para (decl. os países) Europa
requer visto de saída em seu passaporte satisfeitas as formalidades legais.
S. Paulo, 5 de março de 19 74
Selma de Vita Berkhout
(Assinatura do Requerente)

(Esta ficha deve ser arquivada)

2- Fichas de Petrus Berkhout e Maria Cornelia Berkhout. Abaixo, fichas indicando o endereço Rua Marechal Hermes da Fonseca nº410 como residência de ambos.

2

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
 FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso Petrus Berkhout
 Admitido em território nacional em caráter temporário
 Nos termos do art. 7º letra 3 do dec. n. 7967 de 1945
 Lugar e data de nascimento Amsterdã, 23/2/1885
 Nacionalidade Holandesa Estado civil casado
 Filiação (nome do Pai e da Mãe) Klaas Berkhout e
Maartje Zweed Profissão sem profissão
 Residência no país de origem Bellecamplein 22, Amsterdam

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. D820304 expedido pelas autoridades de Prefeitura de Amsterdã na data 2/12/1953
 visto sob n. _____

ASSINATURA DO PORTADOR: P. Berkhout

NOTA - Esta ficha deve ser apresentada à autoridade competente, sendo as duas vias em original.

Modelo S.C. 139

13-10

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
 FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso Maria Cornelia Adriaansz-Berkhout
 Admitido em território nacional em caráter permanente
 Nos termos do art. 9º letra --- do dec. n. 7967 de 1945
 Lugar e data de nascimento Utrecht em 10/5/1913
 Nacionalidade holandesa Estado civil casada
 Filiação (nome do Pai e da Mãe) Petrus Berkhout e
Maria H. Mulder Profissão doméstica
 Residência no país de origem Paltzerweg 191, Den Dolder

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. D391046 expedido pelas autoridades de Comissário da Rainha em Utrecht na data 7/3/1953
 visto sob n. 224/1953

ASSINATURA DO PORTADOR: Maria Cornelia Berkhout

NOTA - Esta ficha deve ser apresentada à autoridade competente, sendo as duas vias em original.

Modelo S.C. 139

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ESTRANGEIROS

REGISTRO DE ESTRANGEIROS

NOME: PETRUS BERKHOUT
 Admitido em território nacional em caráter TEMPORARIO - Art. 7 -dec. 7967-letra a
 Nacionalidade: HOLANDEZA - Nat. de Nieuwer Amstel - Holanda
 Data do nascimento: 28.2.1885 Estado civil: casado
 Pai: Klaas Berkhout Mãe: Martje Berkhout
 Profissão: Proprietario
 Registro Geral N.º ... Carteira N.º ...
 Residência: R. Marechal Hermes da Fonseca, 410
 Emprego: ...
 Local: ...

T. D. L. - Mod. 182

8/10. 54

Delegado Especializado de Estrangeiros

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ESTRANGEIROS

REGISTRO DE ESTRANGEIROS

NOME: MARIA CORNELIA ADRIAANSZ BERKHOUT
 Admitido em território nacional em caráter PERMANENTE (art. 9º Dec. 7967/45)
 Nacionalidade: HOLANDEZA (NATURAL DE UTRECHT - HOLANDA)
 Data do nascimento: 10/5/1913 Estado civil: CASADA
 Pai: PETRUS BERKHOUT Mãe: MARIA MAGDALENA MULDER
 Profissão: COMERCIALISTA
 Registro Geral N.º 1.776.557 Carteira N.º 399.295 exp. em 6/7/53
 Residência: RUA GENERAL HERMES DA FONSECA 410-c/7
 Emprego: DESEMPREGADA
 Local: ...

T. D. L. - Mod. 182

8/7/53

DELEGADO ESPECIALIZADO DE ESTRANGEIROS

3 – Fichas de Emile Arnold de Vita e Nicolaas Berkhout

N.º 50.298
 A.M.F.

REGISTRO DE ESTRANGEIROS
 DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA,
 PERMANÊNCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

NOME EMILE ARNOLD DE VITA (RELIG. SEM)

Admitido em território nacional em caráter PERMANENTE
 Nacionalidade HOLANDESA Estado civil CASADO
 Pai ARNOLD DE VITA Mãe ROSA FULDANER DE VITA
 Profissão EDITOR
 Carteira de identidade n.º 334.631 Registro n.º 50.298 - EXP. 30.1.40
 Residência AV. ANGELICA, 635
 Emprego ...
 Local ...

DELEGADO DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA,
 PERMANÊNCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

Mod. 182

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
 FICHA CONSULAR DE QUALIFICAÇÃO

Esta ficha, expedida em duas vias, será entregue à Polícia Marítima e à Imigração no porto de destino

Nome por extenso Nicolaas Berkhout
 Admitido em território nacional em caráter permanente
 Nos termos do art. 9º letra --- do dec. n. 7967 de 1945
 Lugar e data de nascimento Amsterdã 12/2/1925
 Nacionalidade holandesa Estado civil solteiro
 Filiação (nome do Pai e da Mãe) Petrus Berkhout e
Ida Zweed Profissão empregado
 Residência no país de origem Amsterdã

FILHOS MENORES DE 18 ANOS

Passaporte n. 158779B expedido pelas autoridades de Prefeitura de Amsterdã na data 5/1/1950
 visto sob n. 214/1951

ASSINATURA DO PORTADOR: Nicolaas Berkhout

NOTA - Esta ficha deve ser apresentada à autoridade competente, sendo as duas vias em original.

Modelo S.C. 139

4 – Fichas de Maria Berkhout Slentel e Nicolaas Berkhout indicando seus respectivos locais de trabalho.

N.º 69.062

REGISTRO DE ESTRANGEIROS
 DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA,
 PERMANENCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

NOME MARIA BERKHOUT SLENTEL PROTESTANTE

Admitido em território nacional em caráter PERMANENTE

Nacionalidade HOLANDESA

Pai NICOLAAS Mãe JIJKE

Profissão CORRESPONDENTE

Carteira de identidade n.º 615.728 Registro n.º 69.062

Residência RUA HERCULANO DE FREITAS Nº 317 casa 2

Emprego CONSULADO DA HOLANDA Local RUA 15 NOVEMBRO 197
16-7-40

Sintefato
 DELEGADO DE FISCALIZAÇÃO DE ENTRADA,
 PERMANENCIA E SAÍDA DE ESTRANGEIROS

Sinc. 7/4

N.º _____ SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
 DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ESTRANGEIROS

REGISTRO DE ESTRANGEIROS

NOME NICOLAAS BERKHOUT

Admitido em território nacional em caráter PERMANENTE (art. 9-º Lec. 7.º 87 de 18-9-45)

Nacionalidade HOLANDESA

Data de nascimento: 22-2-1925 Estado civil: SOLTEIRO

Pai: PIETUS BERKHOUT Mãe: DA SYEDA BERKHOUT

Profissão: COMERCÍARIO

Registro Geral N.º 1.486.284 Carteira N.º 322.608 exp. em 8-7-61

Residência: RUA CAPITAO PRUDENTE, 2-A-PINHILLOS

Emprego: RUA ANCHIETA, 35-6º andar.

Local: SÃO PAULO.
8-6-51.

T. D. I. - Mod. 163 DELEGADO ESPECIALIZADO DE ESTRANGEIROS

ANEXO G – Colônias holandesas fundadas no Brasil entre o final do século XIX e final do século XX.

LISTAGEM DAS COLÔNIAS E COMUNIDADES HOLANDEASAS NO BRASIL
EM ORDEM CRONOLÓGICA DE INÍCIO DE ATIVIDADES E AGRUPADAS POR PERÍODO

1860	Holanda – Espírito Santo	Colônias pioneiras do Império frustradas por baixo desenvolvimento econômico.
1889 (aprox.)	Holandinha - Espírito Santo	
1889	Gonçalves Jr. (Irati) – Paraná	Colônia pioneira do Império frustrada, mas resgatada com apoio da Brazil Railway Co.
1908	Carambeí – Paraná	
1948	Holambra	Colônias formadas por imigrantes vindos ao Brasil após a Segunda Guerra Mundial com apoio de entidades religiosas católicas e protestantes reformadas. Algumas como segunda opção dos imigrantes.
1949	Não-Me-Toque – Rio Grande do Sul	
1949	Monte Alegre – Paraná	
1950	Tijuquinhas – Santa Catarina	
1951	Castrolanda – Paraná	
1953	Tronco - Paraná	
1960	Arapoti – Paraná	1º Grupo de novas colônias formadas por descendentes de imigrantes e novos imigrantes holandeses em busca de novas terras.
1960	Campos de Holambra	
1963	Panambi – Rio Grande do Sul	
1963	Palmeira das Missões – RS	
1972	Maracaju – Mato Grosso do Sul	2º Grupo de novas colônias formadas por descendentes de imigrantes e novos imigrantes holandeses em busca de novas terras.
1972	Itiquera – Mato Grosso	
1972	Alto Garças – Mato Grosso	
1972	Paracatu – Minas Gerais	
1974	Balsas – Maranhão / Piauí	
1984	Unai – Minas Gerais	3º Grupo de novas colônias formadas por descendentes de imigrantes e novos imigrantes holandeses em busca de novas terras.
1985	Brasolândia – Minas Gerais	
1985	Rio Verde – Goiás	

Fonte: GALLAS, Alfredo Osvaldo Gustavo; GALLAS, Fernanda Disperati. **Holandeses no Brasil: 100 anos de imigração positiva.** São Paulo (SP): A. O. G. Gallas; F. D. Gallas, 2012. P. 153.